

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS E ENGENHARIA
Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento

VICTOR HUGO SILVA SOUZA

Memórias do êxodo rural em Paulicéia (SP) (1960-1970)

TUPÃ-SP
2025

VICTOR HUGO SILVA SOUZA

Memórias do êxodo rural em Paulicéia (SP) (1960-1970)

Dissertação apresentada para Qualificação ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Câmpus de Tupã, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências, área Agronegócio e Desenvolvimento.

Área de concentração: Agronegócio e Desenvolvimento.

Linha de pesquisa: Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes (UNESP).

Coorientador: Prof. Dr. Giuseppe Ricotta (Sapienza Universidade de Roma).

Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Angélica Góes Morales (UNESP).

**TUPÃ
2024**

S729m

Souza, Victor Hugo Silva

Memórias do êxodo rural em Paulicéia (SP) (1960-1970) / Victor Hugo Silva Souza. -- Tupã, 2025
103 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Ciências e Engenharia, Tupã

Orientador: Nelson Russo de Moraes

Coorientador: Giuseppe Riccota

1. Paulicéia. 2. Êxodo rural. 3. História Oral. 4. Memória. I. Título.

Impacto potencial desta pesquisa

A presente pesquisa possibilita a compreensão das nuances da História Local frente à hegemonização econômica, social e cultura posta pela globalização. Valorizando os sujeitos, suas histórias e percepções acerca do êxodo rural, fenômeno que alterou as estruturas sociais e econômicas do município. As memórias da população local apresentadas por meio da História Oral fornecem subsídios para a interpretação das narrativas históricas que vigoram na atualidade, assim como possibilita a elaboração de meios para a preservação da identidade, história e memória do município ribeirinho, contribuindo a manutenção do patrimônio cultural local e mundial.

Potential impact of this research

This research enables the understanding of the nuances of Local History in the face of the economic, social, and cultural hegemony imposed by globalization. It values the individuals, their histories, and perceptions regarding rural exodus, a phenomenon that altered the social and economic structures of the municipality. The memories of the local population, presented through Oral History, provide support for interpreting the historical narratives that prevail today, as well as allowing for the development of means to preserve the identity, history, and memory of the riverside municipality, contributing to the maintenance of local and global cultural heritage.

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO**TÍTULO DA DISSERTAÇÃO:** MEMÓRIAS DO ÊXODO RURAL EM PAULICÉIA (SP) (1960-1970)

AUTOR: VICTOR HUGO SILVA SOUZA

ORIENTADOR: NELSON RUSSO DE MORAES

COORDINADOR: GIUSEPPE RICOTTA

COORDINADORA: ANGELICA GOIS MORALES

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Mestre em Ciências, pela Comissão Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **NELSON RUSSO DE MORAES**
Data: 05/11/2025 12:07:01-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Professor Associado NELSON RUSSO DE MORAES (Participação Virtual)
Departamento de Audiovisual e Relações Públicas / Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design -
FAAC - UNESP - Bauru/SP

Documento assinado digitalmente
 **IZABEL CASTANHA GIL**
Data: 03/11/2025 12:48:49-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profa. Dra. IZABEL CASTANHA GIL (Participação Virtual)
Curso de Ciências Econômicas / Centro Universitário de Adamantina - UNIFAI - Adamantina/SP

Documento assinado digitalmente
 **CAMILA PIRES CREMASCO GABRIEL**
Data: 05/11/2025 11:27:47-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profa. Dra. CAMILA PIRES CREMASCO GABRIEL (Participação Virtual)
Docente do Departamento de Engenharia de Biossistemas / Faculdade de Ciências e Engenharia - FCE -
UNESP - Tupã/SP

Tupã, 17 de junho de 2025.

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: MEMÓRIAS RURAIS DE PAULICÉIA/SP: A HISTÓRIA ORAL DO ÊXODO RURAL ENTRE AS DÉCADAS DE 1960 E 1970

Pesquisador: VICTOR HUGO SILVA SOUZA

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 85283324.2.0000.5398

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.485.522

Apresentação do Projeto:

"O presente trabalho possui como objetivo geral compreender o êxodo rural no município de Paulicéia entre décadas de 1960 e 1970, e como objetivos específicos identificar as memórias locais de diferentes atores que vivenciaram o êxodo rural em Paulicéia, associar as memórias identificadas à História no contexto estadual e nacional, discutir as diferentes narrativas existentes no município entorno do período definido."

Objetivo da Pesquisa:

"Compreender o êxodo rural no município de Paulicéia entre décadas de 1960 e 1970."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: "A pesquisa pode causar desconfortos aos respondentes, uma vez que está baseada em entrevistas semiestruturadas e o entrevistado pode acessar memórias por vezes incômodas."

Benefícios: "A pesquisa tende a colaborar para a melhor compreensão das ruralidades paulistas, com ênfase ao extremo oeste do estado, auxiliando na composição da historiografia paulista, valorizando os sujeitos de pesquisa, à identidade do município estudado e fortalecendo a cultura e a cidadania."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa de fundo histórico oral sobre realidade municipal em período delimitado.

Endereço: Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, nº 14-01 - Prédio Administrativo da Faculdade de Ciências - anexa à
Bairro: CENTRO **CEP:** 17.033-360
UF: SP **Município:** BAURU
Telefone: (14)3103-6070 **Fax:** (14)3103-9400 **E-mail:** cepesquisa.fc@unesp.br

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS CAMPUS BAURU -
JÚLIO DE MESQUITA FILHO



Continuação do Parecer: 7.485.522

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O TCLE está adequdo.

Recomendações:

Nada a se recomendar.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências e inadequações.

Considerações Finais a critério do CEP:

Projeto considerado *aprovado* por estar em conformidade com os parâmetros legais, metodológicos e éticos analisados pelo colegiado deste CEP - Comitê de Ética em Pesquisa.

Lembramos que é dever do pesquisador responsável, ao término da pesquisa e conforme o cronograma informado à Plataforma Brasil, apresentar o relatório final da mesma.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2449681.pdf	13/03/2025 17:41:50		Aceito
Outros	JUSTIFICATIVA_2025.pdf	13/03/2025 17:41:01	VICTOR HUGO SILVA SOUZA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_UV.pdf	13/03/2025 17:30:36	VICTOR HUGO SILVA SOUZA	Aceito
Parecer Anterior	PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_CEP_BAURU.pdf	13/03/2025 17:16:00	VICTOR HUGO SILVA SOUZA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Victor_Hugo_11marassinado.pdf	13/03/2025 17:10:14	VICTOR HUGO SILVA SOUZA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_Rosto_Atualizada.pdf	04/12/2024 10:16:51	VICTOR HUGO SILVA SOUZA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Plataforma_Brasil.docx	04/11/2024 08:57:14	VICTOR HUGO SILVA SOUZA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Endereço: Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, nº 14-01 - Prédio Administrativo da Faculdade de Ciências - anexa à
Bairro: CENTRO **CEP:** 17.033-360
UF: SP **Município:** BAURU
Telefone: (14)3103-6070 **Fax:** (14)3103-9400 **E-mail:** cepesquisa.fc@unesp.br

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS CAMPUS BAURU -
JÚLIO DE MESQUITA FILHO



Continuação do Parecer: 7.485.522

Não

BAURU, 03 de Abril de 2025

Assinado por:
Cassiano Merussi Neiva
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, nº 14-01 - Prédio Administrativo da Faculdade de Ciências - anexa à
Bairro: CENTRO **CEP:** 17.033-360
UF: SP **Município:** BAURU
Telefone: (14)3103-6070 **Fax:** (14)3103-9400 **E-mail:** cepesquisa.fc@unesp.br

DEDICATÓRIA

Às vozes perturbadoras que dia pós dia suscitam em mim o desejo por movimento e compreensão, dedico esse trabalho, tal como o tempo de vida em razão dele despendido.

AGRADECIMENTOS

Às mãos que nos cabos das enxadas escreveram sobre terra seca, donde muitos foram expulsos, a história que aqui apresento, agradeço.

EPÍGRAFE

*“Quando um agregado solta
O seu grito de revolta,
Tem razão de reclamar.
Não há maior padecer
Do que um camponês viver
Sem terra pra trabalhar”
Patativa do Assaré*

SOUZA, V. H. S. **Memórias do êxodo rural em Paulicéia (SP) (1960-1970)**. 103 páginas. Dissertação apresentada no programa de Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento – Faculdade de Ciências e Engenharia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Tupã, 2025.

RESUMO

Situado à margem do rio Paraná, no extremo oeste do estado de São Paulo, Paulicéia é um município de economia agrícola, fundado no final da década de 1940. Com as mudanças políticas, econômicas e tecnológicas que afetaram o espaço rural brasileiro a partir da década de 1960, o declínio das populações dos pequenos centros foi um dos mais expressivos fenômenos do século XX, provocando o inchaço urbano nos grandes centros e esvaziando as cidades cuja agricultura, especialmente de subsistência, era a principal atividade. O objetivo dessa pesquisa é compreender o êxodo rural em Paulicéia por meio das memórias da população local. Para tal finalidade, a pesquisa de caráter qualitativo recorre à História Oral como metodologia. No mês de abril de 2024, aplicou-se um questionário pré-estruturado a diferentes atores sociais de Paulicéia, sobretudo homens e mulheres negras(as) que trabalharam no meio rural do município entre as décadas de 1950 e 1980, vale frisar que também houve uma pesquisa documental e bibliográfica a fim de subsidiar e complementar possíveis lacunas nas entrevistas. As memórias foram transcritas, organizadas de acordo com os temas tratados e deram origem ao presente texto. A população local, acostumada com o fluxo constante de famílias, especialmente de origem nordestina, ora chegando, ora deixando as fazendas, migrando em busca de novas terras onde poderiam trabalhar em regime de parceria, na condição de meeiro, ou mesmo como arrendatários, não criou memórias de grandes filas na rodoviária local, ou na estação de trem da cidade vizinha, as memórias em torno do êxodo tratam do cotidiano de uma população que outrora já havia deixado sua terra natal, e que buscava em terras paulistas (re)construir o Nordeste, mas em razão do avanço das pastagens para a criação de gado bovino, foi expulsa de roça em roça, município pós município, até que deixassem o meio rural.

Palavras-chave: Paulicéia; Êxodo Rural; História Oral; Memória.

SOUZA, V. H. S. **Exodus Rural Memories of Paulicéia/SP. (1960-1970)**. 103 pages Dissertation presented in the master's Program in Agribusiness and Development – Faculty of Sciences and Engineering, São Paulo State University "Júlio de Mesquita Filho," Tupã, 2025.

ABSTRACT

Located on the banks of the Paraná River, in the far west of the state of São Paulo, Paulicéia is a municipality with an agricultural-based economy, founded in the late 1940s. The political, economic, and technological changes that affected Brazil's rural landscape from the 1960s onward contributed to one of the most significant phenomena of the 20th century: the depopulation of small rural centers and the swelling of major urban areas. This research aims to understand the rural exodus in Paulicéia through the memories of the local population. To this end, a qualitative approach was adopted, employing Oral History as the main methodology. In April 2024, a pre-structured questionnaire was applied to various social actors in Paulicéia, particularly Black men and women who worked in the rural areas of the municipality between the 1950s and 1980s. In addition to the interviews, documental and bibliographic research was conducted to support and complement any gaps in the oral accounts. The collected memories were transcribed and organized thematically, serving as the basis for this study. The local population, accustomed to the continuous flow of families—mostly from the Northeast—arriving and leaving the farms in search of new lands to work under partnership arrangements, such as sharecropping or leasing, did not retain memories of long lines at the bus station or the nearby train station. Instead, memories of the rural exodus center on the daily lives of people who had already left their native lands and sought to (re)build the Northeast in São Paulo's countryside, only to be gradually expelled from one plot to another due to the expansion of cattle pastures, until they ultimately abandoned rural life altogether.

Keywords: Paulicéia; Rural Exodus; Oral History; Memory

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Crianças em campo de concentração no Ceará em 1932.....	27
Figura 2-Expedição da CGGSP no rio do peixe em 1905.....	41
Figura 3- O avanço da cafeicultura no estado de São Paulo.....	42
Figura 4- Organização das cidades da Nova Alta Paulista	44
Figura 5- Moradia em meio à mata no atual território de Paulicéia na década de 1930	54
Figura 6-Picadão em meio à mata atual - território Pauliceense entre 1920 e 1940	55
Figura 7-Pescador Esportivo à margem do rio Paraná na década de 1960.....	80
Figura 8-Caminhões sendo lotados de argila em barreiro de Paulicéia (SP) na década de 1970	82

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1-Os principais grupos de imigrantes no estado de São Paulo (1872-1849).....	25
Gráfico 2- Número de genitores por estado brasileiro	62
Gráfico 3-Número de genitores por macrorregião do Brasil.....	63
Gráfico 4- Evolução da população residente em Paulicéia.....	79

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Mapas das linhas da Companhia Paulista de estradas de ferro	52
Mapa 2- Ampliação do mapa das linhas da Companhia Paulista de estradas de ferro	52
Mapa 3- Localização do município de Paulicéia no estado de São Paulo.	56
Mapa 4-Origem dos pais registrados em Paulicéia (SP) em 1956.....	61

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-Entrada dos principais grupos de imigrantes em São Paulo (1872-1949).....	25
Tabela 2- Quadro Metodológico	49
Tabela 3-Perfil Social e demográfico das(os) entrevistadas(os)	49
Tabela 4-Origem dos genitores Pauliceenses no primeiro livro de registros do cartório local por estado.	62
Tabela 5- Evolução Populacional de Paulicéia (1950-2022).....	78

LISTA DE ANEXOS

Anexos 1- Entrevista semiestruturada: memorialistas Pauliceense	95
---	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CESP – Companhia Energética de São Paulo
CGG – Comissão Geológica e Geográfica
CHSF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CPEF – Companhia Paulista de Estradas de Ferro
CPP – Companhia Paulista de Patrimônio
CPRD – Companhia Vale do Rio Doce
CRB – Confederação Rural Brasileira
CUT – Central Única do Trabalhador
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional
FNM – Fábrica Nacional de Motores.
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
MIS – Museu da Imagem e do Som
ODS – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PIB – Produto Interno Bruto
JK – Juscelino Kubitschek
USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional.

Sumário

1. Introdução	11
1.1 Objetivos	13
1.1.1Objetivos Geral	13
1.1.2Objetivos específicos	13
1.2 Contextualização do problema de pesquisa	13
1.3 Justificativa da pesquisa	17
1.4 Estrutura do trabalho	18
2. Referencial teórico	19
2.1 Lei de terras de 1850	20
2.2 Imigração Europeia	23
2.2.1 Migrações nordestinas e mineiras: um breve histórico	27
2.3 Industrialização brasileira	30
2.4 Revolução Verde	33
2.5 Agro é tech, agro é Ditadura: considerações históricas sobre a modernização conservadora	36
2.6 Êxodo rural	38
2.7 Nova Alta Paulista	40
3 Metodologia: História Oral	45
4. Paulicéia; a história que precede a fundação	50
4.1 Considerações acerca da política pauliceense	56
4.2 Aspectos sociodemográficos e econômicos da formação de Paulicéia	58
4.3 Paulicéia, nordestina desde a gênese	60
4.4 Sociabilidade e trabalho no meio urbano pauliceense	66
4.5 Trabalho rural e aspectos da economia pauliceense entre as décadas de 1950 e 1960	70
4.6 O rio, a balsa e o boi	73
4.7 O avanço da criação de gado bovino e as relações sociais e de trabalho	75
4.8 Cerâmicas, urbanização e êxodo	77
Considerações finais	88
REFERÊNCIAS	89

1. Introdução

O mundo globalizado, resultante das transformações sociais e econômicas, ocorridas com os ditos avanços tecnológicos, elaborou no cerne do neoliberalismo contradições profundas entre o local e o global, a ponto de que essas categorias se tornassem quase antagônicas. Enquanto o capitalismo tomava novas formas e proporções após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), hegemonizando a economia global, sobretudo após o fim da Guerra Fria (1947-1991), os locais tornaram-se celeiros da diversidade, da cultura local e das identidades sociais, resistindo às imposições do sistema vigente em maior ou menor medida. É nesse conflituoso contexto que o Brasil passa por seu êxodo rural, se urbaniza, se industrializa. Nesse contexto dialético o país passa a possuir algumas das maiores cidades do mundo, como são São Paulo e Rio de Janeiro. O país reescreve o conceito de metrópole ao criar sua urbanidade, com sujeitos cuja identidade não era outro senão a sertaneja, rural, desconhecadora do “*modus vivendis*” civilizado das grandes cidades.

Se de um lado o inchaço urbano desdobrou-se em uma série de problemas já conhecidos, como a periferização, escassez de saneamento básico e de acesso a alimentos, moradia e trabalho, promovendo também o aumento da criminalidade, na outra ponta o fenômeno afetou não apenas a dinâmica demográfica, todavia, ecoou também nas relações sociais, econômicas e políticas dos rincões paulistas, especialmente a partir da década de 1960, e estendendo-se ao até os anos 1980 quando o Brasil passa a se desindustrializar, atenuando o êxodo. Vale ressaltar que o período corresponde à Ditadura Civil Militar Brasileira (1964-1985), afetando diretamente essa migração campo/cidade. Diante do exposto, o trabalho almeja responder o seguinte problema de pesquisa como ocorreu o fenômeno social do êxodo rural no município de Paulicéia (SP) entre as décadas de 1960/1970?

Dialogando com o exposto, o objetivo geral dessa pesquisa é compreender o êxodo rural no município de Paulicéia entre décadas de 1960 e 1970. Vale a pena ainda esclarecer que, embora o foco do trabalho esteja sobre os anos citados, percebeu-se a necessidade de usar outras décadas, anteriores e posteriores ao

recorte definido a fim de subsidiar a compreensão do êxodo rural de maneira integral. Desta mesma feita, a pesquisa possui como objetivos específicos identificar as memórias locais de diferentes atores que vivenciaram o êxodo rural em Paulicéia, associar as memórias identificadas à História no contexto estadual e nacional, discutir as diferentes narrativas existentes no município em torno do período definido. Para tal finalidade, o trabalho de abordagem qualitativa recorrerá sobretudo a fontes primárias, os relatos dos memorialistas do município de Paulicéia sobre os diferentes momentos históricos do local, recorrendo também a fontes documentais e à própria literatura científica que versa sobre o tema.

Localizada à margem do rio Paraná, no espigão divisor Peixe/Aguapeí, extremo oeste do estado de São Paulo, Paulicéia faz divisa com o estado do Mato Grosso do Sul e está intimamente vinculada à ruralidade, ao sertão, ao caipira e as suas representações. Paulicéia compõe o conjunto de trinta municípios denominados “Nova Alta Paulista”, área composta por três microrregiões, colonizadas recentemente, a partir da década de 1930. Formada a partir da expansão da cafeicultura rumo ao extremo oeste do estado e, cuja economia agrícola, a cultura sertaneja, a baixa densidade demográfica, a relação dos atores sociais com elementos do meio natural, em suma, o “*modus vivendis*” da população local, é atravessado a todo instante pela ruralidade.

Vale frisar ainda que os indicadores hegemônicos de desenvolvimentos “Pauliceenses¹” com ênfase no Produto Interno Bruto (PIB), PIB *per capita*, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) tornam o município desinteressante a vertentes históricas menos críticas. Esta pesquisa, porém, desde a escolha de seu objeto, ao método, a história oral; busca ouvir as vozes daqueles cuja memórias são esquecidas, a chamada “história vista de baixo” (Magalhães, 2007).

Evidentemente, o trabalho possui impacto social, uma vez que se volta à história local, dando subsídio para transformações sociais, culturais e políticas no município e região, esses, por vezes pouco valorizados pelo Estado em razão de sua condição de desenvolvimento contido, podendo dentre outras coisas, ser usado como base para docentes de Paulicéia e região (Gil, 2007).

O trabalho dialoga com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) 11 “Cidades e comunidades Sustentáveis”, atendendo mais especificamente à meta

¹ Nome ao indivíduo nascido no município de Paulicéia - São Paulo, é conhecido como Pauliceense.

11.4 “Fortalecer esforços para proteger o patrimônio cultural e natural do mundo”. Considerando que as ações globais, a sistematização da História Local por meio da História Oral possibilita o mapeamento e compreensão do valor cultural, social e simbólico para a comunidade local, auxiliando o(s) governo(s), a tomar decisões em prol desse patrimônio local.

A delimitação espacial desse trabalho relaciona-se integralmente com o tema agronegócio, uma vez que corresponde a um período da história nacional marcada por intensas alterações na sociedade brasileira decorrentes entre outras coisas, dos desdobramentos da Revolução Verde, processo histórico caracterizado na busca pela contraposição à Revolução Russa por meio da incrementação da produção agrícola baseadas nas tecnologias desenvolvidas durante a Segunda Guerra Mundial.

1.1 Objetivos

1.1.1Objetivos Geral

Compreender o êxodo rural no município de Paulicéia entre décadas de 1960 e 1970.

1.1.2Objetivos específicos

- I) Identificar as memórias locais de diferentes atores que vivenciaram o êxodo rural em Paulicéia
- II) Associar as memórias identificadas à História no contexto estadual e nacional
- III) Discutir as diferentes narrativas existentes no município em torno do período definido

1.2 Contextualização do problema de pesquisa

Tratar das chamadas cidades dos notáveis, essas cidadelas em que todos se conhecem, em que o padre, o padeiro, o açougueiro, o prefeito, o professor, são todos ícones da cidade, ou cidadãos notáveis, é lidar agora com um modelo de cidade cujas transformações se acentuaram na década de 1960, passando a elaborar uma economia especializada, voltadas às demandas externas, e o pequeno centro urbano passa a subsidiar atividades basilares à manutenção da vida, como infere Santos (1993, p. 51), esse é o caso de Paulicéia (SP).

À margem do rio Paraná, na divisa com o Mato Grosso do Sul, o município de Paulicéia deriva de processos complexos em sua (trans)formação histórica e social. Embora componha os municípios da Nova Alta Paulista, e em razão disso possua uma série de similitudes para com esses, como descreve Gil (2014) há processos e fenômenos históricos locais ainda inexplorados, é o caso da relação do município com o rio Paraná, com o estado do Mato Grosso, atualmente Mato Grosso do Sul, o desmembramento do município de Panorama/SP outrora distrito de Paulicéia, os efeitos do represamento do rio Paraná, o desenvolvimento das olarias, a formação dos assentamentos, aspectos da religião, saúde, cultura, trabalho, enfim, da sociabilidade como um todo. Mesmo diante das congruências históricas regionais há pontos locais dignos de sistematização histórica.

Vale frisar, não há obras historiográficas que versem acerca do município ou de sua formação, embora outras áreas do conhecimento tenham se incumbido de gerar fontes que servem à História, considerando sobretudo a natureza multidimensional da área, como infere Morrin (2003, p.32). É o caso de Toso (2021), que por meio da arqueologia aponta para o passado milenar da área em que o município foi erigido, comprovando a presença de povos originários de tradição Itararé-Taquara na área há mais de um milênio, por meio dos achados no sítio arqueológico Itaí.

Estudos mais recentes, buscam elucidar aspectos sociais, econômicos e políticos sobre Paulicéia (SP) como em Passos e Batista (2021), pesquisa na qual os autores buscam identificar o processo de diferenciação socioespacial na cidade. Camacho (2011) e (2012) buscou ainda compreender a concentração fundiária e a vida dos camponeses em Paulicéia, com ênfase aos assentados da reforma agrária. Dialogando com as investigações de Camacho, Gomes e Almeida (2016) se debruça a apresentar a intervenção estatal no município por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como fundamental à economia local.

Outras obras, já consagradas na literatura histórica regional, discorrem dentro de um contexto mais amplo sobre o processo de colonização da área em que também se situa o município de Paulicéia, é o caso de Monbeig (1984), em que o autor busca explicar a formação do extremo oeste paulista por meio do conceito de franja pioneira, e de Gil (2007) obra na qual aspectos internos e externos inibem o desenvolvimento da dita Nova Alta Paulista, fenômeno nominado pela autora como desenvolvimento contido.

Como identificado por Camacho (2011) as décadas de 1960 e 1970 são disruptivas para o município de Paulicéia. Ao considerar a perda populacional nesse período, número superior a 70% da população local evidenciam-se mudanças estruturais. De acordo com Boechat (2020), tal fenômeno se deu em decorrência do avanço do capitalismo sobre o extremo oeste paulista, uma vez que a introdução de novas tecnologias no meio rural e a busca por atividades mais rentáveis em relação à agricultura, como foi a pecuária, levaram à substituição de regimes de parceria, como o colonato, os arrendamentos e outros, por sistemas mais rentosos, nos quais os trabalhadores não tinham mais acesso ao meio de produção, a terra, como outrora, expelindo das regiões de economia rural enormes contingentes populacionais.

Certamente, para além dos fatores internos às regiões agrícolas, a economia nacional corroborava para esse processo por meio das tendências industriais que despontavam à época. Suzigan (2000) sustenta a compartimentação da economia brasileira em três fases, sendo a segunda fase 1933-1980 denominada pelo autor como “industrialização acelerada”, nesse período os investimentos do Estado, junto a investimentos externos na indústria fizeram o Brasil passar gradativamente de um mero produtor de commodities do setor agropecuário a exportador de itens manufaturados de relevância mundial. Parte dessa fase está diretamente associada à Ditadura Militar Brasileira (1964-1985), e entra em declínio no início dos anos 1980 com a crise macroeconômica, elevando a inflação a números estratosféricos.

O economista aponta ainda que a fase mencionada é marcada por profundas mudanças de caráter social, tais como a modernização agrícola e a urbanização, servindo então de subsídios para a compreensão do êxodo rural brasileiro nesse período. Entre 1940 e 1980 a população urbana no Brasil saltou de 12,8 milhões para 80,5 milhões, ao passo em que a população rural no mesmo espaço de tempo passa de 28,3 milhões para 38,6 milhões, decaindo em seguida para 35,8 milhões. Percentualmente, a população rural que perfazia 70% da população nacional decai para 32,4%, e em seguida para 24,4%, como descrito por Ribeiro (2015).

O Brasil passa então, na segunda metade do século XX, a ter algumas das maiores cidades do mundo, como é o caso de São Paulo e do Rio de Janeiro, todavia, tal processo se dá de forma desordenada, despida de qualquer estrutura, promovendo a intensa competição entre os trabalhadores pelos postos de trabalhos nas indústrias, e sendo incapaz de absorver toda a mão de obra ociosa, aumenta exponencialmente

as periferias urbanas. Se fosse ao Brasil possível exportar seus sobranes, tal como fizeram as economias europeias nos idos do século XIX, talvez o dano fosse menor, porém, a uma economia cujo objetivo é democratizar a alimentação e o trabalho, o êxodo rural se circunscreve como um dos mais violentos ao redor do globo (Ribeiro, 2015).

Estudar processos políticos, econômicos e sociais tais como o êxodo rural brasileiro, esses deslocamentos compulsórios em razão do desenvolvimento do capitalismo, é debruçar-se sobre o homem enquanto sujeito, e lidar com o homem enquanto sujeito é o objetivo máximo da História, como infere Bloch (2001, p.54) “[...] o objeto da história é, por natureza, o homem. Digamos melhor: os homens. Mais que o singular, favorável à abstração, o plural, que é o modo gramatical da relatividade, convém a uma ciência da diversidade”.

Reforçando a importância de pesquisas historiográficas, Eco (1998, p. 55) dialoga em alguma medida com o trecho supracitado ao aconselhar “*También se pueden cultivar intereses políticos, por ejemplo sindicales, haciendo una buena tesis histórica sobre los movimientos obreros del siglo pasado.*” No trecho Eco reforça a necessidade de que o pesquisador esteja à vontade com o tema, sobretudo estando inserido em um determinado contexto social, político no qual tal vontade possa ser aguçada pelo meio.

Para lidar com movimentos sociais, conflitos bélicos, migrações, tal qual é o caso do êxodo rural, que no geral raramente são frutos de interesse, sendo ainda interpretados como menos relevantes à História Geral, que ainda flerta com a História Única, a História Oral se apresenta como método que possibilita aos “debaixo” narrarem sua versão da História. Em que pese, a História Oral não busca a verdade absoluta, todavia, corresponde também a uma das versões da verdade, e como tal, deve ser apresentada (Magalhães, 2007).

É nesse contexto sócio-histórico, pautado em transformações profundas das relações de trabalho, mudanças tecnológicas sendo introduzidas no meio rural, a ascensão da Ditadura Militar no Brasil e as diversas especificidades locais, que Paulicéia busca, a partir do segundo decênio de sua elevação à categoria de município, (re)formular sua identidade social, econômica e cultural, marcando a memória dos atores sociais que, atualmente seguem na cidade, testemunhas dos processos e fenômenos históricos, tais como o êxodo rural, iniciado na década de

1960, se intensificando até o fim dos anos 1970, mas que segue sendo uma realidade nos bolsões de pobreza do estado de São Paulo, como ocorre no Vale do Ribeira e na Alta Paulista.

1.3 Justificativa da pesquisa

Como já relatado, embora existam pesquisas que versem acerca do município de Paulicéia (SP), não há obras historiográficas que busquem compreender aspectos da formação local e de suas especificidades. A lacuna existente na sistematização da história sobre a localidade suscita diversos questionamentos que tendem a auxiliar na reelaboração da identidade local na contemporaneidade.

Camacho (2011, p.51-52) relata que a população total do município de Paulicéia no ano de 1970 era de 9.190 habitantes, destes, 6.543 viviam na zona rural, correspondendo a cerca de 70% da população local. Na década seguinte, o censo realizado indicava a população total de 2.343, restando somente 1.471 moradores no campo e 928 no meio urbano. Tais dados se explicam em razão de uma série de fatores, responsáveis por expelir a população das zonas agrícolas para as regiões industrializadas, ou em industrialização, dialogando com a globalização, acentuado no contexto pós Segunda Guerra Mundial. As mudanças no trabalho, na sociabilidade, na economia foram tamanhas com o êxodo rural no período indicado, a ponto de o fenômeno galgar relevante espaço na memória local.

A partir da globalização, processo iniciado por volta do século XV, com o objetivo de hegemonizar a economia mundial, a cultura dos diferentes povos alcançadas pelo sistema imperante, o capitalismo, também foi se homogeneizando, aderindo à cultura, à religião, ao idioma e aos saberes da metrópole, o que ocasionou e ocasiona ainda atualmente a dizimação dos povos originários do Brasil e de outras partes do mundo. O fenômeno globalizatório se intensifica nas últimas décadas do século XX, em razão da dupla tirania imposta pelo binômio dinheiro e informação, influenciado o caráter das relações sociais e interpessoais; engendrando competitividade, consumismo e originando os novos totalitarismos (Sprengel, 2013; Santos 2004).

Diversos autores, defendem ainda a importância da compreensão do local como forma de resistência às tendências hegemônicas do mundo globalizado e do viés neoliberal que se (re)produz no espaço e no tempo, promovendo verdadeiros

epistemicídios, ou seja, a destruição sistematizada de um conjunto de saberes específicos a uma determinada comunidade, como descreve Janoschka (2011).

El neoliberalismo y la globalización podrían configurar un nuevo paradigma que tiende a hacer desaparecer las diferencias espaciales entre regiones y estados debido, entre otros, al efecto homogeneizador de las tecnologías de información, las estrategias transnacionales de las empresas, las políticas de mercado y las consecuencias del imperialismo cultural del mundo occidental. Sin embargo, y tras las sucesivas crisis sistémicas del capitalismo global, se sabe ahora con un mayor grado de certeza que la proclamada desaparición de las desigualdades ha sido sólo una de las muchas falacias del discurso de la globalización neoliberal. Mientras tanto, las consecuencias negativas y a veces nefastas del modelo neoliberal se pueden apreciar de forma destacada en las ciudades latinoamericanas, y con ello se explica la necesidad de generar, profundizar y difundir las posiciones críticas y visiones contra-hegemónicas incipientes (Janoschka, 2011, p.120).

Tomando as diversidades culturais, socais e econômicas como arcabouço do Estado Democrático de Direito, o presente trabalho se propõe a documentar as percepções locais acerca do êxodo rural do século XX, a fim de fornecer subsídios à manutenção da pluralidade, inerente à cidadania, sobretudo no contexto contemporâneo, no qual a identidade social local tende a diluir-se em meio aos valores, símbolos e modos impostos pela globalização.

Diante do exposto, essa pesquisa justifica-se por possibilitar a sistematização da identidade social do município de Paulicéia a partir de uma metodologia na qual os sujeitos históricos e de pesquisa, reconstroem suas memórias a fim de auxiliar na circunscrição da identidade local, fortalecendo a cidadania, a Democracia e subsidiando a resistência local frentes às tendências neoliberais, constituintes da globalização. Para além, o trabalho colabora para que se efetive o ODS 11 “Cidades e comunidades Sustentáveis”, mais especificamente à meta 11.4 “Fortalecer esforços para proteger o patrimônio cultural e natural do mundo”.

1.4 Estrutura do trabalho

O presente trabalho organiza-se em quatro seções, a fim de facilitar a compreensão da lógica usada na redação, segue uma breve descrição da ordem seguida e dos elementos que a compõe.

- I) A primeira seção, é esta, a Introdução onde apresentam-se os contextos gerais do tema pesquisado, aproximando-se de um recorte macro para um olhar local ou regional sobre o mote específico da investigação. Apresenta-

se o problema de pesquisa, os objetivos e as justificativas que sustentam a realização do trabalho.

- II) A segunda seção é constituída pelo referencial teórico. Apresenta-se diferentes elementos estruturantes no debate acerca do êxodo rural brasileiro em perspectiva histórica, elaborando-se uma caminhada entre aspectos legais, sociais, econômicos e políticos no contexto nacional que colaboraram para que a população que trabalhava no campo no município de Paulicéia, entre as décadas de 1960 e 1970, migrasse rumo aos grandes centros urbanos, embora por Paulicéia ainda não seja apresentada diretamente.
- III) A terceira seção ‘História oral: caminhos e reflexões metodológicas’, discorre acerca da metodologia usada na coleta e análises de dados, a História Oral. Essa técnica relativamente recente na historiografia possibilita ao pesquisador elaborar estudos acerca de temas os quais não há grande número de documentos escritos, tais como movimentos sociais, migrações, haja vista o êxodo rural, e a história local. Logo esta seção é aquela que trará a sustentação metodológica de todo o trabalho.
- IV) Na quarta seção do trabalho apresenta-se os dados coletados por meio das entrevistas realizadas e a análise desses, assim como a contextualização regional e local do município de Paulicéia, perpassando aspectos sociais, culturais e econômicos, com ênfase ao êxodo rural no período delimitado.
- V) Por fim, a quinta seção corresponderá às considerações finais tecidas pelo autor acerca do fenômeno estudado.

2. Referencial teórico

Para se refletir sobre a Lei de terras de 1850 usou-se de Fausto (1995) e Prado (1974), já a fim de elucidar as migrações europeias para o Brasil voltou-se a Holloway (1984), Truzzi (2016), Santos (1998) e as migrações internas a partir de Greenfield (2011), Rios (2020) e Geraldo (2012).

Para tratar da industrialização brasileira, acompanhada do processo de urbanização e seus impactos sobre o campo a pesquisa recorre Dean (1976), Nicol (1974), Cano (2015), Suzigan (2000) (2012) e Versiani e Suzigan (1990), enquanto as obras Compagnolla e Macedo (2022), Wolfart, Silva e Ribeiro (2020), Mann e Dickson

(1978) Cabral, Pondey e Xu (2021) Ameen e Raza, (2017) e Schneider (2003) auxiliaram na compreensão da Revolução Verde.

Molina e Sanfelice (2018) assim como Locatel e Lima (2016) auxiliaram nas reflexões acerca das relações entre o agronegócio e a Ditadura Militar (1964-1985), dando condições de compreender o plano de fundo no qual ocorrem o êxodo rural. Por fim, Monbeig (1984), Toso (2021), Camacho (2011) e Gil (2015) permitem compreender a formação da região que integra Paulicéia, assim como a história do próprio município.

2.1 Lei de terras de 1850

Desde o século XVI, quando o colonialismo europeu invade o território que posteriormente viria a se tornar o Brasil, a transformação dos elementos naturais em mercadoria, característica típica do capitalismo comercial, que já interagia há bom tempo com a Ásia, agora passam a se expandir em solo americano, subjugando os povos dessas terras e condenando-os à dizimação, ao etnocídio e ao epistemicídio. Os povos originários do Brasil configuravam mais que uma população pacífica, aberta à ação do colonizador, a presença dessas etnias por si só, representava formas de resistência à invasão, à tentativa de integração dessas terras à lógica mercantilizadora hegemônica.

A extração vegetal na costa brasileira inaugura as atividades econômicas portuguesas no Novo Continente, seguida ainda no século XVI pelo cultivo de cana-de-açúcar. O vegetal de origem asiática possuía um altíssimo valor no mercado europeu, e só podia ser cultivado em condições climáticas favoráveis, onde houvesse calor durante a maior parte do ano, o que acabava restringindo as plantações à Ásia, encarecendo demasiadamente o açúcar, e em parte do território siciliano, onde a escassez de mão de obra e a extensão territorial dificultavam o avanço do cultivo, o Brasil porém, dispunha de clima e terra para dar início a um grande empreendimento, faltando somente mão-de-obra, problema que logo seria suprido pela escravização de diversos povos originários da costa atlântica africana (Prado, 1974).

Os pontos apresentados evidenciam a questão agrária como um ponto central ao colonialismo português e à exportação do capitalismo mercantil à América, seja

pela extração do Pau-Brasil, seja pela formação de latifúndios produtores de cana-de-açúcar, usando de mão de obra escravizada negra.

A cultura da cana somente se prestava economicamente, a grandes plantações. Já para desbravar convenientemente o terreno (tarefa custosa nesse meio tropical e virgem tão hostil ao homem) tornava-se necessário o esforço reunido de muitos trabalhadores; não era empresa para pequenos proprietários isolados. Isto feito, a plantação, a colheita, o transporte do produto até os engenhos onde se preparava o açúcar, só se tornava rendoso quando realizado em grandes volumes. Nestas condições, o pequeno produtor não podia subsistir (Prado, 1974, p.33).

As características naturais desse território, incluindo o clima e a pedologia, serão então usados como justificativas para o modelo de produção usado em todo o território nacional, e em toda a América, exceto pelas colônias do norte dos Estados Unidos da América, onde as especificidades climáticas, havendo a predominância do clima Temperado, possibilitaram a formação de minifúndios usando como mão de obra imigrantes livres (Prado, 1974).

Nas décadas medianas do século XVI, a coroa portuguesa elabora doze faixas a serem entregue para donatários portugueses, possuidores de bons vínculos com a corte. Foi esse o primeiro marco histórico de concentração fundiária no Brasil. As capitanias eram transmitidas geracionalmente, e subsistiram por pouco mais de um século, o donatário possuía o direito de exploração das terras como bem desejasse, sendo a propriedade das terras, porém exclusivamente da coroa portuguesa, vigoraram entre essas somente duas, a capitânia de São Vicente e Pernambuco, dissolvendo-se as capitânias no governo geral, então instaurado.

Na década de 1840, já existiam críticas à histórica concentração fundiárias brasileiras, qualificando a questão agrária como central no que tange às mazelas sociais que afligiam o povo brasileiro à época. O socialismo europeu passava a adentrar o Império e a estruturar-se especialmente nos grandes centros urbanos como Olinda e Salvador. Percebe-se que pensadores brasileiros já apontavam o acesso à terra como um caminho possível para a resolução do país, embora os caminhos institucionais determinados não muito tempo depois tenham rumado para a consolidação dos latifúndios (Fausto, 1995).

Tal fato não impediu, porém, a repetição da dinâmica descrita por Prado (1974) ao descrever a formação da economia açucareira no Brasil, agora diante de uma nova cultura agrícola e de uma sociedade que se interiorizava nas terras americanas ao longo dos últimos três séculos. Fausto (1995) elucida a necessidade de investimentos

significativos no século XIX por parte do cafeicultor, que necessitava derrubar a mata, preparar, a terra, comprar escravizados, construir instalações e prédios, entre outros custos. Tudo isso na verdade era precedido pela posse das terras, repetindo-se a lógica de concentração nas mãos da burguesia brasileira em ascensão.

A história da ocupação seguiu um padrão que vinha do passado e iria se prolongar pela História do Brasil. Havia uma total indefinição dos limites das propriedades e muitas terras não eram exploradas. Os títulos de propriedades, quando existentes, podiam ser contestados porque, entre outras coisas, uns se sobrepunham aos outros. Em um quadro desse tipo, prevaleceu a lei do mais forte. O mais forte era quem reunia condições para manter-se na terra, desalojar posseiros despossuídos de recursos, contratar bons advogados, influenciar juízes e legalizar assim a posse das terras (Fausto, 1995, p.187).

A partir da década de 1830, uma série de leis, sob forte influência do liberalismo europeu passam a restringir o tráfico de escravizados para o Brasil, ganhando novas proporções a partir de setembro de 1850, com a lei Eusébio de Queirós, que diminuiu exponencialmente o número de escravizados que passaram a entrar no país, fazendo o número de cativos a entrar no Brasil em 1949, 54.000, cair para cerca de 3.300 em 1951. A legislação evidenciava a decadência da sociedade escravagista, e apontava para o fim da escravidão num futuro próximo, é nesse contexto que as províncias mais meridionais passaram a buscar mão de obra branca e católica, a fim de suprir as vagas remanescentes, resultantes do fim de tráfico e posteriormente da Abolição da Escravidão, assim como dos ideais de branqueamento populacional em vigor (Fausto, 1995).

A Lei de Terras foi concebida como uma forma de evitar acesso à propriedade da terra por parte dos futuros imigrantes. Ela estabelecia, que as terras deveriam ser vendidas a um preço suficientemente elevado para afastar posseiros e imigrantes. Estrangeiros que tivessem passagens financiadas para vir ao Brasil ficavam proibidos de terras antes de três anos após a chegada. Em resumo, os grandes fazendeiros queriam começar a atrair imigrantes para substituir a mão de obra escrava tentando evitar que logo eles se convertessem em proprietários (Fausto, 1995, p.196).

Duas semanas após entrar em vigor a Lei Eusébio de Queiroz, promulgou-se a conhecida Lei de Terras de 1850, tornando possível a posse das terras unicamente por meio da compra, e fazendo com que todas as terras até então inexploradas dentro do território nacional, passassem a ser propriedade do Estado brasileiro. A lei acentuou as desigualdades históricas relacionadas ao acesso à terra, impossibilitando que, após o fim da escravidão em 1888 os até então escravizados pudessem ocupar,

habitar, cultivar ou trabalhar nas terras improdutivas, lançando-os às margens da sociedade brasileira, submetendo também os imigrantes que chegavam ao país a difíceis condições de acesso à terra, condenando-os às precariedades da elite brasileira, desacostumada a trabalhar com mão de obra livre.

2.2 Imigração Europeia

Desde a invasão portuguesa em território brasileiro em 1500, a migração europeia para o Brasil tornou-se constante, com variações de fluxo, origem, intensidade, causas, mas contínua. É bem provável que os brasileiros, ou seja, traficantes de pau-brasil de origem portuguesa e francesa muito provavelmente tenham sido os primeiros imigrantes europeus a se fixarem nas terras que futuramente dariam origem ao país cuja nacionalidade do seu povo faz menção a esse ofício histórico.

É no século XIX, durante o ciclo do café, que o número de imigrantes passa crescer de forma vertiginosa. Com o conjunto de leis que se estabeleceram a partir do início daquele século, enrijecendo o tráfico e o uso da mão de obra escravizada no Brasil, era fundamental encontrar novos caminhos para que o cultivo da principal fonte de lucro do país, o café, seguisse acontecendo. Durante determinado período, quando a legislação proibia o tráfico de escravizados, mas ainda possibilitava seu uso, cafeicultores do sudeste compraram escravizados dos antigos polos econômicos do país, especialmente de estados nordestinos como a Bahia, e parte do contingente escravizado das Minas Gerais a fim de suprir a crescente demanda (Prado, 1974).

O Brasil já experimentara nas décadas medianas daquele século a ação do Império que, para manter seus domínios sobre os territórios das províncias meridionais do Brasil, contratou companhias marítimas para recrutar imigrantes na Europa, especialmente na Alemanha e Itália, que à época precisavam lidar com diversos conflitos territoriais, políticos e com a fome que se intensificava nesses países ao passo em que a industrialização expulsava os camponeses para as cidades, criando exércitos de sobrantes despidos de acesso a bens básicos à manutenção da vida, fossem roupas, alimentos ou mesmo moradia. Esses imigrantes receberam terras no Sul do Brasil, passando a reproduzir na região a agricultura, a pecuária e dificultando a invasão de países vizinhos (Piassini, 2017).

Naquele período, a publicação da obra “A evolução das espécies” de Charles Darwin ganhava notoriedade em todo o mundo ao explicar a perpetuação de características dos seres vivos a partir das necessidades específicas de cada ambiente. A ideia de evolução, pressupõe a existência de uma hierarquia partindo dos seres em tese, menos evoluídos até os mais evoluídos. Rapidamente a obra suplantou os estudos biológicos e sua lógica passou a ser usada a fim de categorizar as diferentes etnias ao redor do mundo, tornando-se um instrumento de manutenção do eurocentrismo e de subjugamento dos povos originários da África, América, Ásia e Oceânica. Influenciando o afã pelo embranquecimento do povo brasileiro durante as décadas finais do Império, tendo como principal difusor dos ideais racistas no Brasil o francês Arthur Gobineau, cujos vínculos com a família imperial tendem a ter repercutido nas políticas migratórias (Souza, 2013).

A partir da década de 1870, estendendo-se até as duas primeiras décadas do século XX, o declínio do tráfico negreiro pressionou os cafeicultores paulistas a investirem valores vultuosos no recrutamento de europeus originários do oeste do Velho Continente, onde o modelo capitalista industrial já vigorava, gerando entre outras consequências o desemprego estrutural. Desdobrando-se na fome, miséria, falta de acesso à moradia, doenças infecciosas e na criminalidade. As companhias marítimas criaram com base nessas condições um novo mercado, no qual os ociosos europeus configuravam a mercadoria desejada pelo Estado e pela elite cafeeira brasileira (Holloway, 1984).

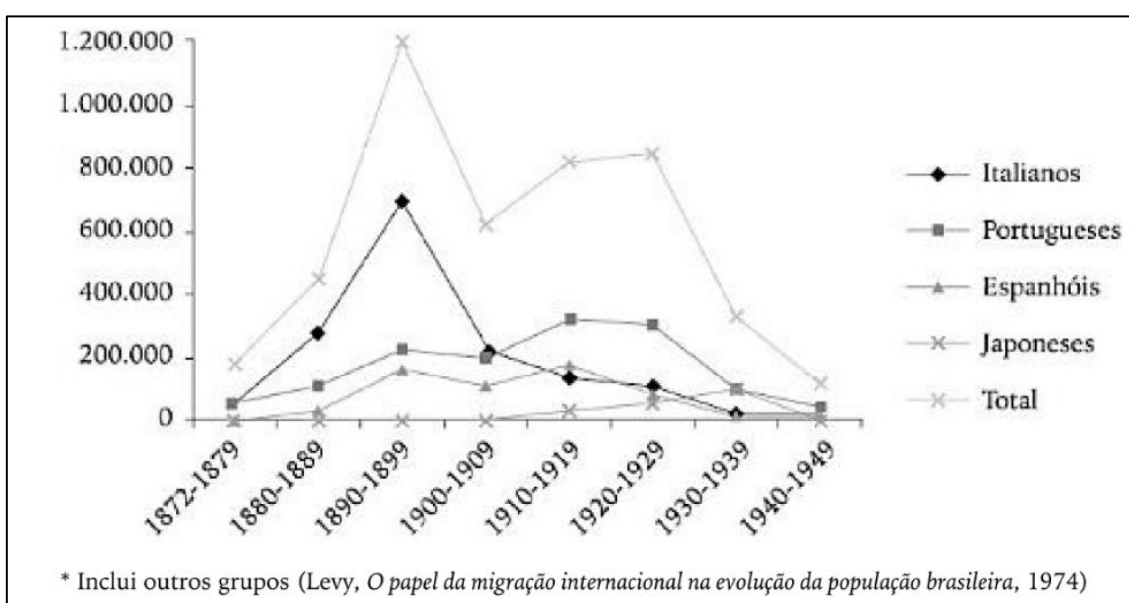
Holloway (1984) estimava que entre 1883 e 1910, 09 a cada 10 imigrantes instalados na Hospedaria do Brás, rumava para o oeste paulista. Embora diversos grupos tenham migrado para o país, entre eles espanhóis, portugueses, alemães e japoneses, a migração italiana fora quantitativamente a mais representativa no estado de São Paulo. De acordo com Truzzi (2016) em algumas regiões do estado, o número de filhos de italianos superava os 80% do total de nascimentos. O autor afirma ainda a presença de 400.000 italianos somente no estado de São Paulo na década de 1920, destes, mais de 77% viviam fora da capital, apontando para a relevância desses imigrantes sobretudo no interior do estado, onde predominava a cafeeira. A tabela 1 e o gráfico 1 demonstram a representatividade dos imigrantes na composição demográfica paulista entre o século XIX e a primeira metade do século XX.

Tabela 1-Entrada dos principais grupos de imigrantes em São Paulo (1872-1949)

Ano	Italianos	Portugueses	Espanhóis	Japoneses	Total das entradas*
1872-1879	45467	55027	3392	–	176337
1880-1889	277124	104690	30066	–	448622
1890-1899	690365	219353	164293	–	1198327
1900-1909	221394	195586	113232	861	622407
1910-1919	138168	318481	181651	27432	815453
1920-1929	106835	301815	81931	58284	846647
1930-1939	22170	102743	12746	99222	332768
1940-1949	15819	45604	4702	2828	1140885

Fonte: Truzzi, 2016, p.22.

Gráfico 1-Os principais grupos de imigrantes no estado de São Paulo (1872-1849)



Fonte: Truzzi, 2016, p.22.

No caso do estado de São Paulo, os imigrantes italianos, seguidos por portugueses e japoneses compunham os grupos mais representativos, alcançando cifras anuais superiores a 600.000 entre 1890 e 1899 no que diz respeito aos italianos, e cerca de 200.000 cada, ao tratar-se dos japoneses e portugueses.

Mesmo diante da expressividade das migrações europeias para o Brasil a partir do século XIX, Ribeiro (2015) defende que as bases responsáveis por formar a identidade nacional brasileira já estavam lançadas desde o século XVI, sendo resultado dos violentos processos de interação entre os povos originários, os africanos escravizados e os portugueses, resultando num “*modus vivendis*” único do país. Embora o autor assuma a influência significativa dessas imigrações internacionais para as regiões mais meridionais do território nacional, defende que tenha havido a assimilação desses imigrantes à cultura brasileira, e não uma resignificação da identidade que se construía nos séculos anteriores.

Apesar de numericamente pouco ponderável, o papel do imigrante foi muito importante como formador de certos conglomerados regionais nas áreas sulinas em que mais se concentrou, criando paisagens caracteristicamente europeias e populações dominadoramente brancas. Conquanto relevante na constituição racial e cultural dessas áreas, não teve maior relevância na fixação das características da população brasileira e da sua cultura. Quando começou a chegar em maiores contingentes, a população nacional já era tão maciça numericamente e tão definida do ponto de vista étnico, que pôde iniciar a absorção cultural e racial do imigrante sem grandes alterações no conjunto (Ribeiro, 2015, p. 182).

Se assume, porém, a importância da experiência desses migrantes na formação da indústria nacional. Embora a grande maioria desses imigrantes fossem trabalhadores braçais rurais, sem nenhuma experiência com as atividades urbanas, uma parcela deles havia experimentado o trabalho industrial, especialmente nas províncias do norte da Itália, lançando as bases da urbanização e industrialização brasileira. Vale a pena frisar, porém, a relevância da mão de obra nacional, especialmente nordestina, que por razões políticas, econômicas e ambientais migrou massivamente para o Sudeste no início do século anterior, compondo boa parte da classe trabalhadora responsável pela construção da e na indústria nacional.

Percebe-se ainda, em diversos momentos na historiografia clássica do Brasil a busca pela construção de uma história positivista da imigração europeia, por vezes marcada pelo apagamento das histórias das lutas e da presença dos povos pretos e dos indígenas do Brasil. Evidencia-se aquele momento, certo higienismo não somente nas políticas públicas como na literatura e nos meios de comunicação da época, atacando as diferentes atividades exercidas por esses grupos em São Paulo, desde benzimento e comercialização de ervas medicinais, às manifestações culturais desses

grupos empobrecido, tais como festas, contando com grande repressão policial (Santos, 1998).

2.2.1 Migrações nordestinas e mineiras: um breve histórico

Por questões de ordem natural, especialmente em razão da existência do Planalto da Borborema, impedindo a entrada de massas de ar úmido no interior do Nordeste, a ocorrência do clima semiárido, e por consequência suas longas estiagens sempre marcaram a região. É, porém, no final do século XIX, durante a grande seca ocorrida entre os anos de 1877 e 1879, afetando os complexos pecuários e algodoeiros nordestinos, e somando-se ao desenvolvimento de epidemias, levou à morte mais de 200.000 pessoas (Greenfield, 2011)

As condições climáticas do interior do Nordeste, somadas às políticas higienistas adotadas por alguns estados da região, voltadas ao fim da mendicância, resultaram em medidas extremas por parte dos governos. Em razão do elevado fluxo de paupérrimos nas ruas de Fortaleza, à mercê da fome, da sede e das doenças, passou-se a aprisionar-se os flagelados em grandes campos de concentração, chegando a quase 74.000 'prisoneiros' em sete campos de concentração espalhados pelo Ceará, como ilustra a figura 1. Emigrações compulsórias para outros Estados da Federação também estiveram entre as práticas adotadas. A pobreza era categorizada pela elite cearense como caso de polícia, e as formas usadas pelos pobres de subsistir, por vezes furtos e outros delitos, eram tidos como falta de civilidade (Rios, 2020).

Figura 1- Crianças em campo de concentração no Ceará em 1932



Fonte: Rios, 2020, p.8.

Mesmo com a existência de um fluxo migratório desde o século XIX no sentido Nordeste/Sudeste, é somente na década de 1930 que a chegada de migrantes brasileiros chegados a São Paulo ultrapassa o número de imigrantes europeus, especialmente da Europa Ocidental. O estado da Bahia, por exemplo, foi um dos mais importantes exportadores da mão de obra responsável seja pelos trabalhos nas indústrias e comércios nos grandes conglomerados urbanos, configurando a migração rural-urbana, ou mesmo na abertura de picadões e nas lavouras do extremo oeste do estado (Monbeig, 1998).

Com efeito, eram em grande maioria oriundos dos estados do Nordeste, os brasileiros que demandavam São Paulo. Sem dúvida, topava-se às vezes com homens vindos do Paraná, mais raramente de Santa Catarina e até do Rio Grande do Sul. Preferiam eles de resto os planaltos setentrionais do Paraná aos de São Paulo. Encontrava-se em toda parte o 'nortista', habitante do Nordeste. Mais precisamente dizia-se "baiano", porque a Bahia foi o principal centro de emigração para as zonas pioneiras de São Paulo e do Norte do Paraná (Monbeig, 1998, p. 150)

Embora a migração baiana tenha sido a mais vultuosa, outros estados da região também migraram massivamente e, o estado de Minas Gerais, cujas condições climáticas e econômicas das regiões setentrionais muito se assemelham ao sul da Bahia, também foram extremamente relevantes na formação das zonas novas de São Paulo. Se desde a Guerra do Paraguai já havia um fluxo migratório do estado rumo aos cafezais que eclodiam no Oeste, essa migração consolida-se rumo aos espigões do planalto basáltico paulista (Monbeig, 1998).

Entre 1936 e 1940 forneceu a Bahia um pouco mais dos trabalhadores nacionais aparentes (50,9%), Minas (22,7%), baixando bruscamente a cifra dos outros estados. Alagoas (8,4%), Pernambuco (7,4%) e mais ainda Rio de Janeiro (2%), Sergipe (1,9%), Ceará (1,7%) e Espírito Santo (1%). De modo geral as regiões que mais padeceram da seca, tanto na Bahia como em Minas Gerais foram os principais focos do êxodo, mas não os únicos. Em Minas a emigração se fez a custo da Zona da Mata, sua antiga região cafeeira, em Pernambucano e Alagoas, os centros de partida foram os municípios onde imperava a cultura de cana e onde era mais elevada a densidade da população (Monbeig, 1998, p. 150).

Entre os fatores de ordem política que se associam à essa migração, vale a pena frisar as medidas nacionalistas adotadas por Getúlio Vargas na década de 1930, diminuindo o fluxo da migração europeia e intensificando as migrações nacionais. Destaca-se o decreto 19.482/1930, que restringia a entrada de estrangeiros em

território nacional e deliberava acerca dos trabalhadores nascidos no Brasil (Geraldo, 2012).

Art. 3º Todos os indivíduos, empresas, associações, companhias e firmas comerciais, que explorem, ou não, concessões do Governo federal ou dos Governos estaduais e municipais, ou que, com esses Governos contratem quaisquer fornecimentos, serviços ou obras, ficam obrigadas a demonstrar perante o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, dentro do prazo de noventa dias, contados da data da publicação do presente decreto, que ocupam, entre os seus empregados, de todas as categorias, dois terços, pelo menos, de brasileiros natos. Parágrafo único. Somente na falta, de brasileiros natos, e para serviços rigorosamente técnicos, a juízo do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, poderá ser alterada aquela proporção, admitindo-se, neste caso, brasileiros naturalizados, em primeiro lugar, e, depois, os estrangeiros (Brasil, 1930).

Diante das condições legais, que favoreciam os trabalhadores nacionais, somadas ao quadro de pobreza e seca no interior da região, de trem ou mesmo em paus-de-arara, os retirantes nordestinos concentravam-se nos municípios portuários às margens do rio São Francisco, ou mesmo em polos regionais que possibilitassem acesso aos meios de transporte citados. De lá rumavam em cansativas viagens, até o desembarque na Hospedaria dos Imigrantes, no Brás. Magros, pobres, cansados e por vezes acometidos por doenças, esses migrantes nacionais costumeiramente economizavam em São Paulo, retornavam ao Nordeste e, posteriormente, junto à família retornavam para o Sudeste (Monbeig, 1998).

Em razão de suas condições físicas, e certamente, diante da perspectiva eurocêntrica que vigorava, os nordestinos não eram bem quistos no estado, por vezes eram tratados mais como um problema social e sanitário do que uma solução mediante a demanda de mão de obra do estado. De qualquer forma, assim como os italianos tiveram fundamental papel entre o final do século XIX e o início do século XX, foram os nordestinos os grandes responsáveis pelo trabalho nas lavouras de algodão que ganhavam cada vez maior relevância na economia nacional (Monbeig, 1998).

No extremo oeste paulista esses migrantes nordestinos e mineiros tiveram relevante papel na formação regional, desde a derrubada da mata, tida como uma barreira frente ao progresso, ao povoamento, pois os baixos preços das terras possibilitaram que muitos retirantes adquirissem lotes a baixos preços ou mediante condições de pagamentos que viabilizassem o acesso à terra. Quando não, sistemas de parceria e arrendamento possibilitavam a esses trabalhadores de que empreendessem roçados de algodão, milho, feijão entre outras culturas, ora para a

subsistência ora a comercialização. São os migrantes nordestinos os responsáveis, seja pelo trabalho que deu condições a formação do extremo oeste do estado, seja à indústria nas regiões metropolitanas.

2.3 Industrialização brasileira

Até o século XIX, com a chegada da corte portuguesa às terras brasileira em 1808, toda e qualquer atividade industrial era estritamente proibida, a fim de manter o status quo do Pacto Colonial, no qual a metrópole se beneficiava das relações com a colônia, monopolizando tanto a compra de matéria prima a baixíssimos custos, além da arrecadação de impostos, assim como explorando com exclusividade o restrito mercado consumidor, composto por alguns poucos imigrantes livres e fazendeiros (Hess, 2011).

A economia cafeeira, voltada à exportação ao mercado europeu e estadunidense, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, criou o arcabouço para que o país deixasse um modelo econômico ainda bastante baseado na troca de mercadorias, e em razão da disponibilidade da moeda no território nacional, promovesse a monetização da economia e, obviamente, o crescimento da renda média nacional. Essa dinâmica afetou diretamente os hábitos de consumo da população brasileira, engendrando um mercado cada vez mais pujante de produtos manufaturados (Dean, 1976).

Havia a necessidade de criação de redes conectando as diferentes regiões produtoras do grão, as grandes cidades e o porto de Santos, de onde o café era exportado para Europa e Estados Unidos, no contexto industrial, é exatamente essa economia que justificará a integração econômica das zonas cafeicultoras, inclusive das áreas recém desmatadas para o cultivo, por meio da expansão da malha ferroviária brasileira, facilitando não somente a exportação, mas possibilitando a introdução de hábitos urbanos aos rincões brasileiros, com maior ênfase aos estados de São Paulo, e a logística dos manufaturados anteriormente mencionados (Nicol, 1974).

Para além, a cafeicultura ainda agiu como mola propulsora da imigração europeia para o Brasil. Aproveitando do grande contingente de mão de obra paupérrima e ociosa em solo europeu, resultado da industrialização que alterava as estruturas sociais e econômicas do velho continente, e da necessidade de braços

capazes de dar sequência ao trabalho nos cafezais brasileiros, uma vez que a escravidão tivera seu fim decretado, e os ideais eugenistas de branqueamento da população brasileira vigoravam, as condições europeias e brasileiras criavam um 'equilíbrio' perfeito para a continuidade da cafeicultura, oferecendo ainda profissionais que na Europa haviam tido experiência em atividades urbano-industriais (Holloway, 1984).

Nesse sentido, vale a pena elucidar ainda a relevância dos cafeicultores paulistas na modernização econômica do estado. Foram eles os responsáveis por realizar vultuosos investimentos em atividades e serviços citados, como a construção das ferrovias, a contratação de companhias marítimas para o recrutamento de imigrantes além-mar, a criação de diversos bancos, assim como na indústria de transformação, mesmo que de forma mais sutil (Dean, 1976).

Seguindo tal lógica, o capital industrial estruturado no Brasil ao fim do século XIX e nas décadas iniciais do século XX compreendem-se como uma extensão do capital cafeeiro, pois elaborou-se uma conjuntura na qual havia mão de obra livre, assalariada, integração e transporte em razão das ferrovias e portos, a capacidade de importação de bens básicos e outra sorte de produtos industrializados, além de um mercado consumidor crescente em território nacional, propícia ao desenvolvimento da indústria (Suzigan, 2000).

Chama a atenção para o caso da industrialização brasileira, o período entre 1914 e 1929. Se até 1914, com o início da I Guerra Mundial, o Brasil tinha condições de importar bens de consumo como roupas, alimentos e outros da Europa, a partir do conflito bélico, se impõe ao país a necessidade de que houvesse maior diversificação industrial, ao mesmo tempo, de forma quase antagônica, a guerra impossibilitou a importação de maquinário e insumos necessários à indústria, atuando como uma via de mão dupla, se em parte gerou-se uma pressão para a industrialização, do outro, dificultou o acesso aos meios para que se efetivasse (Versiani e Suzigan, 1990).

Mesmo com tais mudanças substâncias na economia brasileira, é somente após a Grande Depressa oriunda da Queda da Bolsa de Nova York em 1929, que pela primeira vez a indústria, forjada no âmago da sociedade cafeeira, ultrapassa a agricultura na composição do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, alcançando taxas de crescimento de 10% na primeira metade da década de 1930. Esse rápido

desenvolvimento se deu num contexto de medidas protecionistas, marcadas entre outras coisas pela menor capacidade de importação resultantes da proteção aduaneira e cambial (Suzigan, 2000).

A crise demanda alterações na economia e na política global, colocando em xeque o liberalismo vigente, demandando maior intervenção estatal. Vargas assume em seu primeiro governo a postura de incentivo à industrialização de substituição de importação, a pressão varguista pela industrialização levou a taxa média de crescimento anual do setor industrial a alcançar 9.8% no ano de 1939, e 7.8% no ano de 1949. As debilidades do mercado internacional, somadas a falta de estrutura do capital nacional, levaram o Estado a assumir ainda a função de produtor em alguns setores tidos no período como prioritários. Destaca-se a criação das empresas Companhia Vale do Rio Doce (CPRD), Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHSF), a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e posteriormente a Fábrica Nacional de Motores (FNM) (Cano, 2015).

Se as bases da industrial nacional se formulam sob a égide da cafeicultura brasileira, a partir da década de 1945, mudanças estruturais do contexto pós Segunda Guerra Mundial afetam o processo de industrialização nos países periféricos, as empresas multinacionais passam a ter um papel central nessa fase, pois buscaram freneticamente a preservação total dos mercados consumidores desses países, como é o caso do Brasil. A política de abertura econômica, com especial atenção ao setor automobilístico, era produto do declínio dos mesmos produtos nos países de origem dessas empresas, que agora transbordariam para os países capitalistas pobres (Vicenconti, 1977).

Com a eleição de Juscelino Kubitschek, o governo brasileiro rumou para políticas de incentivos fiscais e concessão de benefícios a fim de promover a indústria. Concessão de terrenos para a construção de fábricas, isenção de impostos, empréstimos e toda a sorte de subsídios foram concedidos a essas gigantes internacionais que já desejavam explorar os mercados do mundo periférico. O setor químico, automobilístico, naval e a mecânica estão entre alguns dos principais setores incentivados pelas medidas de JK (Ribeiro, 2015).

Ao contrário dos países da Europa, da América do Norte e da Austrália, o Brasil atravessou uma industrialização acelerada, incapaz de absorver a grande maioria da mão de obra sobrando na sociedade brasileira disponível à época, logo, embora a industrialização tenha reverberado fortemente sobre o PIB, não houve proporcional influência na estrutura ocupacional do país, considerando as baixas taxas de empregos formais geradas pelas indústrias brasileiras (Vicenconti, 1977).

O próprio perfil dessas empresas, somadas ao passado cafeicultor do Brasil tornaram a industrial brasileira duplamente concentrada, ou seja, com alta concentração setorial, tendo em vista que as médias e grandes empresas de cada setor acabaram ficando à frente desse processo, assim como houve também a concentração regional. O legado do café, entenda-se o grande mercado consumidor, a estrutura logística e de transporte, o comércio possibilitaram a alta concentração industrial no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, gerando grandes discrepâncias entre a região Sudeste e o restante do país, ao menos até a década de 1970, quando há um aumento exponencial da industrialização na região Sul (Vicenconti, 1977).

2.4 Revolução Verde

Se os bolcheviques fizeram a revolução vermelha em 1917, instaurando na Rússia o regime socialista e posteriormente agregando outros territórios ao seu sistema político-econômico, era fundamental a contraposição dessa revolução. Uma vez que no imaginário popular ocidental, comumente o socialismo é atrelado a fome, a melhor forma de contrapor os soviéticos, era então elaborando discursos em torno do fim da fome, pois se a economia planificada engendra a escassez, é preciso que o capitalismo seja o contraponto, a antítese, sinônimo de abundância. Nesse sentido, a Revolução Verde se estrutura no México no período pós Segunda Guerra Mundial e se expande rumo às periferias do capitalismo.

Na década de 1950 a elite agrária brasileira defendia que os problemas brasileiros não residiam na concentração de terras que marcava a configuração brasileira desde os primórdios da colonização europeia. A Confederação Rural Brasileira (CRB) defendia que o cerne dos males que afligiam o país centralizava-se na escassez de crédito, planejamento, transporte e escoamento dos produtos, vale frisar tratar-se de uma representação patronal. A instituição defendia a necessidade de haver 'justa remuneração' às atividades do campo e melhores condições de vida

para 'o homem rural'. O uso dessa linguagem eufemista, visava apagar as questões de classe e conquistar os pequenos produtores, destituindo o debate de temas como a reforma agrária que questiona o latifúndio e os privilégios dos latifundiários brasileiros (Wolfart, Silva e Ribeiro, 2020).

A Revolução Verde promoveu um processo de rápida modernização na agricultura, aumentando a produtividade das lavouras. Em suma, a revolução consistiu na elaboração de um novo paradigma no setor agropecuário, baseado no uso de químicos, sementes geneticamente modificadas e maquinários em atividades outrora realizadas manualmente, ou no máximo por tração animal. No Brasil, os pilares da Revolução Verde concentraram-se nos seguintes pontos: pesquisa agropecuária, assistência técnica e concessão de crédito rural, seguindo a mesma lógica produtiva de outros países onde a revolução também ocorrera, inclusive com o apoio de empresas como a Ford e a Fundação Rockfeller, Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento (USAID) e outras (Compagnolla e Macedo, 2022).

O discurso imperante no Brasil acerca da dita modernização no campo atravessava um dos principais biomas do país, o Cerrado, a proposta era tornar as colossais terras do bioma produtivas, além de dar suporte à industrialização que se desenvolvia no país desde o final do século XIX. A aproximação do conhecimento científico à agricultura propunha a adoção de concepções epistemológicas positivistas no campo. Ou seja, doravante era necessário que mesmo a agricultura, desenvolvida a partir de saberes tradicionais desde o período Neolítico, agora estivesse sob o crivo do conhecimento científico, e usando de seus preceitos a fim de aumentar a sua produtividade, o que dialoga também com a teoria Malthusiana, cuja tese central defende a falta de elementos naturais básicos para a manutenção da vida diante do aumento populacional em curso, se Malthus propunha o extermínio de parte da população por meio de doenças e guerras, a Revolução Verde se propunha a aumentar a produtividade para que tal escassez fosse suplantada (Cabral, Pondéy e Xu; 2021).

Para além, a Revolução Verde altera paradigmas outrora de impossível alteração por razões tecnológicas no campo. De acordo com Marx a única mercadoria capaz de gerar valor, é o trabalho, sendo assim, quanto maior o tempo de trabalho empregado na produção de determinada mercadoria, maior seu valor no mercado, havendo então uma relação de proporcionalidade direta. No que tange à agricultura,

porém, há ainda outro elemento para além do tempo de trabalho, o tempo de produção. O tempo despendido pelos trabalhadores no preparo da terra, plantio, manutenção da lavoura e colheita de café, por exemplo, é extremamente menor do que o tempo naturalmente necessário entre o plantio e o tempo de colheita, sendo assim, ao contrário do que se observa na indústria, onde o tempo está sob pleno controle do capitalista, a agricultura impõe freios ao desenvolvimento do capital (Mann e Dickson, 1978)

A fim de incorporar a agricultura e a pecuária à lógica capitalista, o Capital se adapta dentro dos limites naturais possíveis, engendrando mercados voltados a essas atividades, o que se daria por meio da eliminação e substituição de elementos da produção agrícola por atividades agrícolas, ocorrendo especialmente por meio da criação e oferta de insumo que tendem a diminuir a autonomia dos produtores. Ou seja, a primeira instância da conversão da produção por atividade remete à industrialização, pois os insumos são produzidos pela indústria e, posteriormente há a substituição das bases materiais da agricultura por progresso tecnológico. Tal movimento de especialização e desenvolvimento do capitalismo no cerne da produção rural tende por si só a diminuir o número de produtores e /ou trabalhadores rurais (Schneider, 2003).

O contexto político brasileiro entre as décadas de 1960 e 1970 foi marcado pela Ditadura Militar (1964-1985), as políticas pautadas no discurso acerca da soberania nacional e do nacionalismo foram elementos simbólicos que endossaram a expansão da fronteira agrícola em nome da auto suficiência alimentar do mercado nacional, embora os maiores esforços empreendidos estivessem voltados à introdução da soja geneticamente modificada no Cerrado brasileiro, mesmo sem a efetiva participação do grão na cultura alimentar brasileira, de qualquer forma, o uso de tais tecnologias atendiam ao fetiche ditatorial pela modernização no campo e, em alguma medida, da industrialização que se iniciara em governos precedentes ao Golpe Militar. A partir da década de 1970, o pacote adotado pelo Brasil ficaria conhecido como Revolução Tropical, e teria como principal agente tecnológica-científica a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) que levaria os méritos pelo chamado milagre do Cerrado, ou seja, sua integração à economia capitalista com base na soja (Cabral, Pondevy e Xu; 2021).

Como a modernização no campo era voltada à agroexportação, por meio da agricultura industrial, não abarcando os pequenos agricultores, o resultado desse processo é a pauperização da população rural brasileira a partir da década de 1960, forçando os pequenos proprietários a venderem suas terras e pressionando os trabalhadores rurais a migrar para as cidades, gerando os diversos problemas inerentes ao inchaço urbano, como fome, pobreza, desemprego, violência, aumento das taxas de criminalidade e desigualdade social (Ameen e Raza, 2017).

2.5 Agro é tech, agro é Ditadura: considerações históricas sobre a modernização conservadora

Desde as capitânicas hereditárias, atravessando as sesmarias e alcançando a estrutura agrária contemporânea, o Brasil se organiza a fim de privilegiar a elite agrária nacional, que além de compor a oligarquia do país, sempre esteve diretamente atrelada à formação do Estado brasileiro, seja no poder executivo ou legislativo. A partir do golpe de Estado que deu fim à Democracia Brasileira em 1964, o país passou a ser administrado por militares junto ao capital internacional estadunidense. Na América Latina outras ditaduras já haviam se instalado sob a mesma dinâmica. Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai, são exemplos. Em meio à Guerra Fria, que polarizava o globo entre os blocos socialista e capitalista, a adesão de Cuba por meio de sua revolução no ano de 1961 ao socialismo, na perspectiva estadunidense, abria precedente para que os demais vizinhos latinos também o fizessem (Molina e Sanfelice, 2018; Locatelli e Lima, 2016).

Era preciso que houvesse investimento estadunidense sobretudo na educação e pesquisa, para que se consolidasse o projeto imperialista do país norte americano. Instituições como a fundação Ford e fundação Rockefeller, que já investiam no Brasil desde a década de 1950, tornaram ainda mais vultuosos seus investimentos após o golpe de 1964. No contexto nacional, os golpistas passaram a investir a partir de 1968 em ciências aplicadas, Escola Superior de Agricultura Luís de Queiroz (ESALQ), com ênfase ao campus de Piracicaba. Os investimentos consolidaram a parceria entre agricultores, ditadores e pesquisadores (Molina e Sanfelice, 2018).

O período entre os anos de 1964 e 1985 no Brasil, foram marcados pela chamada modernização conservadora. Se de um lado o desenvolvimento tecnológico possibilitava o emprego de tecnologias jamais vistas no campo, de outro o latifúndio,

base da formação do país no período colonial, a exploração dos trabalhadores, o genocídio contra os povos originários e os privilégios dos latifundiários seguiam a mesma estrutura desde 1500, com as invasões portuguesas (Molina e Sanfelice, 2018).

Com o modelo de produção usando de tecnologia de ponta, inclusive a fim de criar espécies geneticamente modificadas, no intuito de aumentar a produtividade e fortalecer a exportação afetou diretamente a sociedade brasileira, aumentando o custo de vida e a fome. Os transgênicos, com ênfase no milho, poderiam ser cultivados em diferentes regiões do país, e tinham grande potencial para a alimentação de animais confinados. Outros testes eram realizados no Brasil a fim de fomentar a agroindústria, sobretudo com café, trigo, soja, cana-de-açúcar e eucalipto. Entre os insumos, a bomba de cobalto despontava como uma alternativa para lidar com as pragas nas lavouras. Políticas de preços mínimos, junto a concessão de crédito rural sob juros irrisórios, passaram a compor as ações governamentais, subsidiando, porém, apenas as culturas passíveis do uso das tecnologias recém-criadas, e por consequência, da modernização, excluindo pequenos proprietários e trabalhadores rurais voltados à agricultura de subsistência (Molina e Sanfelice, 2018; Locatelli e Lima, 2016).

O modelo excludente de desenvolvimento adotado pelos militares nas décadas em que estiveram no poder junto ao setor privado, afetou diretamente a estrutura econômica da sociedade brasileira, intensificando as desigualdades postas desde o período colonial, como apontam Baumann e Gonçalves (2016).

Entre 1967 e 1973, a queda no poder aquisitivo da população economicamente ativa foi de 15,1%, chegando a 42% no período entre 1964 e 1974. O índice de Gini, que mede a desigualdade de renda, piorou sensivelmente no período: aumentou de 0,497 para 0,562 em 1970 e 0,622 em 1972. A camada dos 5% mais ricos da população aumentou sua participação na renda de 28,3% em 1960 para 39,8% em 1972. Em contraste, os 50% mais pobres, que contavam com 17,4% do rendimento total da população economicamente ativa em 1960, passaram a auferir apenas 14,9% do total em 1970 e 11,3% em 1972 (IBGE, 1979) (Baumann e Gonçalves, 2016, p.304)

Considerando as políticas adotadas pelos ditadores, percebe-se que as mudanças ocorridas favoreceram profundas transformações tecnológicas, econômicas e sociais no campo promovendo o êxodo rural, o inchaço urbano, a periferização e a fome nas camadas subalternas da sociedade brasileira.

2.6 Êxodo rural

Com origem no Latim antigo, o êxodo por excelência remete à saída. A palavra deriva do verbete “*exire*”, ou seja, “*ex*”, indicando ‘fora’ e, “*ire*”, apontando ir, numa análise fria, êxodo seria a ir para fora, deixar, ou como mencionado, sair de um determinado lugar, cidade, região ou país. Em língua inglesa, tendo como base essa mesma origem, a palavra ‘saída’, se escreve “*exit*”. Um dos livros da bíblia, talvez o mais importante livro para a consolidação do mundo ocidental, é o livro de Êxodos, no qual Moisés descreve migração do povo judeu, ao deixar o julgo do faraó, no Egito, e rumar para a terra prometida, Canaã.

A fim de compreender o êxodo no contexto rural, o texto se debruçará fundamentalmente nas transformações sociais ocorridas a partir da Revolução Industrial no século XVIII, no que tange aos países do Norte Global, e mais recentemente, especialmente após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) no Sul Global, com ênfase ao caso brasileiro e seus desdobramentos.

Entre o a segunda metade do século XIX até meados da década de 1960, a maior parcela das riquezas produzidas em território brasileiro era produto do trabalho de colonos, ou seja, de trabalhadores livres, imigrantes, que recebiam percentuais das sacas de café que colhiam, valores referentes à quantidade de ruas de cafés que assumisse cultivas ou mesmo por diárias de serviço nos cafezais. Todavia, para além do trabalho nos cafezais, esses colonos também possuíam o direito de construir uma casa no interior da fazenda, plantar culturas alimentares e criar animais, nesse sentido, é possível afirmar a existência de acesso por parte do trabalhador ao meio de produção, não sendo as relações totalmente monetizadas, como é de praxe no trabalho assalariado. Ademais, vale a pena elucidar que o cultivo desses roçados de subsistência não eram atividades individualizadas, dizia respeito a uma área comum de trabalho a toda a família: pai, mãe e filhos e por vezes noras e netos, remetendo parcialmente à agricultura familiar, no que tange à organização do trabalho (Boechat, 2020).

É, porém, na década de 1960, que as relações de colonato migram para regimes de parceria como é o caso meação e dos arrendamentos. A produção das lavouras de café, ou mesmo de outras culturas de curto prazo, como era o caso do algodão, do milho, do amendoim e do tomate, passam a dar lugar ao plantio de grandes pastagens, a fim de estabelecer nas fazendas a criação de gado bovino. Os

trabalhadores eram incentivados a deixar as fazendas, e a menor necessidade de mão de obra na pecuária, somado ao perfil urbano-industrial que despontava à época pressionavam as famílias rumo às cidades. A crise do colonato não dizia respeito somente ao colapso de tal forma de configuração do trabalho, era um sintoma do colapso da própria economia cafeeira, mascarando o trabalho assalariado em situações precárias com os sistemas de parceria e, posteriormente, diante da escassez de terras e da tendência à elevação do número de trabalhadores rurais, o surgimento da figura do boia-fria (D'Incao, 1979).

Na década de 1940, o Brasil possuía 18.885.420 hectares de lavoura em todo seu território, aumentando 1% de sua área na década seguinte, 55,7% na década de 1960 e 24,9% entre 1961 e 1967. Os dados apontam para um processo de desaceleração do crescimento das áreas de lavoura no país, enquanto isso, no que tange à pecuária, a tendência é contrária. Em 1940, 44.600.000 hectares eram destinados à criação de gado bovino, com aumento de 4,9% na década de 1950, 18,7% em 1960 e, 61, 8% até o ano de 1967. Para além do desestímulo à lavoura, os dados evidenciam ainda a substituição da lavoura pela pecuária nas primeiras décadas do Pós Guerra (Prado, 1971, p. 337).

Se inicialmente a pecuária de corte, voltada à exportação de detinha às áreas até pouco tempo inabitadas, de mata virgem, de São Paulo, Mato Grosso e de Goiás, o avanço da pecuária alcançou em pouco tempo as antigas zonas produtoras de café, cuja fertilidade do solo já não era mais tão pujante, como outrora, as terras erodidas, cansadas, pouco rentáveis, podiam porém, ser usada no plantio das pastagens, exigindo números extremamente menores no que diz respeito à mão de obra, o contrário da agricultura (Prado, 1971).

Pode então se afirmar que, as áreas antes ocupadas por grande contingente de agricultores, responsáveis por tocar roçados no regime de meação, tornam-se regiões semi desocupadas, nas quais as ruínas e casas abandonadas atestam o pretérito de intenso dinamismo econômico rural. A pecuária extensiva expulsava as famílias do campo, condenando milhões de brasileiros e brasileiras à pauperização, a saída do campo rumo à cidade e à dificuldade de assimilação na economia urbana que se constituía no Brasil, ao mesmo tempo que rompia com a economia colônia, meramente agroexportadora e, apontava para a possibilidade de melhor explorar o mercado interno. Simultaneamente, a canavicultura deixava sua tradicional

centralidade na região Nordeste e começava a se estruturar também no Sudeste, sobretudo no estado de São Paulo, que na década de 1970 era responsável por 30% da produção nacional da cultura, valendo a pena frisar ainda que, tal avanço, assim como o da pecuária, promoveu ainda a concentração fundiária e problemas diversos de ordem social (Prado, 1971).

2.6 Nova Alta Paulista

Estudos antropológicos recentes apontam a ocupação humana no espigão divisor Peixe/Aguapeí há milênios. A presença da cultura Itaré-Taquara constatada por meio de vestígios lítios colabora na compreensão da cultura desses grupos. O avanço da cafeicultura rumo ao oeste paulista entre o final do século XIX e o início do século XX promoveu a dizimação desse povo por meio de bugreiros, que à noite atacavam as habitações indígenas em meio à mata atacando homens, mulheres e crianças. A proposta era exterminar os selvagens, grilar as terras, derrubar a floresta e lucrar, inicialmente com a venda de madeira e de terras e, posteriormente com a cafeicultura, integrando a área de “matas virgens habitadas por índios” à economia paulista (Toso, 2022; Campos e Inoue 2020; Gil, 2014).

Para que se consolida-se tal projeto civilizatório no sertão paulista, a criação da Comissão Geológica e Geográfica de São Paulo (CGG), no final do século XIX, muito provavelmente tenha sido a principal ferramenta. Composta por profissionais de diferentes áreas, geógrafos, biólogos, botânicos e outros, a comissão enviava expedições às áreas “desabitadas”, como se percebe na figura 2, a fim de compreender a viabilidade e os gargalos acerca do avanço do café rumo ao oeste. Em 1905, as primeiras expedições viajaram ao longo de todo o curso dos rios Peixe e Aguapeí, registrando dados acerca da hidrografia, relevo, solo, clima, vegetação e mesmo aspectos da presença e comportamento dos indígenas que habitavam a área. As informações que compunham os relatórios subsidiavam não somente a marcha do café, mas os rumos das ferrovias paulistas (Lucio, 2014).

Figura 2-Expedição da CGGSP no rio do peixe em 1905



Fonte: Relatório de Exploração do Rio Feio/Aguapeí, CGGSP, 1905.

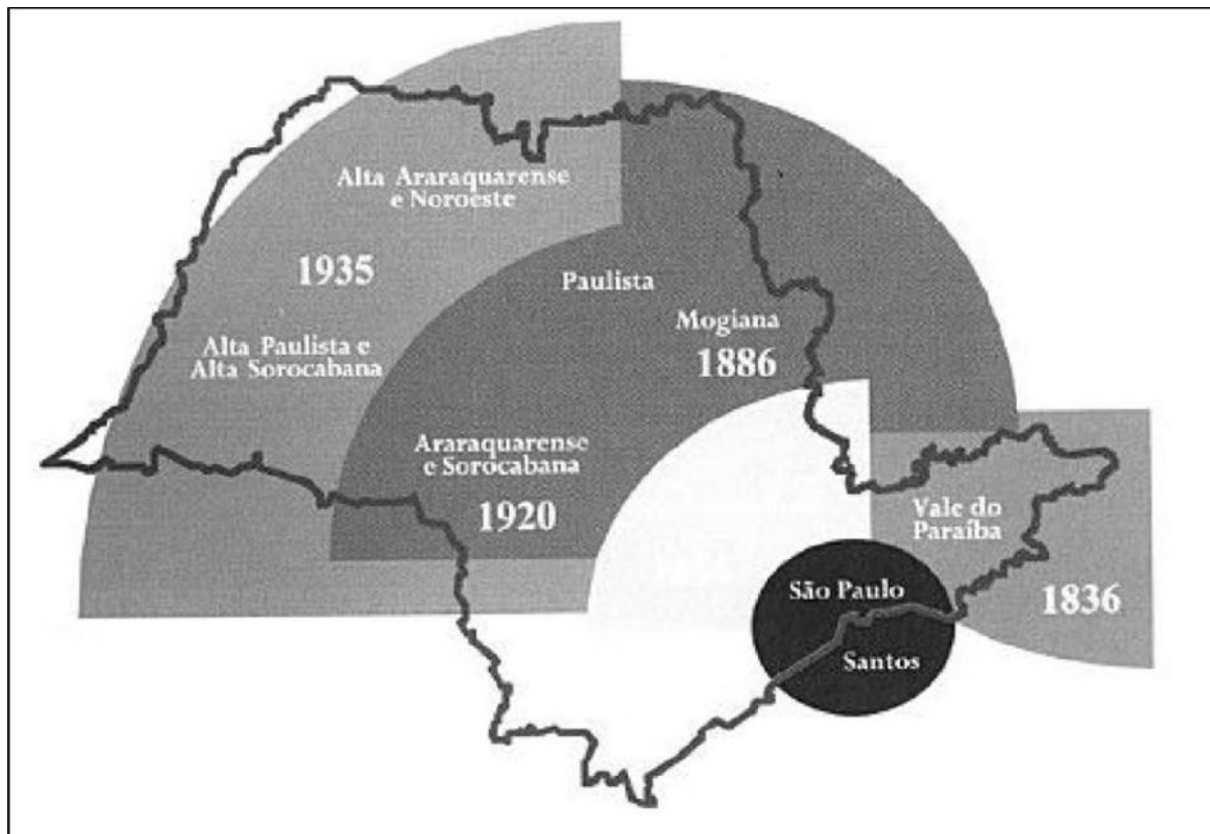
Se a Europa, referência sociocultural e econômica, já se industrializara desde o século XVIII, promovendo com isso uma urbanização sem precedentes, o ideal de progresso perseguido pelo governo brasileiro busca aproximar-se da realidade europeia, a fim de que, a mesma civilidade que impregnara no século XVI o discurso dos portugueses ao invadirem as terras brasileiras, agora ganham novos elementos como o café e a ferrovia, a fim de eliminar da cartografia paulista o sertão, pois, em tempos de ideais de desenvolvimento urbano-industrial, a mancha de mata virgem no mapa de São Paulo representa uma mácula a ser eliminada do estado mais rico da União, por meio do café, da ferrovia e da fundação de patrimônios, promovendo a integração econômica (Arruda, 2000).

Entre as décadas de 1920 e 1930, dezenas de patrimônios passaram a eclodir no espigão divisor Peixe/Aguapeí com o comércio de lotes urbanos e rurais. Os baixos preços das terras em comparação ao antigo oeste paulista, região de Campinas, Araraquara, Novo Horizonte, Taquaritinga, São Carlos e outras, somadas à promessa de valorização dos sítios com a construção da ferrovia da Companhia Paulista de

Estradas de Ferro (CPEF) apresentava-se aos colonos, especialmente de ascendência italiana, como a oportunidade de enfim tornar-se proprietário de terras, ascendendo social e economicamente e perpetuando a marcha do café rumo ao oeste do estado. Diversos desses patrimônios desapareceram com o passar do tempo, outros tornaram-se distritos ou bairros rurais, alguns, porém prosperaram, alcançando sobretudo nas décadas de 1940 e 1950 a emancipação político-administrativa (Martinelli, 1995; Gil, 2014).

O Avanço da cafeicultura por meio do binômio café/ferrovia foi o grande responsável pelo desenvolvimento econômico do estado e, possibilitou o acúmulo do capital que posteriormente seria empregado na industrialização do país, além de ter financiado a vinda de imigrantes europeus com experiência na indústria, auxiliando na industrialização brasileira. A cultura tropical, irrelevante à economia nacional no início do século XIX, cultivada em regiões até então em regiões de vale, ganha espaço no planalto paulista rumo até as décadas medianas do século XX para o extremo oeste do estado, como ilustra a imagem abaixo.

Figura 3- O avanço da cafeicultura no estado de São Paulo.



Além das migrações dos ex-colonos de ascendência europeia oriundos do antigo oeste, a migração japonesa também foi copiosa rumo ao extremo oeste do estado. A formação das novas regiões cafeicultoras coincidiu com as ondas migratórias nipônicas, incentivadas ora pelo governo paulista, em razão da demanda por mão de obra, ora pelo próprio governo japonês. Fazendo com que os traços culturais e sociais marcassem profundamente os patrimônios da região, o perfil mais fechado da colônia japonesa à época possibilitou a conservação de diversos hábitos e costumes que podem ser percebidos até os dias atuais em cidades como Bastos, Junqueirópolis, Herculanópolis e outras (Suzuki, 1995; Martinelli, 1995).

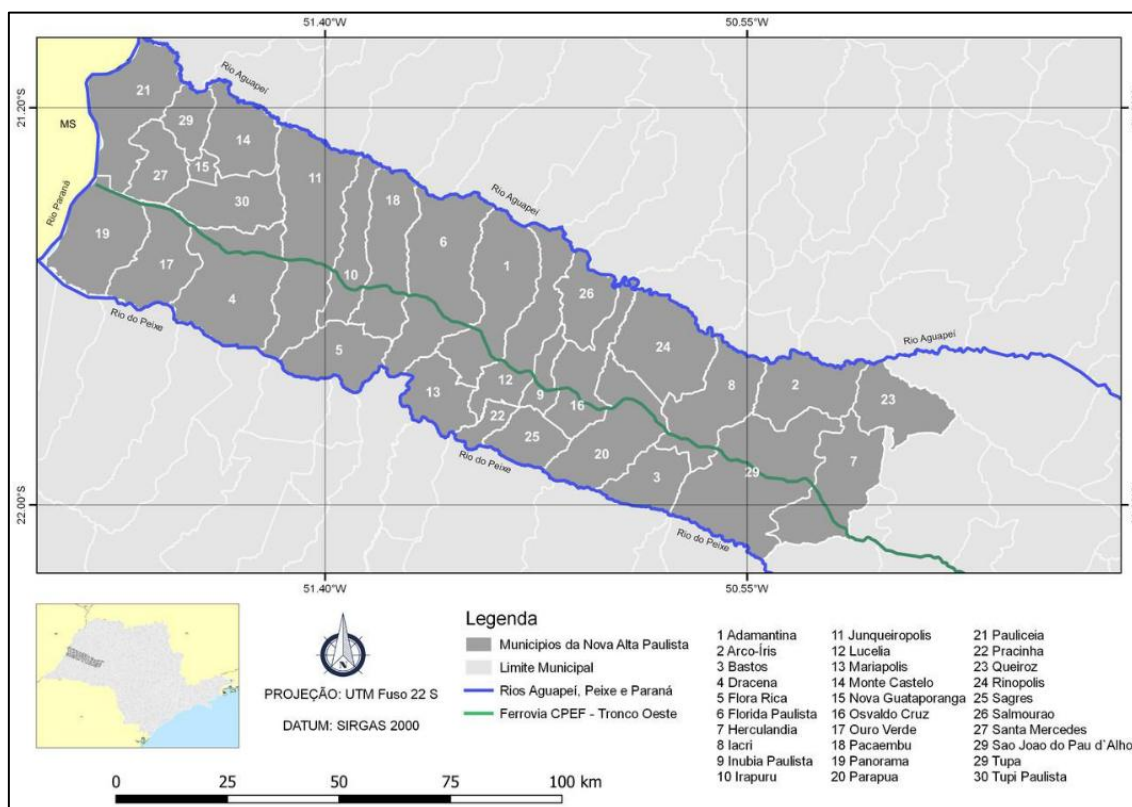
A década de 1930 foi marcada ainda por mudanças estruturais no Brasil com a ascensão do governo de Getúlio Vargas e junto a ele, do nacionalismo. O Nordeste do Brasil sofria com diversas estiagens que, junto à histórica concentração de terras, condenavam o povo à miséria e à fome, ocasionando revoltas organizadas aos coronéis nordestinos, latifundiários com grande influência política, por meio do cangaço, além do intenso fluxo migratório no sentido Nordeste/Sudeste, acentuada com a Lei 1.843 de 1949, que estabelecia em todos os setores e empresas, que houvesse proporção de dois terços de trabalhadores brasileiros para no máximo um terço de trabalhadores estrangeiros, incentivando a migração para estado que em razão da industrialização e urbanização ofereciam mais postos de emprego, fosse na indústria ou no comércio e serviços. Tais fatores favoreceram o deslocamento e estabelecimento desses retirantes, assim como de grupos oriundos da região Norte do estado de Minas Gerais nos municípios que se formavam no extremo oeste paulista (Gil, 2014; Monbeig, 1984).

Entre os mais contundentes pontos da formação do território da Nova Alta Paulista é a construção da ferrovia da CPEF. A ferrovia possibilitava a integração do sertão ao circuito produtivo paulista, promovendo a urbanização em razão das cidades que se fundaram em seu entorno, possibilitando o escoamento da produção de café do espigão divisor Peixe/Aguapeí para Santos. A expansão ferroviária criou zonas tributáveis e aumentou a arrecadação dos fretes, tendo ainda conectado o então estado do Mato Grosso, na região Centro Oeste, ao estado de São Paulo. Diversos fatores, porém, afetaram retardando ou dificultando o avanço dos trilhos, doenças como a malária, febre amarela e a leishmaniose, tal como verminoses, afligiam os precursores, pressionando o Estado a organizar grupos de serviço sanitário voltados

à profilaxia nas franjas pioneiras a fim de atenuar a situação. Vale ainda ressaltar que esse processo foi marcado pelo genocídio do povo kaingang, que habitava a região (Campos e Inoue, 2020).

Era necessário no período de estruturação dos municípios da área, que os moradores da zona rural estivessem relativamente próximos aos centros urbanos a fim de que tivessem acesso ao comércio e a serviços de saúde, à vida religiosa e às instituições estatais como cartório, prefeitura e outros. Como os meios de transporte do período, no interior paulista consistiam basicamente em carroças puxadas por tração animal e cavalos, pois o perfil econômico dos primeiros moradores da área não permitia o acesso a automóveis, que passavam a fazer parte paisagem brasileira. Tais aspectos acabaram por refletir na organização territorial do espigão, cuja fragmentação fez com que a distância média entre as cidades da área fosse de seis quilômetros (Gil, 2014).

Figura 4- Organização das cidades da Nova Alta Paulista



Fonte: Souza, A. (2020).

Essa configuração consolidou-se com a formação dos últimos municípios da área na década de 1950. A década seguinte foi marcada por alterações profundas na

realidade brasileira, a população da área, até então majoritariamente rural passa a migrar para as cidades, especialmente para as regiões metropolitanas de São Paulo, Campinas, Sorocaba e Americana. A busca pela substituição dos regimes de parceria pelo trabalho assalariado, somado à substituição da agricultura de lavouras de ciclo rápido, como o milho, amendoim, tomate e feijão pelas pastagens, onde doravante se criaria gado bovino, fosse para a leiteira ou corte, pressionaram a população a essas migrações. Em 1975, a geada de julho daquele ano devastou os cafezais de todo o oeste paulista, acentuando o desemprego, a fome, a pobreza e o êxodo rural (Gil, 2014; Boechat, 2020).

3 Metodologia: História Oral

Às margens do segundo maior rio do Brasil, o rio Paraná, Paulicéia é um convite à pesca e, certamente, também aos barcos que se achegam por essas bandas. Eduardo Galeano (1991) afirma que “a memória é o melhor porto de partida para navegantes que almejam vento e profundidade”. Ao lidar com a História Oral, faz-se necessário discorrer aqui acerca de dois conceitos fundamentais, a própria História Oral, e a memória, sem, todavia, apresentá-las como antagônicas, ou mesmo negando a relação entre ambas. Tal circunscrição dos termos é apresentada por Neves (2000) cabe à História Oral, assim como à memória, a preservação e a retenção do tempo, impedindo seu esquecimento, funcionando a relação existente entre ambas como suporte à manutenção da identidade social das comunidades.

Conhecida também como “História dos Debaixo”, a História Oral ocupa um papel fundamental na historiografia contemporânea. Se no passado a história se detinha a um número reduzido de fontes escritas, nas quais as narrativas da classe dominante, branca e alfabetizada, se sobressaía, novos caminhos metodológicos emergem no século XX, dando condições aos estratos sociais comumente excluído da construção das narrativas históricas de que, por meio de suas memórias, (re)construam a História. Alberti (2004, p.25) discorre sobre a História Oral como metodologia possível para o estudo da trajetória de comunidades, bairros, imigrantes, camponeses e outros grupos.

Embora atualmente a História Oral esteja consolidada, houve, sobretudo na segunda metade do Século XX diversos debates questionando a metodologia, deslegitimando a memória enquanto fonte histórica, uma vez que a memória é

plástica, e a todo instante se presentifica por meio da exposição do memorialista. Sobre essa plasticidade existente na memória Delgado (2003) infere que o homem, enquanto sujeito da História e das temporalidades é capaz de construir e destruir referências, assim como afirmá-las ou contestá-las, atualizando a partir dos valores presentes a interpretação pretérita.

A inferência de Delgado (2003) aponta para sociedades em constante mudança, sociedades em (re)construção, dialogando com o conceito de Santos (1994, p. 127-9), ao definir as identidades sociais como “identidades em curso”, o autor confere às sociedades a ideia de movimento, transformação, redefinição.

Para além, a memória é um espaço de disputa, de sobreposição de correntes ideológicas e, ao conduzir a interpretação social acerca do passado, redefini os passos rumo ao futuro. A memória precisa então ser refletida, pois, mesmo a ausência de vozes contra um determinado fato, processo, símbolo, não necessariamente representa o acordo dos memorialistas com os discursos oficiais vigentes, porém, são a busca pelo momento propício para virem à tona, mesmo que essas lembranças para isso precisem atravessar gerações em histórias familiares, entre amigos e outros caminhos extra oficiais, fazendo-se necessário uma constante revisão autocrítica do passado por parte dos governos democráticos como exercício à cidadania (Pollak, 1989).

A memória constrói-se, como já descrito, como social. Vale a pena enfatizar, porém que, para além de social, a memória é coletiva, pois como infere Halbwaches (1990, p.88) “... a memória coletiva é, ao contrário, o grupo visto de dentro, e durante um período que não ultrapassa a duração média da vida humana, que lhe é, frequentemente, bem inferior”, ou seja, a memória é, em parte, o produto das relações humanas estabelecidas no espaço acerca de si mesmo como percepção de si e do todo.

Ainda sobre os atributos da memória, Portelli elucida um fenômeno que tende a complementar as descrições de Halbwaches (1990). Ao estudar a memória local de Civitella Vai di Chiana, cidadela italiana na qual mais de cem civis foram mortos durante a II Guerra Mundial pelos nazistas. Portelli descreve percepções quase que antagônicas por parte da população local. Se de um lado, os membros da resistência italiana compreendiam os mortos como mártires da Libertação italiana na luta antifascista, do outro lado as famílias, esposas e filhos dos mortos, viam a situação

como uma atrocidade, informando não haver por parte dos assassinados relação alguma com a organização dos “*partigiani*” ou de qualquer movimento que agisse contra o nazismo. As famílias atribuem os assassinatos a incitações geradas por um pequeno grupo de antifascistas contra os nazistas, cuja resposta teria sido a chacina.

O fenômeno descrito por Portelli (2001) ficou conhecido como memória dividida, e expressa a maneira como, diferentes grupos sociais tendem a se relacionar com um mesmo fato histórico de maneiras diferentes, a partir das posições ocupadas por tais sujeitos em relação ao fato vivenciado, relacionando-se diretamente com suas subjetividades.

Delgado (2003, p.23) chama a atenção para aspectos inerentes à subjetividade da História Oral como metodologia, indicando meandros entre outras coisas, da coleta de dados por meio das entrevistas.

Por ser uma experiência através da qual se compartilha o registro das lembranças, transforma a narrativa em processo compartilhado que inclui em si as seguintes dimensões: estímulo ao narrar, ato de contar e lembrar e disponibilidade para escutar. Fala, escuta e troca de olhares compõem a dinâmica desse processo único e essencial à vida humana, pois não se vive em plenitude sem a possibilidade escutar, de contar histórias e de se apreender sob a forma de conhecimento, ou melhor, de sabedoria, o conteúdo narrado (Delgado, 2003, p.23).

Observa-se com facilidade na obra da escritora ucraniana Svetlana Aleksievitch, na obra “Vozes de Tchernobil: a história oral do desastre nuclear”, a importância das dimensões descritas por Delgado (2003). Aleksievitch constrói a obra com elementos que transcendem os aspectos verbais, descrevendo os silêncios, os choros, os suspiros de seus entrevistados, humanizando ainda mais as narrativas dos sobreviventes da explosão do reator de Tchernobil que atingiram a cidade de Pripyat, na Ucrânia, fronteira com a Bielorrússia.

No Brasil, de acordo com Graebin e Penna (2007) a História Oral começa a institucionalizar-se no Brasil por volta de 1971, com as primeiras gravações sendo realizadas pelo Museu da Imagem e do Som (MIS), e mais adiante pelo Museu do Arquivo Histórico da Universidade Estadual de Londrina, gradativamente aderindo-se à expressão História Oral. D’Araujo (2009) descreve também a História Oral dando seus primeiros passos em território brasileiro em meio à Ditadura Militar (1964-1985), expressando ainda o uso da metodologia como uma tentativa de preencher lacunas deixadas pelas fontes tradicionais da História em um momento no qual a Historiografia

brasileira se debruçava em demasia sobre o século XIX, ou mesmo ganhas ares mais descritivos usando de alguns poucos documentos. A História Oral se volta nesse sentido à compreensão do autoritarismo brasileiro, com especial ênfase à década de 1930, porém, com vistas também ao modelo autoritário vigente à época.

As observações de Ferreira (1997) apontam para outras características da História Oral, já nos finais dos anos 1990. Para a historiadora, as análises qualitativas da década auxiliaram a sociedade brasileira a fundamentar a cidadania, a melhor compreender os entraves que impediam a grande massa de gozar da cidadania plena, logo, debruçando-se sobre temas como a política nacional a partir da memória social.

Outro elemento de extrema importância para o desenvolvimento da História Oral como metodologia no país, são as transformações tecnológicas, com as tecnologias que possibilitaram a gravação em som e imagem da fala dos entrevistados, passa a haver a possibilidade de elementos diversos da fala desses sujeitos. A invenção e democratização dos gravadores e fitas cassetes sem sombra de dúvidas representaram um avanço inerente ao crescimento da História Oral no Brasil (McCleary, 2011).

Considerando as reflexões tecidas até o presente momento em torno da relação História Oral e Memória, cabe aqui ainda ressaltar a memória social como elemento indispensável à cidadania, uma vez que, o senso de coletividade, a identidade social, são inerentes à memória coletiva, inclusive, da espacialidade da memória, como afirma Decca (1992) “Se a sociedade histórica destrói as bases da memória coletiva espontânea, ela ao mesmo tempo desenvolve uma percepção histórica que, diante do perigo de uma perda definitiva do passado, começa a recriar deliberadamente lugares de memória”.

Tomando como base as inferências de Alberti (2004) inicialmente citadas, e o perfil do município de Paulicéia (SP), no qual os vínculos comunitários e a ruralidade ainda se fazem extremamente presentes, justifica-se a relevância da História Oral como metodologia a ser aplicada nessa pesquisa, em razão, entre outras coisas, do fortalecimento da base democrática inerente à metodologia.

Tabela 2- Quadro Metodológico

Objetivo específico	Levantamento e análise de dados	Fontes
Identificar as memórias locais de diferentes atores que vivenciaram o êxodo rural em Paulicéia.	Entrevistas pré-estruturadas.	Memorialistas do município de Paulicéia
Associar as memórias identificadas à História no contexto estadual e nacional.	Revisão de literatura.	Literatura histórica sobre os temas abordados.
Discutir as diferentes narrativas existentes no município em torno do período definido (1960-1970).	Revisão de Literatura e análise de documentos	Obras historiográficas, documentos pessoais e institucionais, públicos e privados.

Fonte: Autoral, 2024.

A fim de melhor elucidar a metodologia desse trabalho, facilitando a compreensão dos lugares dos quais se (re)constroem as memórias dos sujeitos de pesquisa que dão origem às narrativas que versam direta ou indiretamente sobre o êxodo rural no município de Paulicéia, construiu-se o quadro abaixo, apresentando algumas informações sobre os entrevistados

Tabela 3-Perfil Social e demográfico das(os) entrevistadas(os)

Perfil social e demográfico das(os) entrevistadas(os)				
Fonte Oral	Idade	Gênero	Cor	(Ex) Profissão
1	80	M	Branca	Lavrador
2	73	F	Preta	Boia-fria
3	75	F	Preta	Boia-fria
4	85	M	Preta	Lavrador
5	83	M	Branca	Lavrador
6	53	M	Preta	Operária em olária

Fonte: Autoral, 2025.

4. Paulicéia; a história que precede a fundação

As primeiras incursões a fim de promover a colonização no atual território pauliceense remetem às expedições da Companhia Geológica e Geográfica no ano de 1905, as empreitadas no rio Peixe, Aguapeí e Paraná visavam compreender aspectos da paisagem que possibilitariam posteriormente a exploração desse território. Os levantamentos financiados pela elite agrária paulista possibilitariam o avanço dos cafezais rumo ao extremo oeste, além de conectar São Paulo à região Centro Oeste, ao então estado do Mato Grosso. Os mapas do século XIX indicavam a região como 'áreas de mata virgem habitada por índios'.

Estudos arqueológicos recentes, realizados na foz do córrego Itaí, afluente do rio Paraná, que banha o município de Paulicéia, comprovam a presença de povos indígenas com conhecimentos em caça, coleta e cerâmica vivendo na área há mais de dois milênios. Identificou-se vestígios da etnia Guaraní datado de períodos mais remotos, e a ocorrência de indígenas Kaingang, do tronco macro linguístico Jê, comuns no extremo oeste paulista até a colonização. Os estudos revelam parte importantíssima da história local e evidencia a necessidade da preservação da área de erosão onde os artefatos líticos e cerâmicas foram encontrados (Toso, 2022).

Em 1914 a presença indígena na área ainda podia ser identificada. Uma missão de monges capuchinhos naquele ano, junto a indígenas da etnia Ofayé, chegaram a estabelecer um acampamento à margem do ribeirão Marrecas, atualmente município de Panorama, mas circunvizinho de Paulicéia, a fim de catequizar os nativos. Considerando que os limites de município foram estabelecidos muito posteriormente à presença desses povos, a proximidade entre as áreas sugere que os magotes transitavam por toda a região.

Embora a literatura acerca da colonização do extremo oeste paulista defenda a tese de que a ocupação da região ocorreu no sentido Leste/Oeste, derrubando a mata virgem, ora queimando, ora vendendo sua madeira e abrindo grandes áreas para a cafeicultura até as margens do rio Paraná, já na divisa com o Mato Grosso, há indícios históricos de picadões abertos nos anos iniciais do século XX por posseiros de terras da cidade de Santos (SP), no sentido Norte/Sul, conectando a Alta Sorocabana e o Noroeste Paulista, essa tese altera a compreensão acerca da formação regional, uma vez que sugere intercâmbios inter-regionais no sertão precedendo o fluxo de café rumo ao porto de Santos.

Com posse dos estudos da CGG do estado de São Paulo, era possível colonizar o sertão, inseri-lo na lógica econômica vigente e fortalecer as relações com o estado vizinho, até então Mato Grosso. A grande responsável por essa integração, para além dos cafeicultores, era a Companhia Paulista de Estradas de Ferro (CPEF), que já vislumbrava em Paulicéia o ponto perfeito para o intercâmbio entre os dois estados. De acordo com o mapa das linhas da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, produzido em 1928, quando a ferrovia alcançava a cidade de Marília (SP), previa a construção da linha férrea ao Norte do ribeirão Marrecas, atravessando o que no futuro seria território Paulicéia e alcançando a ilha Presidente Tibiriçá, já no meio do rio Paraná, e possibilitando a recepção e envio de mercadorias ao Centro Oeste por meio do rio Verde, já em território mato-grossense.

Tal realidade, porém, não se concretiza, após a valorização imobiliária em razão do projeto de avanço do binômio café/ferrovia, o projeto inicial é alterado, e os municípios surgidos a fim de se beneficiarem diretamente da linha férrea em seus territórios, inclusive usando tal argumento para a venda de terras a altos preços, precisam lidar com a frustração na mudança do “eixo do desenvolvimento”, definindo Panorama (SP), anteriormente um distrito que pertencia a Paulicéia como o fim da linha.

Mapa 1- Mapas das linhas da Companhia Paulista de estradas de ferro



Fonte: Sistema de Informação do Arquivo Nacional, 1928

É possível identificar no mapa acima a malha ferroviária paulista em meados do século XX, quando a economia do estado se baseava no binômio café/ferrovia, importando o modelo industrial que vigorou na Europa Ocidental e nos Estados Unidos da América durante o século XIX. Esse “progresso”, porém, teve seu custo, a destruição de grandes áreas de Mata Atlântica e a dizimação de comunidades indígenas do interior paulista, com ênfase à etnia kaingang, está entre elas. Em vermelho, identifica-se os trechos cuja construção já estava definida àquele momento, no extremo oeste do estado, a linha que atravessa o espigão divisor Peixe/Aguapéi tem fim ao Norte do ribeirão Marrecas, mais especificamente Ilha Tibiriça, logo, no futuro território de Paulicéia, fundada em 1947, e não em Panorama, elevada a município na década de 1950.

Os desbravadores responsáveis por derrubar a mata tiveram de lidar com uma série de problemas, entre eles as doenças como a febre amarela e a leishmaniose. As primeiras moradias consistiam em construções de pau a pique cobertas quase sempre com palha de arroz, produzido nas áreas de varjão e renovadas constantemente. Esses primeiros habitantes precisavam tomar água diretamente do rio e dos córregos, considerando que o acesso à água por meio de poços era algo extremamente difícil e custoso, logo, a escassez de água foi provavelmente um dos primeiros empecilhos à colonização (Perle, 1999).

Figura 5- Moradia em meio à mata no atual território de Paulicéia na década de 1930.



Fonte: Acervo pessoal de Claudio Tessarini Gandolfe.

Precisavam lidar ainda com a distância dos centros urbanos e a demanda por mercadorias, geralmente os picadões eram usados por boiadeiros e cavaleiros que levavam até cinco dias de viagem até a cidade de Presidente Venceslau, onde vendiam ou compravam gado e mantimentos, o gado, quase sempre levado às áreas recentemente abertas nas redondezas de Paulicéia, dando início à pecuária no

município, enquanto os demais mantimentos eram vendidos para armazéns de secos e molhados e civis (Perle, 1999).

Figura 6-Picadão em meio à mata atual - território Pauliceense entre 1920 e 1940.



Fonte: Acervo pessoal de Claudio Tessarini Gandolfe.

O trabalho de derrubada das matas era quase sempre feito com machados, exceto nas situações em que o diâmetro do tronco exigia trançadores, manuseados por dois homens, um a cada lado. Além da derrubada, havia muitas vezes a queimada, dando à mata atlântica a cor acinzentada dos prédios das selvas de pedra, sinônimo do progresso no porvir. Quase que de imediato, ainda em meio à mata, abria-se buracos em meio à floresta, onde se punha sementes do grão que marchava para o oeste (Perle, 1999; Arruda, 2002).

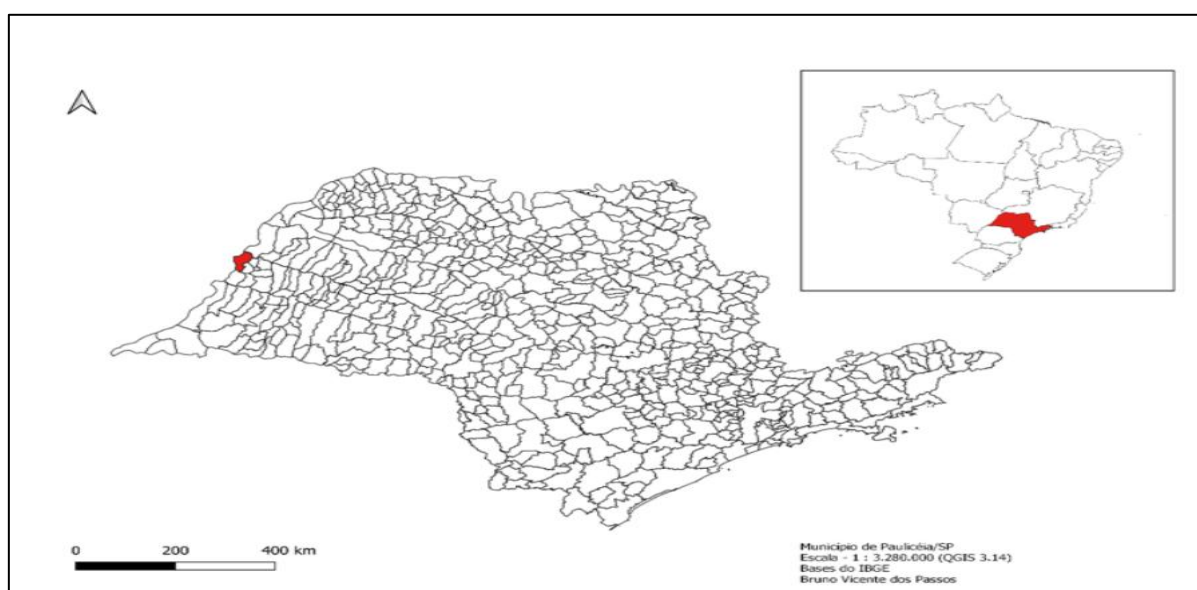
Seguindo a tendência de valorização fundiária posta desde 1929, e diante da pecuária que ainda despontava à época, em junho de 1946, Ezequiel Joaquim de Oliveira, Antônio Lourenço e Ademar Paim Pinto, o libanês Jorge Zugaib e o sírio Bahjet Barbara, em Marília (SP) onde por muito tempo a ferrovia da CPEF estivera parada, registraram a Companhia Paulista de Patrimônio LTDA (CPP), com os objetivos de comprar e vender terras em todo o país, fundar e lotear patrimônios e

realizar a corretagem de terras. A venda de lotes rurais na área que atualmente corresponde a Paulicéia, teve início no mesmo ano, antes mesmo do desmembramento do município de Gracianópolis, atualmente Tupi Paulista. A venda de grandes fazendas às margens do rio Paraná, como a Fazenda Santa Helena, pertencente à família Zugaib, assim como as fazendas de Hilário Martins e de Ezequiel Joaquim de Oliveira, deram condições para o início da ocupação e loteamento das terras ribeirinhas (DOSP, 1946).

4.1 Considerações da política pauliceense

Fundada em 1947, somente no ano seguinte a cidade alcançou a emancipação político-administrativa por meio da lei nº233 de 24 de dezembro de 1948 aprovada pela Assembleia Legislativa do estado de São Paulo, a lei ainda estabelecia os limites do município. Após desmembrada do município de Gracianópolis, o município passou a possuir a cidade de Paulicéia como sede, responsável ainda pela administração dos distritos de paz de Panorama e de Santa Mercedes, integrando a comarca de Lucélia, que desde antes da fundação já centralizava alguns serviços como os registros de compra e venda de terras.

Mapa 3- Localização do município de Paulicéia no estado de São Paulo.



Fonte: Passo, B. V. 2020, p.264.

Em meio à paisagem sertaneja, com a malha urbana ainda se formando, uma jardineira, veículo similar a um microônibus, passou a conectar Paulicéia a Tupi Paulista e Lucélia, intensificando o fluxo de mercadoria e pessoas entre as cidades. A jardineira atravessava ainda os distritos e alguns outros municípios em torno, e era de propriedade da empresa Souza Aliança (Perle, 1999).

Aconteceu em 1949 a primeira eleição direta de Paulicéia, elegendo como prefeito Dirceu Leme Brisolla, o vice André Puertes, e os vereadores Antonio Henrique Filho, Benigno Batista Leão, Canuto de Oliveira, Horácio Pereira de Souza, Joaquim Caetano da Silva, José Joaquim de Oliveira (irmão do fundador, Ezequiel), Kazuo Uemura, Kiro Sentaro, Lafite Miguel Garcia, Leandro Jacobs e Sebastião Alves Moreira.

No primeiro ano do mandato os edis tratavam de temas como a necessidade de combate aos grileiros oriundos do estado Paraná que atuavam na região, e a organização de grupos de trabalhadores rurais em movimentos sociais que buscavam a representação da categoria frente a órgãos governamentais. O regime tributário do município, uma das primeiras prioridades entre os legisladores, definia que na região central do município teriam isenção de impostos pelo período de quatro anos construções feitas de tijolos, enquanto as novas edificações em madeira teriam direito a dois anos de isenção. De imediato tratou-se ainda da taxaçoão cemiterial, sendo que, aqueles que fossem construir catacumbas de granito estariam isentos dos encargos, ao contrário dos que desejassem construir túmulos mais modestos.

Cinco entre os nove vereadores eleitos logo na primeira legislatura, não residiam em Paulicéia, eram moradores do distrito de Santa Mercedes, e desconfortáveis com o investimento de seus tributos centralizados em Paulicéia, iniciaram um movimento separatista buscando a emancipação da localidade, acreditava-se que o território de Paulicéia era demasiadamente extenso, e deveria ser fracionado a fim de que não houvesse privilégios de uma localidade sobre outra. Iniciou-se na Câmara Municipal um conflito entre “Mercedenses”, que defendiam um plebiscito a fim de que se legitimasse a cisão, e “Pauliceenses”, defensores da manutenção do território com o intuito de manter as fontes de arrecadação, a proposta “Mercedenses” inicialmente não vingou, mas graças à Lei Quinquenal, Santa Mercedes logrou sua emancipação em 1953 (Perle, 1999).

O debate entre os edis em Paulicéia atravessava aspectos chave para a estruturação do município. Durante a primeira legislatura, aspectos sobre a arrecadação e do estímulo ao progresso foram debatidos sob diferentes prismas. Chama a atenção a organização tributária elaborada à época, um modelo que tal como em todo o país, buscava deixar a população menos favorecida distante da zona central, pois havia incentivo a construções de alvenaria por meio da isenção de impostos por maiores períodos na região, enquanto moradias de madeira (cujos preços eram muito mais acessíveis) tinham esse benefício por somente metade do período, quando comparada à alvenaria. Já as casas de barro/sape nem mesmo são citadas, subtende-se então a inexistência de qualquer tipo de isenção de impostos a esse tipo de construção².

Nessa mesma linha, até mesmo a arrecadação cemiterial promovia distinções entre pobres e ricos, havia desconto nas taxas aos túmulos construído em alvenaria, enquanto outras sepulturas, tidas como menos nobres, deveriam pagar o dobro dos valores, gerando distinções socioeconômicas-espaciais nos espaços de viver e no pós-morte³.

4.2 Aspectos sociodemográficos e econômicos da formação de Paulicéia

No ano de 1950 a população total de Paulicéia era 3.448 somados bebês e crianças de até quatro anos de idade. Com idade superior a cinco anos o número de moradores diminuía para 2.781 (83%) pessoas, sendo 1.546 (46%) homens e 1.235 (37%) mulheres. Entre aqueles de idade superior a 15 anos, o total de habitantes reduzia para 1.930 (57%) pessoas, desses, 718 (21,5%) solteiros, 1.154 (34,6%) casados e 41 (1%) viúvos. Naquele momento somente 980 (29,4%) pessoas sabiam ler e escrever, a grande maioria delas do sexo feminino, enquanto 1.193 (35,8%) pessoas não eram alfabetizadas. Tal realidade se inverte ao se observar o nível da educação. Entre os 158 (4,7%) moradores que declararam possuir algum grau de escolaridade, predominavam em todos os níveis indivíduos do sexo masculino, sendo que somente três homens declararam possuir Ensino Superior.⁴

O catolicismo era a religião com maior número de fiéis, somando 2.916 (87%) pessoas, havendo ainda sessenta protestantes e 58 (1,7%) 'espíritas', percebe-se que

² Livro Ata da Câmara Municipal de Paulicéia (SP).

³ Idem.

⁴ Todos os dados quantitativos disponíveis nessa página foram extraídos do "Censo Agropecuário, 1950"

à época o número de espíritas e protestantes era quase o mesmo, destoando da crescente do número de evangélicos na atualidade. A população era majoritariamente rural, cerca de 2.100 (63%) pessoas viviam na zona rural da municipalidade, enquanto somente 1.326 (39,7%) habitantes espalhados nas áreas urbanas e periurbanas. À época Paulicéia era composta pelos distritos de Panorama e Santa Mercedes, que também integram os números aqui apresentados.

Entre os 706 domicílios espalhados pelo município, sendo a grande maioria na zona rural. A maior cifra, 578 eram próprios, apenas 83 alugadas, e os outros 45 possuíam outro perfil. Possivelmente eram habitações de caseiros vivendo no interior das fazendas. As casas possuíam entre dois e três dormitórios. No total 516 moradias possuíam vasos sanitários nos banheiros. Apenas em 51 habitações havia energia elétrica e, um número ainda menor contava com água encanada, dezesseis no total.

Até então existia doze estabelecimentos agropecuários com área superior a cem hectares, esses somavam somando uma área de 5.124 hectares, existiam somente quatro estabelecimentos de área inferior à mencionada, esses somando 220 hectares no total, dois dos estabelecimentos somente voltavam sua produção à agricultura, somando a área total de 435 hectares, enquanto a pecuária já fazia uso de áreas mais extensas, 4.227 hectares em cinco estabelecimentos. De toda a área do município, 188 hectares destinavam-se às lavouras, sendo 153 hectares voltados à produção de culturas temporárias. As pastagens também correspondiam a parcela considerável do território, correspondendo a 294 hectares entre naturais e artificiais. Vale, porém, frisar que mais de 4.441 hectares ainda eram de matas virgens.

O município dava os primeiros passos rumo à produção pecuária, e a tração animal e criação de subsistência era parte fundamental à permanência das famílias chegadas ao recém fundado município. Entre as fazendas de Paulicéia havia: bois (4), cavalos (11), éguas (3), burros jumentos e mulas (20), caprinos (41), suínos (178), galinhas (340). Boa parte da produção agrícola do município fazia uso de arados de aiveca, à base de tração animal, justificando a necessidade de bovinos e equinos, que permitiam o transporte, a alimentação e o lavrar a terra.

Entre as culturas vegetais cultivadas, contrariando a tendência regional, não houve nos primeiros anos pós fundação colheita de café em Paulicéia, embora em 1950 já existissem 30.500 pés do grão no município, eram ainda muito jovens, e em razão disso, ainda não produziam. Outros cultivos, porém, davam forma ao setor

primário “Paulicieense”, 6.300 cachos de banana foram produzidos em uma única área de 5 hectares, além de 63 toneladas de arroz em 42 hectares⁵ indicando a alta produtividade do município em culturas alimentares voltadas ao autoconsumo e ao abastecimento do mercado interno.

Boa parte da população local era originária da Região Nordeste, onde a valorização da produção de alimentos, culturalmente eram tidas como prioritárias em relação às culturas ditas comerciais. O perfil cultural e econômico desses migrantes internos recém-chegados ao Sudeste delineou a produção pauliceense ao longo das primeiras décadas após sua fundação.

4.3 Paulicéia, nordestina desde a gênese

De acordo com o IBGE, no censo de 2010 a população de Paulicéia somava 6.339 pessoas, dessas, 784 (12, 3%)⁶ eram nascidas no Nordeste, 441 homens e 343 mulheres, a grande maioria originária do estado de Alagoas, um reflexo de profundas mudanças na economia local ocorridas naquela década. No ano de 2005, após diversas tratativas do prefeito Roney Ferreira junto ao grupo sucroalcooleiro alagoano Carlos Lyra, a Usina Caeté iniciou suas atividades no município, transformando as pastagens onde criava-se especialmente gado nelore em extensos canaviais, e introduzindo centenas de alagoanos no município.

Nos primeiros anos após a chegada desses migrantes, parte da população local passou a acusar os alagoanos de perturbar a paz, causar conflitos ou mesmo associá-los ao aumento da criminalidade no município. Claras manifestações da xenofobia dos locais para com o povo nordestino. O fenômeno chama a atenção, entre outras coisas em razão da formação do próprio município, como indicam as informações derivadas dos livros cartoriais “Pauliceenses”.

Os registros civis, com ênfase aos de nascimento, apresentam uma série de informações relevantes acerca da formação e estrutura demográfica dos municípios nos quais estão localizados. Dados como cor, sexo, profissão e origem dos pais dos assentados costumam constar nesses documentos, possibilitando interpretações sobre a sociedade no período em que foram lavrados. Ao analisar os mais de 360 registros de nascimento do livro A1 do cartório de Paulicéia, instalado no município

⁵ Censo Agropecuário, 1950.

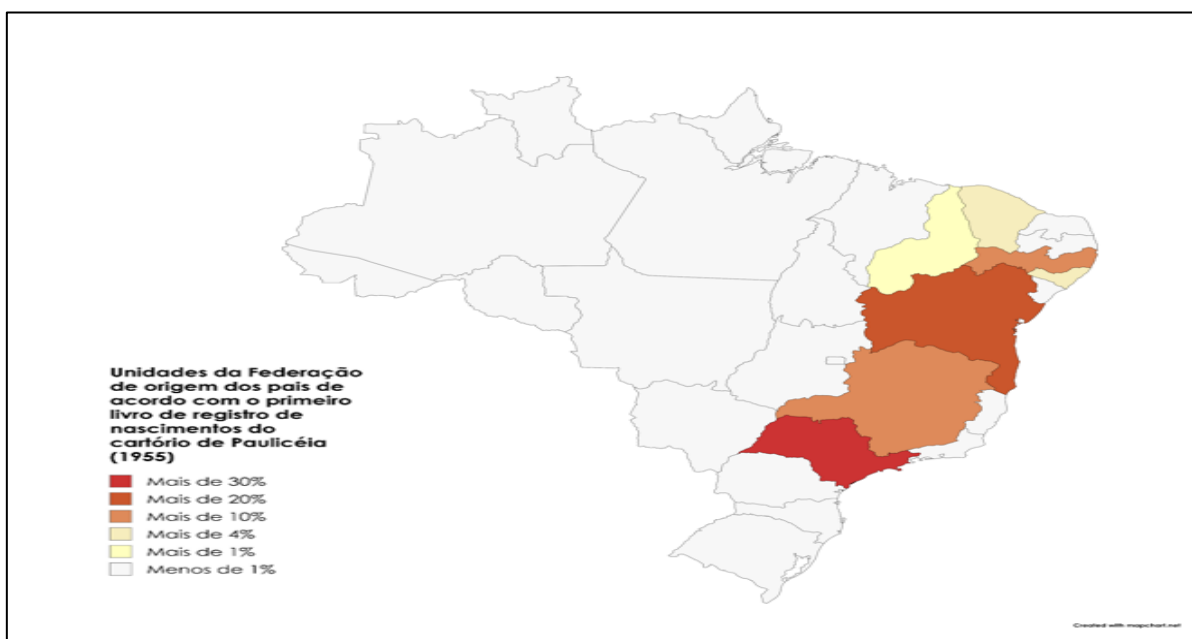
⁶ Censo IBGE, 2010.

em 1956, nove anos após a fundação da cidade, é possível compreender a origem da população pauliceense na década de 1950⁷.

Embora as informações não possuam o rigor estatístico necessário para trazer números exatos sobre a população de Paulicéia, considerando que alguns registrados viviam em fazendas nos municípios vizinhos ou mesmo em ilhas próximas à cidade, alguns pais registravam mais de um filho na mesma data, interferindo nos percentuais encontrados, ainda assim são as fontes que melhor possibilitam a compreensão das raízes geográficas e étnicas da população pauliceense.

Ao somar a origem de pais nordestinos, dos estados de Alagoas (4,3%) Bahia (20,9%), Ceará (4,7%), Paraíba (0,3%), Pernambuco (11,7%), Piauí (1,3%) e Rio Grande do Norte (0,3%), evidencia-se que somente a população oriunda dos estados da região Nordeste já somava mais de 38% do total de genitores que registraram filhos no ano de 1956, sugerindo a grande relevância e influência social, cultural e econômica dos nordestinos na formação de Paulicéia. A figura abaixo, construído a partir dos registros cartoriais dos livros de registros de nascimentos A-1, de 1956, ilustra a influência nordestina para o município à época.

Mapa 4-Origem dos pais registrados em Paulicéia (SP) em 1956.

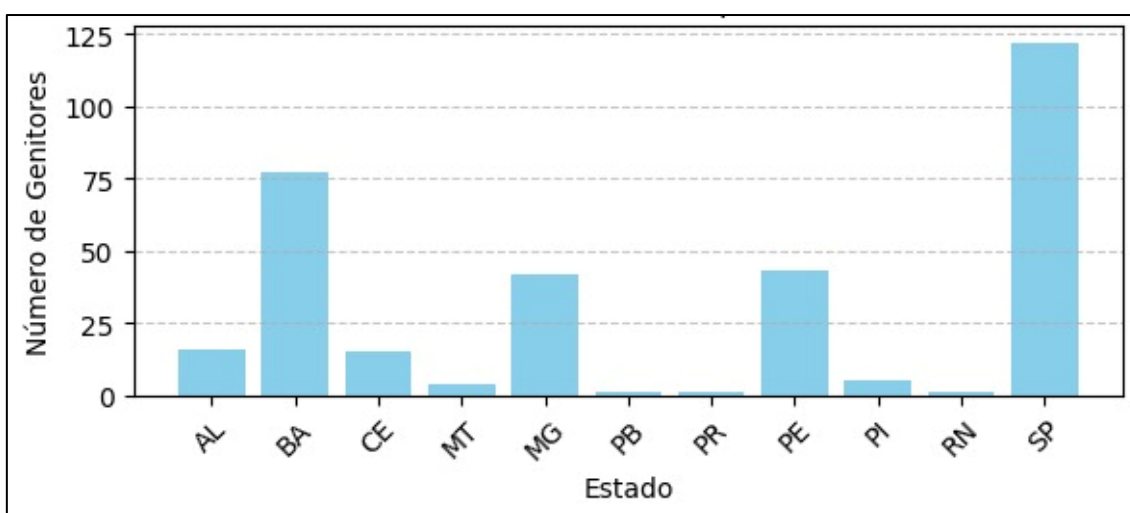


Fonte: Org. Autoral (2024).

⁷ Livro de registro de nascimentos do A-1 do Cartório de Registro Civil de Paulicéia (SP).

Minas Gerais (11,4%) também chama a atenção em razão do elevado número de pais naturais daquele estado, como ilustram o gráfico e o quadro abaixo. Percebe-se ao longo da tabulação dos dados que a maioria dos genitores mineiros eram das regiões Norte de Minas e Jequitinhonha, próximas ao sul da Bahia, onde há a ocorrência do clima semiárido, sugerindo que as longas estiagens, tal como a pobreza na região tenha provocado esse fluxo migratório em direção ao Sudeste nas primeiras décadas do século XX⁸.

Gráfico 2- Número de genitores por estado brasileiro.



Fonte: Org. Autoral (2025).

Tabela 4-Origem dos genitores Pauliceenses no primeiro livro de registros do cartório local por estado.

Estado	Número de genitores	Percentual
AL	16	4,89%
AM	0	0,00%
BA	77	23,55%
CE	15	4,59%
DF	0	0,00%
ES	0	0,00%
GO	0	0,00%
MT	4	1,22%
MG	42	12,84%
PA	0	0,00%
PB	1	0,31%
PR	1	0,31%

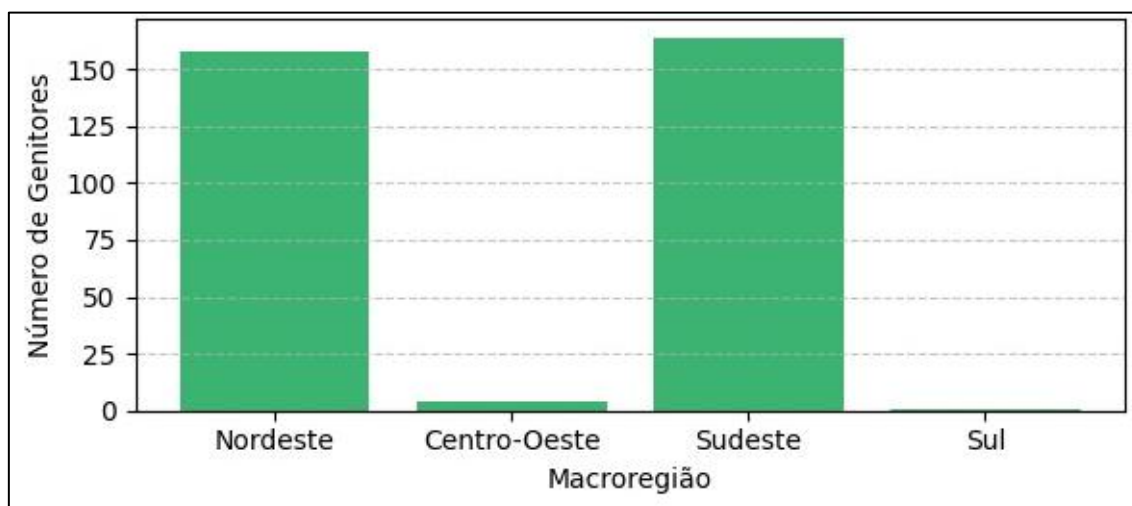
⁸ Livro A-1 Cartório de Registro Civil de Paulicéia (SP).

PE	43	13,15%
PI	5	1,53%
RJ	0	0,00%
RN	1	0,31%
RS	0	0,00%
SC	0	0,00%
SP	122	37,28%
SE	0	

Fonte: Org. Autoral (2025).

Embora somados os estados da região Nordeste e Minas Gerais representem (49,4%) do total de pais, São Paulo ainda é a unidade federativa que apresenta a maior cifra, perfazendo 33% dos genitores informados nos registros. Chama a atenção no que tange aos dados a pequena presença de migrantes oriundos do Centro-Oeste, considerando a proximidade de Paulicéia com o atual Mato Grosso do Sul, o que se explica em razão da baixíssima densidade demográfica da região à época. Para além, evidencia-se certa paridade nas cifras de paulistas e nordestinos, como comprova o gráfico a seguir.

Gráfico 3-Número de genitores por macrorregião do Brasil.



Fonte: Org. Autoral (2025).

Enquanto os dados sugerem certa paridade entre Nordeste e Sudeste, a região Norte nem mesmo aparece no gráfico, e a presença de pessoas originárias do Centro-Oeste e Sul é praticamente inexpressiva. Vale ainda discorrer acerca da presença de migrantes de origem estrangeira no município, esses não aparecem nos documentos

de forma quantitativamente significativa, porém, destacam-se entre eles os japoneses com 1,9%, seguidos por portugueses 0,5% e italianos 0,25%. A inexpressividade de migrantes estrangeiros está relacionada, entre outras coisas, às políticas adotadas por Getúlio Vargas para desestimular a imigração e valorizar o trabalhador nacional, colaborando para a valorização da identidade brasileira.

Retomando, porém o caso dos migrantes internos, os baianos, especialmente das regiões Sudoeste e Centro-Leste do estado, a grande maioria vivia na zona rural de pequenos municípios. Eram famílias numerosas, com grande quantidade de filhos, indicando a alta taxa de natalidade naquele período. Trabalhavam em roçados comunitários, cultivando no modelo de agricultura de subsistência. Plantava-se mandioca, milho, abóbora, feijão e outros cultivares⁹.

Em razão da seca e da carestia, os trabalhadores eram atraídos para as zonas meridionais do país, onde a promessa de trabalho nos cafezais paulistas atuava como a grande propulsora das migrações. Em um caminhão adaptado, o chamado pau-de-arara, famílias inteiras deixavam o interior da Bahia até chegar a Montes Claros (MG), da cidade mineira até a capital paulista, o trecho era percorrido de trem. Já em São Paulo, as famílias eram acomodadas e alimentadas em abrigos. O governo do estado de São Paulo concedia aos retirantes nordestinos passes para que deixassem a capital e rumassem para o interior, onde a agricultura era pujante. Os nordestinos seguiam então até o extremo oeste do estado, por vezes alcançando a divisa com o Mato Grosso, atualmente Mato Grosso do Sul¹⁰.

Entre os baianos que marcam a história de Paulicéia, destaca-se Ezequiel Joaquim de Oliveira, considerado o fundador do município. Embora uma das ruas da cidade leve seu nome, pouco se sabe acerca da figura. Nascido aos 29 de junho de 1911 em Macaúbas (BA), Ezequiel era filho de Joaquim Antônio de Oliveira e Joana Messias de Oliveira, se auto registrou tardiamente, na cidade de Lins/SP, em 1934¹¹, dois dias antes de completar os 23 anos de idade. A data de nascimento de Ezequiel sugere que, a data de comemoração da fundação do município, assim como o santo padroeiro da cidade, São Pedro, são uma menção ao aniversário próprio fundador, nascido no dia que posteriormente seria escolhido para marcar a emancipação

⁹ Fonte Oral 4.

¹⁰ Fonte Oral 1 e 4.

¹¹ Registro de nascimento nº 2.454, fls. 84, livro 28, Oficial de Registro Civil de Lins (SP), 1934.

político-administrativa de Paulicéia e o santo, que inclusive dá nome à paróquia local e à praça central.

Em junho de 1946, Ezequiel Joaquim junto a Antônio Lourenço e Ademar Paim Pinto, o libanês Jorge Zugaib e o sírio Bahjet Barbara, registraram na cidade de Marília (SP) a Companhia Paulista de Patrimônio LTDA (CPP), com os objetivos de comprar e vender terras em todo o país, fundar e lotear patrimônios e realizar a corretagem de terras¹². A venda de lotes rurais na área que atualmente corresponde a Paulicéia, teve início no mesmo ano, antes mesmo do desmembramento do município de Gracianópolis, atualmente Tupi Paulista. A venda de grandes fazendas às margens do rio Paraná, como a Fazenda Santa Helena, pertencente à família Zugaib, às fazendas de Hilário Martins e de Ezequiel Joaquim de Oliveira, essas deram condições para o início da ocupação das terras ribeirinhas.

Entre as décadas de 1940 e 1950, destacava-se na região o cultivo de café, porém outras lavouras como o algodão e a mamona foram extremamente relevantes, sobretudo aos municípios banhados pelo rio Paraná. Grande parte dessas famílias recém-chegadas, não possuindo vínculos com essa terra, perambulavam por diferentes municípios do extremo oeste paulista, de região em região, de acordo com a oferta e demanda de trabalho nas fazendas¹³.

É importante frisar que no período das massivas migrações europeias para o Brasil entre o século XIX e XX, Paulicéia ainda não havia sido fundada, o que certamente influenciou esses dados. Outro aspecto é a mobilidade social dos migrantes europeus, quase sempre vinculados à cafeicultura e à urbanização, é possível que registrassem seus filhos em outros municípios, maiores e mais desenvolvidos. O fato de a cafeicultura ter chegado a Paulicéia de forma muito mais branda, também pode ter interferido nessa dinâmica, tornando a cidade menos atraente para que esses grupos se estabelecessem.

É comum que os migrantes, ao se estabelecerem no novo lugar de morada, busquem reproduzir aspectos culturais, linguísticos, religiosos, políticos, econômicos e sociais do lugar de origem. Sendo assim, Paulicéia se constitui sobre uma forte base nordestina e mineira, influenciando na relação do povo pauliceense com a terra na

¹² Diário Oficial do estado de São Paulo, 05/07/1946.

¹³ Fonte Oral 3 e 4.

agricultura, com os rios na pesca e, na política com os coronéis, nesse caso transmutado à imagem do arrendador/patrão.

Ao passo em que as fazendas vão recebendo cada vez mais famílias, formando grandes comunidades rurais em seus interiores, a demanda por produtos manufaturados e industrializados também passa a aumentar, colaborando para a ampliação do núcleo urbano de Paulicéia por meio da formação do comércio local, onde armazéns, bares, armarinhos, padarias e até mesmo um hotel compunham o espaço urbano do município neonato.

4.4 Sociabilidade e trabalho no meio urbano pauliceense

Na zona urbana, o cotidiano iniciava-se entre as 5h e as 6h da manhã. Mulheres carregando baldes, caminhavam até os poços de roldana perfurados na cidade a fim de garantir que houvesse água para o consumo, higiene, preparação de alimentos e outras atividades básicas. Ao chegar aos poços, costumeiramente havia filas entre elas, era preciso lançar ao fundo do poço um balde metálico preso por uma corda, dentro do balde se punha uma rocha para que esse afundasse na água com maior facilidade. Em seguida, se girava a roldana no sentido anti-horário no intuito de trazer o balde até a superfície, a água extraída era então transferida para um recipiente particular. As mulheres então regressavam as suas casas com as vasilhas na cabeça, para então darem continuidade as atividades domésticas¹⁴.

Nos anos 1950 o governo municipal instalou na cidade uma lavanderia, não aos moldes modernos, certamente. Consistia em estruturas de madeira próximas a um poço, no qual era possível que as lavadeiras apoiassem suas bacias e acessassem a água. Situava-se no centro da cidade, na avenida das indústrias. As mulheres se reuniam diariamente para lavar as roupas nas tábuas onduladas, também chamadas de batedores, que possibilitavam a remoção da sujeira resultante da lida na roça, ou mesmo o suor oriundo do clima quente. A lavanderia a céu aberto era ainda um espaço de socialização feminina, onde as necessidades comuns eram divididas, e desenvolvia-se certo senso de sororidade, considerando que se criava uma rede de comadres que se auxiliavam em atividades diversas¹⁵.

¹⁴ Fonte Oral 1 e 2.

¹⁵ Fonte Oral 2 e 3.

Os alimentos eram costumeiramente vendidos à granel ou em sacas de 50kg nos armazéns de secos e molhados. Os sacos brancos usados para embalar açúcar, arroz, sal e outros, eram reutilizados pelas mulheres de Paulicéia, que confeccionavam toalhas de mesa, bermudas, camisas, entre outros. As mães e esposas punham a água para ferver com tintol, um pigmento colorido, colocavam as roupas brancas na fervura para que adquirissem a cor desejada e em seguida botavam-nas para secar ao sol, conferindo diversidade de cores às roupas e aos panos de uso doméstico¹⁶.

Até a década de 1960, a energia elétrica era restrita a um pequeno grupo no município. A iluminação era feita com candeeiros que funcionavam à base de querosene ou óleo de mamona, o uso dessas lamparinas por vezes causava acidentes nas casas. A partir do ano de 1966, houve uma ampliação da rede de energia, usando como postes o tronco das árvores arrancadas da mata virgem local, a energia produzida a motor à diesel, e a duração era somente até às 00h, durante a madrugada a cidade toda permanecia sem acesso à eletricidade.

Foi no mesmo período que ocorreu a instalação do sistema de água encanada do centro da cidade após a construção de dois poços. Os buracos nas paredes, resultantes de processos erosivos, eram preenchidos por folhas de sapé, o mesmo material empregado na cobertura das casas, gerando por vezes incêndios na cidade¹⁷.

Era comum que houvesse forrós na cidade, sendo essa herança dos migrantes nordestinos a principal forma de lazer. A população do campo, a cavalo ou de carroça ia aos forrós, ao som da sanfona do músico local, Luiz Aparecido Giacomazzi, conhecido popularmente como Luisinho. Os forrós, sempre marcados por muita dança, atravessavam a noite. Iniciaram-se nesses forrós muitos dos namoros que frutificaram em casamentos e, atualmente, correspondem a famílias “Pauliceenses”¹⁸.

Diferentes grupos escolares se formaram no município, tanto na zona rural como no meio urbano. A quantidade de crianças no município era elevada, e a educação uma demanda básica, assim se formou o grupo escolar misto de Paulicéia no centro da cidade, e outras escolas rurais que atendiam à população do campo.

As ruas principais da cidade eram pavimentadas com pedregulhos e, como a maior parte da população do município não possuía veículos automotores, a fim de

¹⁶ Fonte Oral 3.

¹⁷ Fonte Oral 1 e 2.

¹⁸ Fonte Oral 1 e 2.

evitar o desconforto nos pés, buscavam caminhos alternativo, ruas de terra vermelha, que sujavam os pés e calçados. Os poucos carros que existiam na cidade precisavam enfrentar a trepidação resultantes das vias que, embora fossem largas, já planejadas para uma cidade com automóveis, era irregular graças à tentativa de pavimentação¹⁹. Havia ainda no município um “aeroporto”, uma grande pista de pouso para aeronaves, próxima à entrada principal da cidade na qual de tempos em tempos aterrissavam aviões²⁰.

Diante da ausência de médicos nas redondezas, predominava no município o saber popular. Benzedeiras, raizeiros, parteiras e outros detentores dos conhecimentos sobre as ervas medicinais, tratavam mazelas do corpo e da alma. As visitas às benzedeadas constituíam parte crucial do tratamento de recém-nascidos e crianças que, acometido por algum mal, recorriam em primeira instância aos cuidados desses guardiões de culturas ancestrais. Os benzimentos aconteciam sempre à luz do dia, antes do pôr-do-sol. Arruda, alecrim, guiné, um copo d’água ou mesmo ovos auxiliavam as benzedeadas em seus ofícios. A grande maioria dessas mulheres que se ocupavam de tais cuidados eram católicas, gerando no município certo sincretismo na junção de seus saberes e da fé católica²¹.

Na década de 1950 chega a Paulicéia o médico cearense, há pouco graduado no Rio de Janeiro, Dr. José Agostinho Nogueira e sua família, a prof^a Maria Ednir, e os filhos Vladen e Madza. O médico atravessava o município a cavalo ou mesmo de bicicleta atendia principalmente em sua casa, situada na avenida paulista. Por um buraco na parede a população cutucava o médico que perdera a audição a fim de que atendesse os pacientes noite adentro ou mesmo nas primeiras horas da manhã, quando havia urgências. A atuação do médico junto às rezadeiras e parteiras, ensinando-as técnicas de esterilização, higiene e profilaxia foi um marco para o desenvolvimento da saúde pauliceense.

Embora a maior parcela da população local se declarasse católica, havia também grande influência das religiões de matriz africana em Paulicéia, sugerindo a existência de certa flexibilidade religiosa da população que transitava entre o rito romano e os afro-brasileiros. Chegou a haver em Paulicéia entre as décadas de 1950

¹⁹ Fonte Oral 2.

²⁰ Fonte Oral 1, 2, 3 e 4.

²¹ Fonte Oral 2.

e 1960 ao menos três “terreiros de caboclos”, expressão usada à época para fazer menção à Umbanda²².

A comunidade protestante, sobretudo os pentecostais, eram ainda sutis na região, vale a pena de qualquer forma destacar o pioneirismo da igreja Assembleia de Deus. O pastor assembleiano Lorival Dias Vilela, responsável pela igreja em Dracena (SP) atuava nos patrimônios que eclodiam nas proximidades de sua cidade, colaborando com a conversão de muitos retirantes nordestinos ao protestantismo e posteriormente fundando em Paulicéia, ainda na década de 1960 a primeira igreja. As famílias de Aureliano Pereira dos Santos, popular seu Lero, e de Severino Bernardo da Silva, popular “seu Biu”, estão entre as primeiras adeptas ao movimento religioso.

Naquela década, a corrosão do sistema democrático pelo Golpe Militar de 1964 que deu início à ditadura empresarial-militar no Brasil (1964-1985) provocou mudanças nas capitais e no interior. Adotou-se uma série de políticas que favoreciam à agroexportação, enfraquecendo a agricultura familiar e intensificando a monocultura mecanizada em algumas regiões e a criação extensiva de gado de corte em outras. Nesse contexto de perseguição política, o prefeito de Paulicéia entre 1957-1961, Kiro Sentaro, foi preso em Dracena (SP) pelas “forças revolucionárias” por suspeita de comunismo²³, outras prisões ocorreram na cidade durante o período, sugerindo a existência de um movimento social organizado contra a ditadura, como indica a ocorrência realizada em Paulicéia em novembro 1972:

Pedro Alves Oliveira, foi preso em flagrante, delito no município de Paulicéia, por incitação da população e propaganda de guerra em comício realizado em dia 5. Tratando de delito contra a Segurança Nacional. A ocorrência foi comunicada no comando [ilegível] em Lins para devida providência²⁴ (DOPS, 1972).

Se paira sobre o interior de São Paulo a ideia de que a Ditadura Empresarial-Militar foi mais branda nessas regiões, ou mesmo de que suas violências diretas não teriam alcançado esses rincões, percebe-se na verdade que o que houve foi o apagamento das memórias desse período, mantida em sigilo pelas famílias dos perseguidos, ou em documentos/fontes cuja grande maioria da população não tem acesso.

²² Fonte Oral 4.

²³ Serviço Nacional de Informações. Encaminhamento 167607: Candidatos a funções na Rede Nacional de Recadastramento Rural no INCRA, 1972.

²⁴ DOPS. Ocorrência no município de Paulicéia. 1972.

4.5 Trabalho rural e aspectos da economia pauliceense entre as décadas de 1950 e 1960

O fazendeiro Antônio Venturelli, possuía terras nas proximidades do córrego Itaí ao menos desde o início da década de 1950. A fim de valorizar a propriedade, Venturelli empreendeu esforços em recrutar trabalhadores para derrubar a mata virgem, concedendo parte dos lucros da venda da madeira aos braçais recém-chegados. A madeira era transportada de caminhão até Dracena, onde costumava ser usada como combustível nos fornos de padarias e outras indústrias que surgiam no município, a economia dracenense já se destacava na região²⁵.

Após a derrubada da mata, eram construídas casas de barrote cobertas de sapé, havendo certa distância entre as moradias a fim de manter não somente a intimidade das famílias, assim como estabelecer as áreas que ficariam sob o domínio de cada uma delas, no intuito de que cultivassem a terra com itens de subsistência: feijão catador, abóbora, milho, tomate, mandioca, bananas e outros²⁶.

A população residente nas terras de Venturelli era predominantemente negra, oriunda especialmente dos estados da Bahia e das regiões Norte de Minas Gerais e Jequitinhonha, a população branca residente nas terras de outros fazendeiros, apelidou então as terras de 'Pau Queimado', em alusão à cor majoritária dos trabalhadores daquela fazenda²⁷. Estudos recentes, como o de Boa (2021) sugerem que em toda a Nova Alta Paulista houve um processo sutil de segregação socioespacial tomando como referência a linha férrea, mais especificamente o tronco Bauru/Panorama. O 'Pau Queimado' sugere que, não havendo a ferrovia alcançado o território pauliceense, o córrego possa ter sido usado como marco geográfico para a alocação dos trabalhadores com base no perfil étnico/racial.

Outra hipótese, é de que o bairro rural reflete um aspecto demográfico regional/nacional, uma vez que as migrações nordestinas para o Sudeste se intensificaram a partir da década de 1930, com as políticas varguistas de valorização do trabalhador nacional, é possível que a disponibilidade de mão de obra de pretos e pretas, excluídos da economia nacional desde a Abolição em 1888 até o fim da I República, pressionasse esses trabalhadores a aceitarem condições de trabalhos em

²⁵ Fonte Oral 1 e 2.

²⁶ Fonte Oral 1.

²⁷ Fonte Oral 1 e 2.

locais mais distantes dos grandes centros, por vezes em ambientes hostis, consentindo com o trabalho mesmo diante dos baixos ganhos.

Chama a atenção nesse contexto, a família de Aníbio Batista de Souza, descendente de judeus sefarditas portuguesas, original de Mamona do Ouro (BA), sua família estava associada ao escravagismo em Rio das Contas interior da Bahia e detinha posses naquela região. Após migrar para São Paulo na década de 1920, a família auxiliou ativamente na formação do município de José Bonifácio (SP), onde conseguiu um patrimônio constituído por dezenas de imóveis. Aníbio se juntou às tropas paulistas contra o governo Vargas durante a Revolução Constitucionalista, casou-se com uma mulher de origem austro-alemã, Suzana Clark, empreendeu no setor de transporte em diversas cidades do interior paulista, e ao fim foi trabalhar no Pau Queimado como meeiro, destoando junto à sua família do perfil étnico racial do restante do bairro²⁸.

Assim que se concluíu o desmatamento da área, o plantio de mamona tornava-se de imediato a principal cultura, sobressaindo-se em todas as propriedades do município neonato²⁹. À época o óleo de mamona era muito usado como lubrificante na aviação, além de ser um fluído para os freios hidráulicos da crescente indústria automobilísticas. A produção da semente era encaminhada para Bariri (SP), onde a matéria prima era transformada em óleo e em seguida exportada principalmente para Estados Unidos e União das Repúblicas Socialistas Soviética (URSS).

Os trabalhadores que atuavam no cultivo de mamona quase sempre eram meeiros, ou seja, um percentual da venda de toda a produção ficava para os lavradores, enquanto o restante correspondia aos lucros do dono da terra, munícipes que posteriormente se tornariam referências na política local como Joaquim Rocha de Oliveira e Antônio José da Costa, costumavam comprar a produção e vende-la a maiores preços nas cidades polo da região, atuando como atravessadores. Nas terras de Venturelli, os lavradores recebiam 60% do valor da produção. Embora não seja possível afirmar que esse número seja um padrão, usado em todo o município, fornece uma noção acerca de quanto os trabalhadores ganhavam mensalmente. É importante elucidar que o cultivo de mamona ocorria junto a outras culturas alimentares como milho e feijão, com base em consórcios entre as diferentes espécies³⁰.

²⁸ Fonte Oral 1.

²⁹ Fonte Oral 1.

³⁰ Fonte Oral 1, 2 e 4.

Além da mamona, outros cultivos passaram a ganhar notoriedade em Paulicéia na década de 1950/60, como é o caso do algodão, que passou a ocupar grandes extensões do território pauliceense. Os trabalhadores nas lavouras de algodão eram homens, mulheres e crianças. Essas quando muito pequenas, eram deixadas sob as árvores enquanto os pais colhiam os capulhos³¹. Os lavradores recebiam de acordo com a colheita, por quilo de algodão colhido, ou mesmo por caixas. Nos dias de chuva não se fazia a colheita, pois o algodão molhado pesava mais, tornando inviável ao pagador realizar a pesagem nesses dias. O algodão era transportado para Dracena e vendido especialmente para a Sociedade Algodoeira do Nordeste brasileiro (SANBRA) que atuava no município.

Ainda nos anos 1960, passa a haver um sutil desenvolvimento da indústria local, alguns meeiros, após adquirirem terras próximas ao centro da cidade, além da agricultura, investiram na formação de engenhos para a produção de açúcar e rapadura e em farinheiras, que transformavam a mandioca plantada no município em farinha, agregando valor ao produto, houve ainda a implantação das máquinas de beneficiamento de arroz, essas foram o arcabouço da agroindústria pauliceense. Em escala local, essa agroindústria reflete, embora de maneira muito mais tênue, o modelo de industrialização por substituição. Se outrora era necessário adquirir a rapadura, a farinha de mandioca e até mesmo o arroz, de cidades maiores, com um setor secundário já estruturado, a partir daquele momento a produção interna era capaz de suprir as demandas do município, além de gerar trabalho e renda.

Vale frisar ainda a existência da olaria Takayama, fundada no ano de 1950, à época já produzia telhas e tijolos em cerâmica que eram comercializados para diversos municípios da região, onde o setor de construção civil crescia proporcionalmente à demanda por casas em alvenaria, substituindo as antigas casas de barrote e de madeira³². A urbanização brasileira, nas décadas de 1960 e 1970, acompanhando o crescimento da indústria intensificou a necessidade de materiais para construção, privilegiando o município de Paulicéia e seus vizinhos em razão da formação geológica da área, uma vez que a existência de jazidas de argila é numerosa na região. A disponibilidade de matéria prima para a fabricação de tijolos, somada às mudanças que ocorriam no campo, com ênfase à substituição das lavouras por

³¹ Capsula natural que envolve o algodão.

³² Fonte Oral 1 e 4.

pastagem para a criação de gado, gerou um considerável exército de sobranter na zona urbana do município, transformando os antigos meeires em trabalhadores do setor de cerâmicas.

4.6 O rio, a balsa e o boi

Na década de 1960, o morador de Panorama (SP), Ivan Gomes Acanjo conseguiu a concessão das balsas da CPEF para percorrer o trecho Panorama (SP) João André (MT), o contrato incluía ainda a outorga de trapiche, guindaste, das edificações portuárias e outros. A concessão teria ocorrido em razão da influência de Acanjo sobre os governadores do estado de São Paulo, Ademar de Barros e seu sucessor, Laudo Natel. Deixando de lado os procedimentos burocráticos/legais, empresa concorrente, Oliveira Lima, Indústria & Comércio Ltda foi desqualificada pelos avaliadores do processo, e a balsa concedida ao amigo do governador para o transporte de pessoas e mercadorias nas redondezas. Em pouco tempo a cobrança abusiva no transporte de pequenos animais como galinhas, porcos e cabras, a infraestrutura precária da balsa e os poucos horários nos quais o trajeto era percorrido passaram a provocar a insatisfação da população local ³³.

O então prefeito de Paulicéia, o pecuarista e arrendatário natural de Andradina, Antônio Venturelli, denunciou Acanjo ao Ministério da Justiça, alegando corrupção e enriquecimento ilícito, em razão do nepotismo no processo de concessão do trecho e dos abusos nas cobranças pelo serviço de transporte. O processo tramitou na Secretaria de Segurança Pública do estado de São Paulo até o início dos anos 1970.

³⁴.

Venturelli desejava para além da melhoria na prestação de serviços, o fim do monopólio de Panorama sobre o transporte fluvial, buscando estratégias para a abertura de um novo porto ligando Paulicéia a Brasilândia, no estado vizinho. O prefeito chegou até mesmo a alegar ter galgado junto ao Secretário de Transporte do estado de São Paulo, em comodato, uma balsa, que serviria para o transporte de pessoas e mercadorias no porto que seria instalado em Paulicéia, porém, a fim de manter o domínio do trecho, Acanjo teria influenciado membros da política regional, prefeito e vereadores de Brasilândia (MT) onde a balsa aportaria. Inclui-se no grupo

³³ Denúncia elaborada por Turíbio Graciano da Silva contra Ivan Acanjo aos 20/04/1969 à Comissão Geral de Investigações do Ministério da Justiça disponível no Sistema de Informação do Arquivo Nacional (SIAN).

³⁴ Idem.

de políticos que colaboraram com Acanjo o prefeito de Paulicéia que sucedeu Venturelli ³⁵.

Somente no ano de 1974, graças às articulações do então prefeito Gilberto Barros, foi possível a abertura do primeiro porto no município de Paulicéia, consumando enfim o sonho pauliceense existente desde a fundação do município, de conectar-se ao estado do Mato Grosso. A balsa “Doce mar” possuía dois motores e um rebocador, barco de pequeno porte que auxiliava nas manobras da balsa³⁶.

A concessão foi feita a um gaúcho, Faitão, que melhorou a qualidade do serviço prestado na região, aumentando a competitividade dos portos e por consequência, de Paulicéia. O número de estudantes oriundos do estado do Centro-Oeste que diariamente atravessava o rio Paraná era grande, desde crianças que frequentavam o ensino básico a estudantes universitários que percorriam o trecho até chegar à estação ferroviária de Panorama (SP)³⁷.

A instalação do novo porto realmente intensificou o fluxo de pessoas e mercadorias entre Paulicéia e o estado vizinho. O trânsito de gado nelore entre os dois estados tornou-se latente entre as décadas de 1970 e 1980, e o município paulista passou a integrar a rota dos bois. Costumeiramente os bois magros do Sudeste eram levados para a engorda no Sul do Mato Grosso, formando grandes rebanhos. Intensifica-se nesse período na localidade, tal como em todo o Brasil, a substituição da agricultura, especialmente das lavouras temporárias, pela pecuária extensiva, movimentando para a zona urbana grande contingente populacional e diminuindo a produção de alimentos³⁸.

Em julho de 1975 a Grande Geada deu fim aos cafezais, cuja produtividade da grande maioria já estava em decadência em razão da idade das plantas, soma-se a isso as políticas agrícolas incrementadas durante a Ditadura Militar Empresarial (1964-1985), marcadas pelo incentivo da substituição da agricultura familiar e dos sistemas de parceria pela introdução de lavouras e criações mais produtivas, como a soja no Centro-Oeste e o gado bovino nos antigos cafezais paulistas.

³⁵ Idem

³⁶ Fonte Oral 4.

³⁷ Idem.

³⁸ Fonte Oral 4.

4.7 O avanço da criação de gado bovino e as relações sociais e de trabalho.

A partir dos anos 1960, a paisagem marcada inicialmente pelas áreas de mata virgem, seguida pelos cultivos de mamona e algodão, passam a ser substituídas, pela pastagem, seguida quase que de imediato por gado nelore voltado ao abastecimento do crescente mercado nacional. Essa mudança gerou alterações não somente no caráter produtivo do município, diminuiu a demanda por mão de obra na lavoura, que exigiam um contingente considerável de braços especialmente na colheita.

Além da pastagem, as transformações nas relações de trabalho também foram profundas. As fazendas abrigavam centenas de famílias e, além do cuidado com o rebanho, no geral, os peões tinham acesso a uma parcela da terra, concedida para que o trabalhador, plantasse as culturas que bem desejasse: abóbora, milho, mandioca, melancias, maxixe, quiabo, feijão e outros para o autoconsumo, ou mesmo para a comercialização no mercado local, criando uma fonte de renda alternativa. Os cultivos eram usados também para a alimentação dos porcos, geralmente criados em chiqueiros com cercas de madeira, a poucos metros da casa onde o trabalhador rural residia com a família. Nos quintais havia também frangos e galinhas criados soltos, esses, além da carne, forneciam ovos que compunham a alimentação do trabalhador e da família. Embora o foco das fazendas estivesse no gado de corte, era permitido aos trabalhadores a criação de vacas leiteiras, o que possibilitava a comercialização do leite e de derivados como queijo e requeijões.

Essas vacas eram criadas quase que como animais de estimação, possuindo nomes e respondendo à comunicação de seus donos. Pela manhã, por volta das 6h as vacas eram conduzidas à mangueira, com aboios como “Ou, ou, ou,” seguido pela repetição do nome das vacas, que se avizinhavam do local em que estavam guardados seus filhotes. Assim que as vacas adentravam a mangueira, abria-se a porteira para que os bezerros entrassem, após permitir que os animais mamassem por alguns minutos, com uma banqueta de madeira amarrada à cintura por uma corda e um balde na mão, o homem do campo iniciava a ordenha manual. Frequentemente, durante tal ritual, um aparelho de rádio à pilha era deixado em local estratégico para que a programação, sobretudo músicas sertanejas, auxiliassem o ofício do ordenhador, na ausência do rádio, a música se fazia presente por meio de assobios ou canções cantaroladas.

Logo após, vacas e bezerros eram mantidos dentro da mangueira para que os filhotes pudessem se alimentar adequadamente, algumas horas depois, apartava-se os bezerros das vacas, soltando-as no pasto, enquanto os bezerros eram conduzidos aos piquetes, pequenas áreas de pastagem rodeadas por uma cerca, no geral próximo à mangueira, a fim de impedir que o animal tivesse contato com a mãe.

O leite era então transportado no balde à casa do trabalhador rural, onde era coado passando por dois panos brancos limpos, reservados somente à essa única finalidade. Essa filtragem possibilitava a remoção de resíduos sólidos do leite, como grãos de areia e pequenos galhos e folhas que porventura caíssem no balde. Após, em um grande caldeirão ou jarra de alumínio, o leite era posto sobre o fogão à lenha para que o calor proveniente do fogo matasse germes e bactérias em potencial. Não era raro que, num momento de distração o leite levantasse fervura, sujando o fogão e causando um intenso e agradável cheiro de 'leite queimado'. Ao esfriar, formava-se no leite uma grande camada de nata, usada na confecção de bolachas caseiras, o leite compunha a alimentação das crianças, além de ser a matéria prima dos pratos já descritos³⁹.

O fogão à lenha emitia uma fumaça escura, que com o passar do tempo impregnava a casa logo pela manhã, e marcava as paredes e os telhados próximos com manchas pretas, resultado do acúmulo das camadas de fuligem. Entre os meses de junho e agosto, meses cujas temperaturas caíam em razão do Inverno, era comum que a família se reunisse em torno dos fogões a fim de se aquecerem, aproveitando o momento para conversas, cantos e brincadeiras⁴⁰.

Alguns pequenos sitiantes cujas propriedades eram mais próximas ao centro da cidade, prestavam ainda o serviço de leiteiros. Após a ordenha e filtragem do leite, punham o alimento em garrafas e em charretes, pela cidade, deixavam as garrafas cheias sobre o muro dos compradores que pagavam um valor mensal, esses por sua vez, deixavam sobre o muro uma garrafa cheia d'água a fim de que na próxima entrega não faltassem recipiente, gerando uma economia que para além de comunitária, baseava-se no reuso⁴¹.

Além dessas atividades secundárias desenvolvidas pelos trabalhadores das fazendas, eles eram incumbidos de alimentar, zelar e controlar o rebanho. A cavalo os

³⁹ Fonte Oral 6.

⁴⁰ Fonte Oral 6.

⁴¹ Fonte Oral 5.

peões saíam pela fazenda semanalmente realizando a contagem das cabeças de gado usando de um bloco ou caderno e uma caneta. A atividade possibilitava compreender se houvera furto de animas, mortes, se algum animal havia fugido, se perdido em meio às matas, o número de vacas no cio e prenhas, assim como a avaliação da saúde dos animais. Era comum ainda que o gado atravessasse as cercas da propriedade, invadindo as terras vizinhas⁴².

A partir da década de 1970 tornou-se comum em Paulicéia o uso de tratores, e além da pastagem, a suplementação da alimentação dos rebanhos passou a ocorrer com sal mineral. O sal era comprado em casas de ração e guardado em tulhas que serviam como depósito do material, que gradativamente era disponibilizados nos cochos, antigos troncos de árvores em que se realizava sucos e, eram dispostos sob árvores frondosas em meio aos pastos para os animais, especialmente durante o período de estiagem, entre os meses de abril e agosto. Algumas fazendas chegavam a preparar ração usando bagaço de cana-de-açúcar ou napier⁴³ triturado, havendo por vezes a adição de quirela de milho à mistura. Todavia, ainda ocorria a coexistência do gado e das lavouras, mesmo que cada vez em menor proporção.

Com o aumento das áreas dedicadas à pastagem e a menor necessidade por mão de obra nas fazendas, os trabalhadores foram rapidamente expulsos para a zona urbana, de onde migravam para os grandes centros urbanos, especialmente para a região metropolitana de São Paulo, Campinas, Americana, Rio Claro e outras.

4.8 Cerâmicas, urbanização e êxodo

Durante a década de 1970, mudanças estruturais seguiram afetando as lavouras “Pauliceenses”. Em toda a região os cafezais já beiravam os 30 anos e a produtividade do grão caía ano pós ano. Para além, diversas intempéries climáticas afetavam as plantações, especialmente durante os invernos, marcados por longos períodos de estiagem.

A situação foi ainda grave diante da chamada “geada negra” de 18 julho de 1975, quando por volta das 15h uma forte geada destruiu todas as plantações do extremo oeste paulista, do sul do Mato Grosso e do norte do Paraná. O fenômeno sem precedentes deu fim ao ciclo do café no oeste do estado, que persistia mesmo

⁴² Fonte Oral 1.

⁴³ Espécie de capim usado com frequência na alimentação do gado bovino.

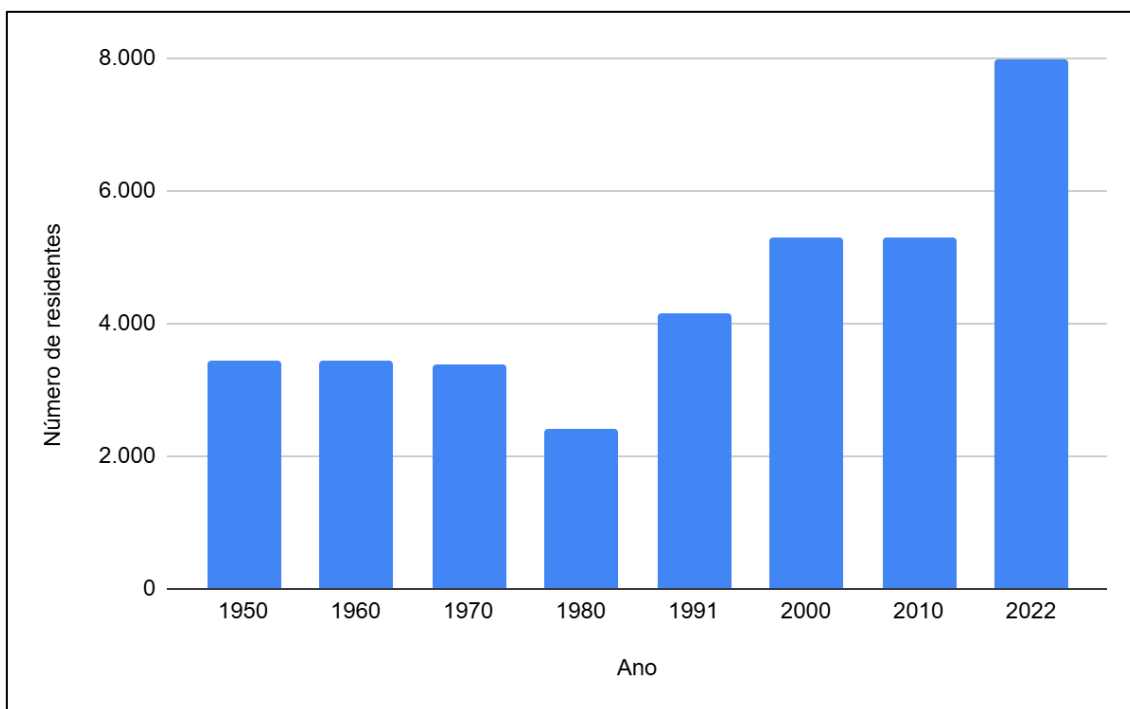
com as tendências desfavoráveis ao cultivo do item tropicais desde a Queda da Bolsa de Nova York em 1929. Sobre esse fenômeno, observa certo contraste entre as História e a memória. Embora as fontes oficiais apontem que a geada ocorreu à tarde, boa parte dos entrevistados citam que o fenômeno ocorreu na madrugada, comprovando certa redefinição daquela geada atípica, buscando aproximá-la das mais corriqueiras.

O espigão divisor Peixe/Aguapeí, onde está situado o município de Paulicéia perdeu sua maior e única referência na produção em larga escala. Os cafezais enegrecidos dialogavam com a carestia e o luto que tomaram conta da região, e a perda populacional acentuou-se drasticamente a partir de então, como é possível observar no gráfico e na tabela abaixo, elaborados com base em dados do IBGE.

Tabela 5- Evolução Populacional de Paulicéia (1950-2022)

Ano	Número de residentes	Variação absoluta	Variação percentual Variação
1950	3.448	-	-
1960	3.447	-1	-0,03%
1970	3.382	-65	-1,89%
1980	2.405	-977	-28,90%
1991	4.157	+1.752	+72,86%
2000	5.290	+1.113	+27,26%
2010	5.302	+12	+0,23%
2022	7.995	+2.693	+50,78%

Fonte: Org. Autoral (2025).

Gráfico 4- Evolução da população residente em Paulicéia.

Fonte: Autoral, 2025.

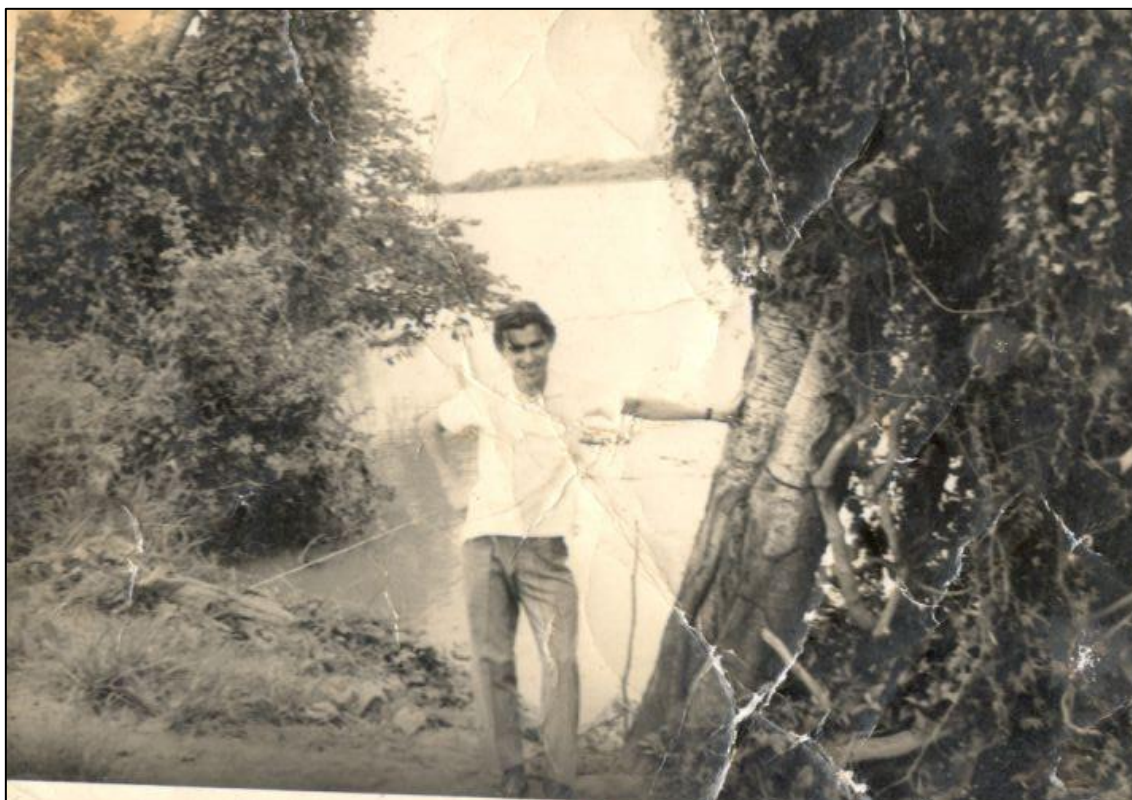
Paulicéia, porém, não possuía uma economia especializada, baseada na cafeicultura. A agricultura local pautava-se nas chamadas lavouras brancas, culturas rápidas, cujo ciclo entre o plantio e a colheita raramente ultrapassavam um semestre. Essas características da economia pauliceense naquele período possibilitaram que os danos resultantes da geada fossem menores. Se para chegar à fase adulta o café demorava cerca de dois anos e meio, as espécies cultivadas no município levavam entre noventa e cento e vinte dias para alcançarem o ponto de colheita.

Com o declínio dos regimes de parceria a partir da década anterior, o número de meeiros havia diminuído drasticamente. As lavouras eram então conduzidas por grandes arrendatários como Lauro Sorita, Gilberto Garioto e Antônio Costa, vulgo Mocó, que locavam as terras dos proprietários a fim de nelas produzir, contratando boa parte do contingente populacional disponível no município para a prestação de serviços na condição de diaristas, ou mesmo com a paga sendo realizada semanalmente.

Embora os grandes arrendatários figurem um momento da história local no qual boa parte das famílias já não viviam mais nas terras que lavravam, esses ainda

empregavam no cultivo das diferentes lavouras boa parte da população que à essa altura já se concentrava na zona urbana do município ou nos ranchos à beira do rio Paraná, atuando como caseiros ou zeladores desses espaços, quase sempre pertencentes a membros de uma pseudo-burguesia regional. Eram moradores de Dracena (SP), Adamantina (SP), Marília (SP) e outras cidades, que de tempos em tempos passavam uma temporada pescando no rio.

Figura 7-Pescador Esportivo à margem do rio Paraná na década de 1960



Fonte: Acervo pessoal do autor.

Nos ranchos os caseiros e suas respectivas famílias eram responsáveis pelas jangadas, iscas, varas de pesca, espinhéis, limpeza dos quintais, manutenção das casas. Em muitos momentos a esposa do caseiro era incumbida de preparar as refeições dos magotes de pescadores que passariam um punhado de dias em suas atividades desportivas na divisa com o estado da região Centro-Oeste. Durante o período de chuvas, entre setembro e maio, quando o rio enchia, a água se aproximava das casas e até mesmo os filhos dos caseiros, com redes feitas de sacos de laranja, pescavam no quintal. À época os peixes pescados artesanalmente eram a principal fonte de proteína dos locais.

Mamona, milho, feijão, amendoim, melancia, algodão e tomate destacavam-se em termos de área cultivada pelos arrendatários. Os produtos eram comercializados em diversos municípios paulistas e mesmo em estados da região Sul como Paraná e Santa Catarina. Porém, a especulação fundiária apontava para a existência de terras muito mais baratas para arrendamento no sul do Mato Grosso, atraindo esses empreendedores. Junto a isso, as roças rapidamente eram convertidas em pastagens voltadas à engorda de gado de corte e, em menor escala, à produção de leite, como foi com a propriedade do pecuarista Paulo Tahara⁴⁴.

Outro aspecto que auxilia a compreensão do rápido avanço da pecuária em Paulicéia é a extensão dos lotes rurais, cuja média costumava ser muito maior que as dos demais municípios da região, provavelmente, uma forma de compensar a produtividade do terreno arenoso às margens do rio como sugere a seguinte citação

Em Panorama, Paulicéia e Santa Mercedes, a pecuária tornou-se a principal fonte de composição do PIB Municipal, em função da grande dimensão territorial dos estabelecimentos rurais, e dos solos mais arenosos. Nas duas primeiras, no entanto, por se localizarem às margens do rio Paraná, houve o interesse por outras atividades, como as cerâmicas e olarias... (GIL, p. 164, 2007).

Ao passo que as pastagens se expandiam, a demanda por mão de obra no campo diminuía proporcionalmente, forçando a população a buscar postos de trabalho na cidade. Um reflexo do fenômeno que se sucedia em todo o país, pressionando trabalhadores rurais a reconfigurarem suas vidas à urbanidade, exercendo novas atividades na economia e descolando suas rotinas para as urbes.

“Meu pai começou a ficar com dó de nós porque tinha que vir todo dia a pé. Aí ele comprou um lote, fez uma casa e mandou nós irmos morar na cidade. A gente gastava mais de 1h pra sair do serviço de a pé e chegar em casa.”
Fonte Oral 6.

A existência de jazidas de argila na Fazenda Buritis, exploradas desde 1950 com a fundação da cerâmica Takayama criou condições favoráveis para que essa indústria, marcada sobretudo pela produção de tijolos, se expandisse na cidade. Na década de 1980 existiam mais de doze cerâmicas em funcionamento no território

⁴⁴ Fonte Oral 6.

pauliceense, entre elas havia inclusive fábricas que usavam a tração animal, especialmente equinos, para a produção de tijolos de adobe. Além da geração de renda direta, as cerâmicas nutriram em sua cadeia produtiva o transporte de matéria prima, auxiliando no aumento da frota de caminhões para o deslocamento da argila desde os barreiros até a indústria, como ilustra a imagem abaixo.

Figura 8-Caminhões sendo lotados de argila em barreiro de Paulicéia (SP) na década de 1970



Fonte: Acervo pessoal do autor.

As olarias tornaram-se as principais geradoras de postos de formais de trabalho no município, empregando especialmente os antigos trabalhadores rurais. A economia outrora baseada no setor primário, seguindo a tendência nacional no contexto pós II Guerra Mundial, se industrializa. O espaço rural também se transformou, saíram as lavouras temporárias, responsáveis pelo abastecimento interno e de outros municípios e estados e ganhou espaço a economia especializada, nesse caso, na pecuária.

Nas cerâmicas, o trabalho seguia a lógica Taylorista, o ritmo dos trabalhadores era ditado pelas máquinas. O responsável por manusear a principal tecnologia na indústria ceramista de Paulicéia das décadas de 1970/80 (assim como ainda é na atualidade) era o marombista, profissional que possuía como atribuição gerir a

máquina que realizava desde a desintegração dos aglomerados de argila, controlar a hidratação da matéria-prima evitando o excesso ou a falta d'água no processo, além da identificação de resíduos que pudessem diminuir a qualidade dos tijolos até à chegada boqueta que dava forma final aos tijolos. A maior parte dos tijolos do município eram de oito furos, empregados especialmente na construção civil.

A partir dali os lanceadores iniciavam sua função. Pegavam os tijolos recém modelados e enchiam seus carrinhos, com 48 ou 90 tijolos. Os carrinhos eram estruturas com uma ou duas rodas que possibilitava o transporte de maiores volumes de tijolos da boqueta até as gambetas, estruturas que evitavam o contato dos tijolos crus diretamente com o chão. Em estufas, ou mesmo a céu aberto o produto secava de dois a três dias com o auxílio de grandes ventiladores que expulsavam a umidade do ambiente, criando condições propícias para a queima dos tijolos⁴⁵.

Por não exigir elevado nível de capacitação, era comum que adolescentes recém-saído da infância, a partir dos 12 ou 13 anos de idade trabalhassem nas cerâmicas como lanceadores. Por vezes os pais e mães que trabalhavam nessa indústria levavam crianças ainda menores, que também colaboravam nas atividades desenvolvidas nesses espaços. Além dos transportes e organização dos tijolos crus, os lanceadores capinavam os barreiros, grandes montes de barro ao lado da área coberta da cerâmica, limpavam as estufas onde os tijolos secavam, carregavam os caminhões que buscavam o produto, entre outras, como sugere o trecho abaixo.

“Meu pai chegou em casa e disse pra mim e pro meu irmão que no dia seguinte era pra gente ir cedo pra cerâmica porque a gente ia começar a trabalhar. Eu tinha uns 13 anos. A gente nunca tinha trabalhado em cerâmica, morava no rancho, perto do rio. O salário que eu ganhava lá eu nunca nem vi, só pegava e entregava pro meu pai. Quando foi pra eu fazer o acerto e sair da cerâmica, quem fez foi ele, eu só fiquei sabendo.” Fonte Oral 6.

Um dos paradigmas da época era a existência do pai-patrão, o mesmo que agenciava os filhos para que trabalhassem nas colheitas dos roçados, agora buscava empregar os filhos nas olarias a fim de aumentar a renda familiar. Muitas vezes os adolescentes e crianças sequer recebiam o próprio salário, que era pago ao pai, ou quando recebiam, o valor era destinado imediatamente ao pai para que suprisse as demandas econômicas da casa. A interpretação que se tinha dos filhos era a de que

⁴⁵ Idem.

esses eram força de trabalho, e que como tal, deveria ser usada a fim de criar lucro, sendo o pai-patrão o detentor dessa mercadoria.

Ainda acerca dos(as) lanceadoras, vale a pena citar que categoria era composta majoritariamente por mulheres, embora vez ou outra homens também a exercessem. Embora esse fosse o grupo com a menor remuneração nas cerâmicas, não havia disparidade salarial por gênero no exercício dessa função⁴⁶, o que abre margem para outras reflexões acerca desse trabalho que não cabem nesse trabalho, por exemplo como a estruturação do capital sobre os corpos femininos pobres de fato eram formas de inclusão desse seguimento à economia ou uma estratégia para determinar o salário de toda a categoria como o menor possível?

O próximo passo cabia aos forneiros, que enchiam os fornos com os tijolos, e após a queima esvaziava as câmaras nas quais o processo era realizado. Havia ainda a figura dos queimadores, que acendiam e queimavam os tijolos, controlando a quantidade de madeira ou serragem, garantindo que a cerâmica sairia “no ponto”, logicamente evitando possíveis perdas. Essas funções, compreendidas como mais técnicas/complexas: forneiro, queimador e marombista costumeiramente eram reservadas aos homens.

Nas primeiras décadas o combustível dos fornos era exclusivamente lenha oriunda do Mato Grosso do Sul, provavelmente de regiões nas quais a mata estava sendo aberta para a formação de fazendas, o material era transportado por caminhões. Posteriormente, o uso de serragem tornou-se mais recorrente. Nessa fase é que há a emissão de fumaça pelas chaminés das cerâmicas, criando uma paisagem típica das cidades em que há a ocorrência desse tipo de indústria.

O dia de trabalho dos operários das cerâmicas iniciava-se religiosamente às 7h. Via-se muitas pessoas a pé ou de bicicleta, sujas de barro, logo cedo caminhando em direção às olarias. Às 11h acontecia uma pausa de 1h para o almoço, e às 12h todos retomavam o trabalho, que se findava às 17h em dias comuns, mas se estendiam por algumas horas a mais quando algum caminhão vindo de longe chegava para buscar a carga próximo ao fim do expediente.

Marmitas de comida, garrafas de café, pães e bolos costumeiramente eram levados para as cerâmicas para serem partilhados entre as(os) trabalhadoras(es) durante o expediente. Embora o trabalho fosse árduo, momentos de socialização e

⁴⁶ Fonte Oral 6.

descontração eram parte das rotinas desses operários, que usavam do riso como instrumento de luta contra as adversidades impostas pela vida.

O pagamento era mensal e havia ainda as horas extras que colaboravam para a composição da renda. Além disso, ao menos uma vez ao mês havia a concessão de vales, adiantamentos parciais dos salários dos trabalhadores, o que poderia gerar a sensação de que o salário era maior do que realmente era. De qualquer maneira, parte desses trabalhadores compreendiam que os vales colaboravam inclusive para o comércio local, tendo em vista que os principais compradores eram os funcionários da cerâmica e esses poderiam adquirir produtos, inclusive à vista, por mais de uma vez ao mês.

Muitas famílias naquele período deixaram a cidade. A baixa demanda por mão de obra no campo e a incapacidade das cerâmicas de absorverem toda a mão de obra que havia se formado anteriormente forçou centenas de famílias a migrarem para grandes cidades, especialmente para as regiões metropolitanas do estado.⁴⁷

Raramente as famílias migrantes levavam muita coisa consigo, somente malas com roupas e alguns pertences. Como o município era de fundação recente e boa parte da população regional estivesse acostumada a atuar em diversos municípios prestando serviços nas fazendas ao longo de um ano e em seguida buscando outras fazendas, municípios ou mesmo regiões, esse trânsito no interior era encarado como um dinâmica normal, e não como uma grande transformação na estrutura da sociedade brasileira vinculada à urbanização e à industrialização do país, assim como seus desdobramentos mais nefastos: a fome, a pauperização, a intensificação do déficit habitacional e da criminalidade⁴⁸.

“Muitas famílias iam embora para São Paulo, Atibaia, Campinas e para outras cidades grandes. Ninguém tinha muita coisa, a maior parte das famílias eram pobres, também moravam aqui há pouco tempo, sempre foi normal gente chegando e indo embora. Ou você ia para a cerâmica ou tinha que procurar alguma coisa fora!” Fonte Oral 6.

Com o fim da Ditadura Empresarial-Militar (1964-1985) o movimento sindicalista ganhou escala em todo o país, e diversas greves passaram a ocorrer em todo o território nacional reivindicando direitos trabalhistas e melhores condições de

⁴⁷ Fonte Oral 6.

⁴⁸ Fonte Oral 6.

trabalho. Em algum tempo o tema ecoou nas cerâmicas pauliceenses, mesmo que provocando certa aversão num primeiro momento.

“Não tinha dia de folga, se a máquina quebrava num dia a gente ia faltar no outro? Claro que não! Não tinha uma pessoa no nosso meio que entendesse disso. Na época nós precisávamos trabalhar, até a gente começou a xingar o Lula por causa das greves, ele dizia que “patrão tem que fazer isso, aquilo... por que a gente tem que ir pra rua xingar o patrão?” mas depois com o tempo a gente foi entendendo que era nosso direito.” Fonte Oral 6.

Acidentes de trabalho eram comuns nas cerâmicas. Crianças, adolescentes e até adultos por vezes trabalhavam descalços, sem luvas ou nenhum outro tipo de proteção. Pessoas perdiam mão, dedos, tinham queimaduras, eram atingidas por torrões de argila e havia sempre o risco de deslizamentos de toras no descarregamento dos caminhões. A estrutura das cerâmicas não dispunha de banheiros e bebedouros em condições adequadas à saúde dos(as) trabalhadores(as), mas com as lutas dos movimentos sindicais essa realidade começou a mudar⁴⁹.

Na década de 1990 havia diversos barreiros de onde se extraía a argila usada como matéria prima nas cerâmicas, a Companhia Energética de São Paulo (CESP) estava finalizando a construção da barragem Sergio Motta, em Rosana (SP), que provocaria a submersão de uma vasta área dos estados de São Paulo e do Mato Grosso do Sul. Quando o fato foi anunciado pela empresa diversas cerâmicas demitiram a grande maioria dos funcionários e a maior parte dos trabalhadores do município se viu desempregada do dia para a noite. Os ceramistas afetados pela situação foram todos indenizados, já os trabalhadores das cerâmicas até hoje não tiveram nenhum tipo de reparação por parte da empresa ou do Estado⁵⁰.

Na década de 1980, o início da construção da Usina Hidrelétrica Sérgio Motta promoveria outras mudanças na dinâmica do município ribeirinho. A constatação de que o represamento afetaria o acesso das cerâmicas à argila, matéria prima que movimentava a indústria local, instaurou-se entre as décadas de 1980/1990 o sentimento de que a qualquer momento o caos se instauraria na economia pauliceense.

Algumas das cerâmicas chegaram a fechar as portas, demitindo todos os funcionários, enquanto outras diminuíram o número de empregados e causando desespero aos locais. Os proprietários de terras alagadas no final da década de 1990

⁴⁹ Fonte Oral 6

⁵⁰ Fonte Oral 6.

foram indenizados e os trabalhadores rurais que habitavam as fazendas à margem do rio foram reassentados pela Companhia Energética de São Paulo (CESP).

A fazenda Buritis chegou a ser desapropriada para fins de reforma agrária, recebendo dezenas de famílias, especialmente oriundas do distrito de Campinal, Presidente Epitácio (SP). O reassentamento contou com a construção de moradias, capacitações e outras reparações por parte da CESP, embora nenhuma das categorias tenha sido integralmente atendida, o sistema adotado mitigou parcialmente os impactos sociais do represamento do rio.

No mesmo período, a Central Única do Trabalhador (CUT) organizava centenas de famílias de Castilho, Andradina e região para que ocupassem as terras da fazenda Santo Antônio, dando início a um longo conflito fundiário que culminaria na formação dos assentamentos Regência e Santo Antônio.

Em 2005 a chegada da Usina Caeté em Paulicéia passou a transformar novamente a paisagem, onde até então predominava a pastagem para a criação de gado nelore. Em poucos anos a maior parte do espaço rural pauliceense converte-se em um vasto canavial e os poucos trabalhadores rurais que ainda resistiram foram majoritariamente forçados a migrar para a cidade, mesmo que muitos ainda exerçam suas funções no meio rural, na condição de tratoristas, caminhoneiros, técnicos entre outros cargos da usina.

A economia inicialmente diversificada, baseada na policultura e nas lavouras temporárias é substituída inicialmente pelo gado bovino e, posteriormente pela cana-de-açúcar que avança sobre o território paulista, gerando postos de trabalho durante as safras e ondas de desemprego em massa na entressafra. Tal modelo de desenvolvimento, pautado em uma economia especializada, apresenta-se ainda como um fator dificultador para que outras atividades se estabeleçam no município.

Considerações finais

Diversos aspectos e especificidades locais chamam a atenção no caso pauliceense quando comparado à formação regional. Na Nova Alta Paulista, área na qual a cidade está situada, tal como em todo o extremo oeste paulista, o binômio café/ferrovia é estruturante na (trans)formação do território. Paulicéia, todavia, é fundada sobre o sonho empreendedor de uma ferrovia que jamais chegou, e sobre o desenvolvimento oriundo dos cafezais que, no caso do município ribeirinho, foi pouco expressivo quando comparado com culturas como a mamona.

Ao avaliar as narrativas oriundas dos diferentes atores, percebe-se que o êxodo rural, processo que marca e marcou várias regiões do globo ao longo de seu processo de industrialização e urbanização, não criou memórias específicas de grandes filas na rodoviária local ou nas estações ferroviárias, caminhões de mudança transportando móveis ou famílias caminhando errantes tal como representam algumas perspectivas cristalizadas sobre os retirantes nordestinos.

A história da própria cidade, seus diferentes momentos, fases e processos foram sempre marcados por constantes e intensos fluxos de chegada e saída de pessoas. A fundação recente do município, já ao final da década de 1940, colaborou para que os migrantes chegados a Paulicéia não possuíssem um vínculo, uma relação de pertencimento com outras localidades. A lógica era a do trânsito, da oferta e demanda.

Onde havia demanda por mão de obra, fosse para derrubar a mata-virgem, trabalhar nas lavouras ou “fazer pastagens”, para lá iam os trabalhadores e suas numerosas famílias. Com a modernização conservadora, entre as décadas de 1960 e 1970, a grande mudança nessa mobilidade é que, deixa de haver um fluxo inter-regional, entre municípios de caráter rural, surge um novo destino, sinônimo de progresso, a grande cidade, dotada de indústrias, capazes de absorver em seu ritmo mecanizado a mão de obra que, outrora, sofria com as intempéries naturais, concedendo-lhes as benesses dos operários assalariados, quando acompanhados pela sorte, ou o espaço de negligência e violência do Estado, as grandes periferias urbanas.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. **Ouvir Contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALEKSIÉVITCH, S. **Vozes de Tchernobil**: a história oral do desastre nuclear. 1ªed. São Paulo, Companhia das Letras, 2016.

AMEEN, A; RAZA, S. Green Revolution: a review. *In: International journals of Advances in Scientific Research*, v.3, p.129-137, 2017.

ARRUDA, G. **Cidades e Sertões**: entre história e a memória. Bauru: Edusc, 2000.

ARGOLLO, A. M. **Arquitetura do Café**. São Paulo: Editora Unicamp, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

BAUMAN, R. e GONÇALVES, S. S. Manual do candidato. Economia: Brasília: FUNAG, 2016.

BRASIL, Decreto nº 19.482, de 12 de Dezembro de 1930. Limita a entrada, no território nacional, de passageiros estrangeiros de terceira classe, dispõe sobre a localização e amparo de trabalhadores nacionais, e dá outras providências. Portal da Câmara dos Deputados. Disponível em: Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br) Acesso em: 10 jul. 2024.

BOA, I. F. **Do outro lado da linha férrea**: o apartheid no extremo oeste paulista entre 1920 e 2020. Relatório PIBIC, Adamantina, 2021.

BOECHAT, C. A. **A questão agrária em São Paulo**: debate sobre o fim do colonato e o surgimento do boia-fria na agricultura paulista. Geosp – Espaço e Tempo (On-line) v.24, n. 2, p. 203-225, ago 2020.

CABRAL, L; PANDEY, P.; XU, X. Epic narratives of the Green Revolution in Brazil, China and India. *In: Agric Hum Values* v. 39, 249–267, 2022. <https://doi.org/10.1007/s10460-021-10241-x>

CAMACHO, R. S. **A histórica concentração fundiária do Brasil**: estudo de caso do município de Paulicéia/SP. Geografia em Questão, [S. l.], v. 4, n. 1, 2011. DOI: 10.48075/geoq.v4i1.4439. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/4439>. Acesso em: 19 mar. 2024.

_____. **conhecendo os camponeses-estudantes e os seus territórios no município de Paulicéia-SP**: trabalho familiar, lazer e escola. Revista Nera, [S. l.], n. 18, p. 47–78, 2012. DOI: 10.47946/nera. v0i18.1333. Disponível em:

<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1333>. Acesso em: 19 mar. 2024.

CAMPOS, C; INOUE, L. M. **A ferrovia e a ocupação do sertão paulista**: a companhia paulista e a sua linha tronco oeste. In: Projeto História, São Paulo, v. 69, p. 172-273, set-dez, 2020.

CANO, W. **Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954**: a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento. In: Rev. De Economia Política, v. 35, nº3, Jul-Set 2015.

COMPAGNOLLA, C. MACÊDO, M. M. C. **Revolução Verde**: passado e desafios atuais. In: Cadernos de ciências e tecnologia, Brasília, v.39, n.1, 2022.

D'ARAUJO, M. C. **Como a História Oral chegou ao Brasil**: Entrevista com Aspásia Camargo. História Oral, [S. I.], v. 2, 2009. DOI: 10.51880/ho.v2i0.15. Disponível em: <https://www.revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/15>. Acesso em: 13 maio. 2024.

DEAN, W. **A industrialização de São Paulo**. 2. ed., São Paulo: Difel, 1976.

DECCA, E. S. **Memória e cidadania**. O direito à memória. Patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH/SMC, p. 129-136, 1992.

DELGADO, L.A.N. **História oral e narrativa**: tempo, memória e identidades. In: História Oral, 6, 2003, p. 9-25.

D'INCAO, M. C. **O boia fria**: acumulação de miséria. 7ªed, Petrópolis-RJ: Vozes, 1979.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 2ªed: USP, São Paulo, 1995.

FERREIRA, M. M. História Oral, comemorações e ética. In: **Projeto História**. Ética e História Oral, São Paulo, nº15, p. 157-154, abr. 1997.

GALEANO, E. **O Livro dos Abraços**. Porto Alegre: LPM, 1991.

GERALDO, E. **A “lei de cotas” de 1934**: controle de estrangeiros no Brasil. Cadernos AEL, [S. I.], v. 15, n. 27, 2012. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ael/article/view/2575>. Acesso em: 10 jul. 2024.

GIL, I. C. **Nova Alta Paulista, 1930-2006**: entre memórias e sonhos. Do desenvolvimento contido ao projeto político de desenvolvimento regional. 2007. 395 f.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2007.

_____. **Nova Alta Paulista (1930-2007): do desenvolvimento contido ao projeto político regional.** 2ªed. Scortecci: São Paulo, 2014.

GRAEBIN, C. M. G. e PENNA, R. **História, Memória e Instituições: Obstáculos e resistências à inserção das Fontes Orais em Arquivos e Museus.** *In:* Oralidades, revista de História Oral, nº1, jan-jun, 2007

GREENFIELD, G. M. **O Comportamento dos Migrantes e as Atitudes das Elites durante a Grande Seca do Nordeste: 1877 a 1879.** Cadernos de Estudos Sociais, [S. l.], v. 5, n. 2, 2011. Disponível em: <https://fundaj.emnuvens.com.br/CAD/article/view/1067>. Acesso em: 23 jul. 2024.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** São Paulo: Revista dos Tribunais LTDA, 1990.
HEES, Felipe. **A industrialização brasileira em perspectiva histórica (1808-1956).** Em Tempo de Histórias, [S. l.], n. 18, p. 100–132, 2011. DOI: 10.26512/emtempos. v0i18.19892. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/19892>. Acesso em: 3 jul. 2024.

HOLLOWAY, T. **Imigrantes para o café.** São Paulo: Paz e Terra, 1984.

JANOSCHKA, M. **Geografías urbanas en la era del neoliberalismo.** Una conceptualización de la resistencia local a través de la participación y la ciudadanía urbana. *In:* Invest. Geog, Ciudad de México, n. 76, p. 118-132, dic. 2011. Disponível em http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-46112011000300009&lng=es&nrm=iso. Acesso 25 de março de 2024.

LOCATEL, C. D.; LIMA, F. L. S. de. **Agronegócio e poder político:** políticas agrícolas e o exercício do poder no Brasil. *In:* Sociedade e Território, [S. l.], v. 28, n. 2, p. 57–81, 2017. DOI: 10.21680/2177-8396.2016v28n2ID11583. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/11583>. Acesso em: 30 jul. 2024.

LUCIO, S. T. P. **João Pedro Cardoso e a ação da Comissão Geográfica e Geológica na apropriação e produção do território paulista (1905-1931).** Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

MAGALHÃES, V. B. Imigração: subjetividade e memória coletiva. *In: Oralidades revista de História Oral*. Ano 1: n°1: jan-jun/ São Paulo: NEHO, 2007.

MANN, S e DICKSON, J. Obstacles to the Development of a Capitalist Agriculture. *In: Journal of Peasant Studies*, Londres, v.5, n.8, p.466-481, 1978.

MARTINELLI, M. **A celebração do progresso: Adamantina (1937-1964)**. Mestrado PUC/SP/PPGH, 1995.

MCCLEARY, L. **História Oral: Questões de língua e tecnologia**. In: Santhiago, R. Magalhães, V. B. (Orgs) *Memória e diálogo: Escutas da Zona Leste, visões sobre a História Oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

MOLINA, R. S. SANFELICE, J. L. **Ditadura e educação agrícola: A ESALQ/USP e a gênese do agronegócio brasileiro**. In: Educ. Soc. Vol. 39 n. 143 • Apr-Jun 2018 <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302018183834>

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Tradução Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984b.

NEVES, L. A. Memória, história e sujeito: substratos da identidade. *In: História Oral*, v.3, 2000, p.109-116.

NICOL, R. N. V. C. **A agricultura e a industrialização no Brasil (1850-1930)**. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1974

PRADO, C. J. **História econômica do Brasil**. 17ªed: Brasiliense, São Paulo, 1974.

PERLI, F. Caminhos verticais e colonização da Zona da Alta Paulista. *In: OMNIA*, Adamantina, v. 9/10, n. 1, p. 39-45, 2006/2007.

_____. **História de Santa Mercedes**. Santa Mercedes (SP), 1999.

PASSOS, B. V. e BATISTA, N. L. Diferenciação socioespacial e as manifestações da segregação em cidades locais análise do caso de Paulicéia/SP. In: PIXO - Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade, v. 5, n. 19, 10 set. 2021.

PIASSINI, C. E. **Imigração alemã e política**. Os deputados provinciais Koseritz, Kahlden, Haensel, Brügggen e Bartholomay. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2017.

POLLAK, M. **Memória, esquecimento, silêncio**. *In: Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civittella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. 1ª edição 1996. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 103-130.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 3ªed: Global, São Paulo, 2015.

RIOS, K. S. Condenados da terra: o confinamento dos pobres nos campos de concentração no Ceará, Nordeste do Brasil. *In*: **MESTER**, vol. XLIX, 2020.

SANTOS, C. J. F. **Nem tudo era italiano**: São Paulo e pobreza (1890-1915). 1ªed: Annablume, São Paulo, 1998.

DE SOUSA, Ricardo Alexandre Santos. A extinção dos brasileiros segundo o conde Gobineau. **Revista Brasileira de História da Ciência**, v. 6, n. 1, p. 21-34, 2013.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade na agricultura familiar. 2ª ed: Editora UFRGS, Porto Alegre, 2003.

SOUZA, A. Origem das cidades da Nova Alta Paulista: a contribuição da infraestrutura ferroviária. *In*: **Colloquium Socialis**, 2022. Disponível em: <https://journal.unoeste.br/index.php/cs/article/view/3867>. Acesso em: 6 jul. 2024.

SUZIGAN, W. Indústria brasileira: origem e desenvolvimento. Hucitec, São Paulo, 2000.

_____. Industrialização brasileira em perspectiva histórica. *História Econômica & História de Empresas*, v. 3, n. 2, 19 jul. 2012.

SUZUKI, T. A imigração japonesa no Brasil. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 39, p. 57-65, 1995.

VERSIANI, F. R.; SUZIGAN, W. **O processo brasileiro de industrialização**: uma visão geral. *In*: Congresso Internacional de História Econômica. 1990.

VICENCONTI, P. E. V. O processo de industrialização brasileira. *In*: **Rev. Adm. Emp.** Rio de Janeiro, 1977.

WOLFART, C; SILVA, M. A. B.; RIBEIRO, M.V. **Aspectos da modernização da agricultura durante a Ditadura Civil Militar no Brasil (1964-1985)**: Vínculos, métodos e estratégias. *In*: Projeto História, São Paulo, v. 68, p. 79-112, 2020.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

COMPANHIA PAULISTA DE ESTRADAS DE FERRO. *Mappa das linhas da CPEF*. In: Sistema de Informação do Arquivo Nacional (SIAN), 1928.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. 5/7/1946.

IBGE, CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA SERVIÇO NACIONAL DE RECENSEAMENTO. *Série regional, volume XXV, tomo III, Censo Industrial, comercial e dos serviços*. Rio de Janeiro, 1955. Disponível em: [cd_1950_v25_t3_sp.pdf](#) (ibge.gov.br) Acesso em: 03/04/2024.

PAULICÉIA. *Livros de atas da Câmara Municipal de Paulicéia*. 1948/49.

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E PESSOAS NATURAIS DE LINS. *Registro de nascimento n°2.454 In: talão 47, p. 155, fls. 844, livro A-28*. Lins, 27/06/1934.

Anexos 1- Entrevista semiestruturada: memorialistas Pauliceense

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADAS APLICADA AOS MEMORIALISTAS PAULICEIENSE, ESPECIALMENTE MORADORES E EX-MORADORES DO MEIO RURAL DE PAULICÉIA DAS DÉCADAS DE 1960 E 1970.

Respondentes: Moradores de Paulicéia que viviam na zona rural do município entre as décadas de 1960/70. Moradores de Paulicéia que trabalhavam no comércio no período supracitado. Ex vereadores, cujas legislaturas correspondem ao período estudado, ou período próximo. Pessoas que deixaram Paulicéia no recorte temporal definido, mas regressaram ao município.

Instruções: Essa entrevista semiestruturada possui como objetivo identificar as memórias locais de diferentes atores que vivenciaram o êxodo rural em Paulicéia.

- 1) O que se produzia na agricultura de Paulicéia entre as décadas de 1960 e 1970?
- 2) Como era organizado o trabalho no campo em Paulicéia entre as décadas de 1960 e 1970?
- 3) Os trabalhadores rurais costumavam ser assalariados ou havia um regime de parceria entre fazendeiros e trabalhadores, como eram os meeiros e arrendatários?
- 4) A população que vivia no campo tinha direito a usar parte das terras para produzir roçados para o autoconsumo?
- 5) Ocorreram mudanças significativas na economia e/ou na política da cidade entre as décadas de 1960 e 1970?
- 6) Como e por que se deu o aumento das áreas voltadas à criação de gado de corte?
- 7) Por que as famílias começaram a deixar a vida nas fazendas e migrar para a cidade ou para outras regiões?
- 8) Quais fatores levavam as famílias a deixarem a vida nas fazendas e sítio e migrarem para a cidade ou para outras regiões?
- 9) De que maneira a população pauliceense interpretava as indústrias e as grandes cidades, como São Paulo?

- 10) Caso você ainda mantenha vínculo com essas famílias, ainda há pessoas que deixaram Paulicéia na década de 1970 ainda desejam voltar?
- 11) Para quais cidades ou regiões as pessoas que deixaram Paulicéia entre as décadas de 1960 e 1970 costumavam se mudar?
- 12) Quais atividades ou qual o tipo de trabalho essas pessoas desenvolveram após deixar Paulicéia?
- 13) No geral, quem eram os boia-fria que trabalhavam nas roças de Paulicéia entre as décadas de 1980-90?
- 14) Por que mesmo sendo trabalhadores da zona rural os boia-fria viviam na cidade?
- 15) Você acredita que a população que deixou Paulicéia buscava algum tipo de progresso/desenvolvimento? Caso sim, o que seria esse progresso?